

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós Graduação em Administração – PROPAD

Virgínia Conceição Vasconcelos Carneiro

**Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável:
uma análise do Arranjo Produtivo Local de Santa
Cruz do Capibaribe - PE**

Recife, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- “Grau 1”: livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- “Grau 2”: com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- “Grau 3”: apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

A classificação desta dissertação se encontra, abaixo, definida por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

**Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável: uma análise do Arranjo Produtivo
Local de Santa Cruz do Capibaribe - PE**

Nome do Autor: **Virgínia Conceição Vasconcelos Carneiro**

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1

Grau 2

Grau 3

Recife, ____ de agosto de 2013

Virgínia Conceição Vasconcelos Carneiro

Virgínia Conceição Vasconcelos Carneiro

**Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável: uma
análise do Arranjo Produtivo Local de Santa Cruz do
Capibaribe - PE**

Orientadora: Dra. Jackeline Amantino de Andrade

Dissertação apresentada como requisito complementar do grau de Mestre em Administração, na linha Organização, Sociedade e Cultura do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco.

Recife, 2013

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

C289c Carneiro, Virgínia Conceição Vasconcelos
Capital Social e desenvolvimento local sustentável: uma análise do
arranjo produtivo local de Santa Cruz do Capibaribe - PE / Virgínia
Conceição Vasconcelos Carneiro. - Recife: O Autor, 2013.
172 folhas : il. 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dra. Jackeline Amantino de Andrade
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de
Pernambuco, CCSA, 2013.
Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Capital Social. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Cooperação. I.
Andrade, Jackeline Amantino de (Orientadora). II. Título.

658 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2014 – 117)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós Graduação em Administração – PROPAD

**Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável: uma
análise do Arranjo Produtivo Local de Santa Cruz do
Capibaribe - PE**

Virgínia Conceição Vasconcelos Carneiro

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração
da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em ____de ____de 2013.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Jackeline Amantino de Andrade, UFPE
(Orientadora)

Prof. Dr. Sérgio Alves de Sousa, UFPE
(Examinador interno)

Prof. Dr José Carlos Lázaro da Silva Filho, UFC
(Examinador externo)

Dedico este trabalho com enorme gratidão e afeto, à meus pais, Maria da Conceição e Valdeci Carneiro, que desde cedo me incentivaram a valorizar o estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço enormemente à Deus, que me guiou nessa jornada de esforço, luta e dedicação, a ele que nunca me desamparou e me garantiu os passos e a minha fé em dias melhores que me fez superar todas as adversidades e chegar até aqui.

À minha família, pelo amor, incentivo e estímulo que me ofereceram nessa etapa tão importante da minha vida. Agradeço cada gesto de apoio, cada demonstração de afeto e principalmente cada frase de encorajamento e motivação que reforçaram ainda mais minha luta. Lembrarei com muita gratidão e apreço as recepções calorosas que recebi nas idas de volta pra casa e da sensação maravilhosa de revê-los após dias de distância que tivemos que enfrentar.

Sou muito grata também a todos colegas e amigos que pude conhecer no mestrado. O companheirismo, a troca de ideias e os conhecimentos adquiridos na nossa convivência foram fundamentais na minha formação acadêmica. De modo especial sou grata ao amigo Simione, com que compartilhei teorias, filosofias, ideologias e situações difíceis e gratificantes, e de quem nutro uma grande estima, expressei meu profundo agradecimento. À Marco Antônio que sempre esteve ao meu lado, e se mostrou sensível a minhas angústias e inquietações, agradeço sua atenção e amizade, à Rafael dos Santos, pelos momentos de descontração que amenizaram a tensão das aulas difíceis, à Rennaly que me apoiou quando mais precisei e me ajudou a passar por períodos complicados, agradeço o companheirismo e ombro amigo que me ofereceu. E a Bruna Sauer, Natália Sousa, Augusto Santana, Karla Bezerra, Catarina Silva, Jaqueline Guimarães, que contribuíram para minha adaptação ao mestrado e dividiram comigo seus anseios, dúvidas, conhecimentos e realizações.

Aos professores do PROPAD pelos ensinamentos valiosos e por me apresentarem um mundo novo “a administração”, especialmente ao professor Sérgio Alves, que sempre se mostrou interessado na minha formação, agradeço a presteza, os conhecimentos transmitidos e sua grande atenção.

Agradeço à professora Jackeline Andrade, orientadora desse trabalho, pelas contribuições, sugestões, questionamentos e pelas cobranças e exigências acadêmicas que contribuíram para realização da dissertação e para minha vida acadêmica.

Sou muito grata também ao apoio financeiro recebido da CAPES, o qual foi fundamental para realização desse estudo, ao Programa de Pós-graduação em Administração

– PROPAD, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE pela excelência acadêmica do curso, foi uma honra fazer parte do mestrado desse programa.

Agradeço de modo muito especial a todos os representantes das entidades e instituições que participaram dessa pesquisa me fornecendo os dados necessários para as análises.

E todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a realização desse sonho.

“A mente que se abre a uma nova ideia jamais volta ao seu tamanho original”.

Albert Einstein

RESUMO

Essa pesquisa buscou discutir a influência do Capital Social na promoção do Desenvolvimento Local Sustentável (DLS) do Arranjo Produtivo Local de Santa Cruz do Capibaribe – PE. Nisto, sua tese central consistiu em analisar como os atores locais desse arranjo cooperam em prol da qualidade de vida. Partiu-se do pressuposto que o DLS requer ações cooperativas e que estas demandam a existência de Capital Social nas interações sociais dos atores locais. Teoricamente, utilizou-se conceitos que versam sobre o Capital Social em seus níveis, dimensões e categorias, onde procurou-se identificar como esse ativo está sendo mobilizado para o bem comum, e desse modo para o DLS do arranjo. Metodologicamente, optou-se por uma abordagem qualitativa, a qual deu suporte aos achados empíricos da pesquisa. Os dados da pesquisa de campo foram coletados mediante a aplicação de entrevistas junto aos atores locais e mediante a análise dos documentos fornecidos por estes. Foram entrevistados ao todo, 17 sujeitos, que representam entidades econômicas, instituições sociais de fomento a atividade confeccionista e organizações públicas. Os resultados confirmam a existência de Capital Social no arranjo, bem como a contribuição desse ativo nas ações direcionadas à seu DLS. No entanto, observou-se que as ações cooperativas, embora sejam compatíveis com os preceitos do DLS, não são suficientes para atender todas as demandas do arranjo nesse sentido. Além disso, a mobilização comunitária mostrou-se reduzida e o Estado não tem se inserido no âmbito social nem tem cumprido suas atribuições. De modo geral, o arranjo local conta com uma estrutura social formada por grupos interligados, que possuem elos fortes e atuam conjuntamente, essas redes sociais por sua vez, são reforçadas por fatores cognitivos pautadas na confiança e reciprocidade. O Capital Social intracomunitário se mostra fortalecido pelas parcerias locais, as relações extracomunitárias são pontuais e a sinergias e integridade apresentam níveis reduzidos. Contudo, observa-se um cenário pautado na formação de expectativas e a predisposição à cooperação.

Palavras-chave: Capital Social. Desenvolvimento Local Sustentável. Arranjos Produtivos Locais. Cooperação.

ABSTRACT

This research aimed to discuss the influence of the social capital in the promotion of the Sustainable Local Development (DLS) of the local productive arrangement (LPA) of Santa Cruz of Capibaribe - PE. Thus, the main objective of this study was to analyze how actors of the LPA cooperate to improve quality of life to the community. It started from the assumption that the DLS requires cooperative actions and these actions require the existence of social capital in the local actors' social interactions. Theoretically, it was used concepts that turn on the social capital in their levels, dimensions and categories, and it tried to identify as this assets is being mobilized for the common weal, and thus for DLS of the arrangement. On the methodology, it was decided opted for a qualitative approach, which gave support to the empiric discoveries of the research. The findings of the field research were collected by the application of interviews with local actors and by the analysis of the documents provided by them. 17 subjects were interviewed and they represent economical entities, social institutions of fomentation the manufacturing activity and public organizations. The results confirm the existence of social capital in the arrangement, as well as the contribution of these assets in the addressed actions to its Sustainable Local Development. However, it was observed that the cooperative actions are not enough to assist all the demands of the arrangement in the direction of sustainable development, although they are compatible with the precepts of DLS. In general, the local arrangement counts with a social structure formed by interlinked groups, that they possess strong links and they act jointly. Those social nets are reinforced by cognitive factors based on trust and reciprocity. However, it observes a scenery based on the formation of expectations and the predisposition to cooperation.

Keywords: Social capital. Sustainable Local Development. Local Productive Arrangements. Cooperation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa das redes de relações dos atores locais.	116
Figura 2. Laços sociais dos atores locais do APL	118
Figura 3. Nível de confiança dos atores locais	122
Figura 4. Desafios e perspectivas para o DLS do arranjo	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quatro visões de capital social	48
Quadro 2. Principais conceitos da literatura abordada	49
Quadro 3. Categorias complementares de capital social	53
Quadro 4. Sujeitos da pesquisa	63
Quadro 5. Operacionalização da pesquisa	69
Quadro 6. Sujeitos entrevistados	89
Quadro 7. Papéis dos Atores Locais na Promoção da Qualidade de vida	106

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1. Comercialização de confecção no centro da cidade de Santa Cruz do Capibaribe. 85
- Imagem 2. Feira da Sulanca do arranjo de Santa Cruz do Capibaribe . 86

LISTA DE SIGLAS

AD DIPER – Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco

ASCAP - Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe

ASCONT - Associação dos Contabilistas de Santa Cruz do Capibaribe

APL Arranjo Produtivo Local

CESAC – Centro de Ensino Superior Santa Cruz do Capibaribe

CDL Câmara de Dirigentes Lojistas

CPRH - Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

CTM – Centro Tecnológico da Moda

CT"s - Centros Tecnológicos

DLS Desenvolvimento Local Sustentável

FADIRE – Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco

REDESIST Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais

SARA Agricultura e Reforma Agrária

SEAS Secretaria de Articulação Social

SCC Santa Cruz do Capibaribe

SDEC Secretaria de Desenvolvimento Econômico

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SECTMA - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAG Secretaria de Planejamento e Gestão

SESI – Serviço Social da Indústria

SINDIVEST - Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco

QV Qualidade de vida

UPE Universidade Estadual de Pernambuco

UFPE Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Caracterização do problema de pesquisa	20
1.2 Objetivos	23
1.2.1 Objetivo Geral	23
1.2.2 Objetivos específicos.	23
1.3 Justificativa do estudo	23
2 REVISÃO DE LITERATURA	25
2.1 Desenvolvimento Local	25
2.2 Desenvolvimento Local Sustentável	29
2.3 Arranjos Produtivos Locais	31
2.4 Capital Social	38
2.4.1 Elementos conceituais	40
2.4.2 Tipos de Capital Social	51
2.4.3 Categorias analíticas adotadas	52
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
3.1 Tipo da pesquisa	58
3.2 Método adotado	59
3.3 Locus de investigação.	59
3.4 Sujeitos abordados	60
3.5 Coleta dos dados.	66
3.6 Análise dos resultados	67
3.7 Operacionalização da pesquisa: Definição Constitutiva (DC) e Definição Operacional (DO) das categorias de análise	69
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
4.1 Caracterização do Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste de Pernambuco	71
4.1.1 Caracterização do Locus em estudo: o Arranjo Produtivo Local de Confeções de Santa Cruz do Capibaribe.	84
4.2 Traços de Capital Social no arranjo	88
4.2.1 Quem são os atores locais do Arranjo Produtivo Local de Confeções de Santa Cruz do Capibaribe que atuam pelo DLS	88

4.2.2 Ações cooperativas para o Desenvolvimento Local Sustentável: a busca da qualidade de vida	93
4.3 Fontes e manifestações do Capital Social mobilizadas para o DLS do APL.	105
4.3.1 Categoria estrutural	105
4.3.1.1 Os papéis dos atores locais na qualidade de vida no APL	106
4.3.1.2. Redes de relações sociais dos atores locais	112
4.3.2 Categoria Cognitiva.	119
4.3.2.1 Confiança, reciprocidade e solidariedade: orientação em função dos outros.	120
4.3.2.2 Cooperação e generosidade: orientação para ação	123
4.4 Dimensões do Capital Social nas ações articuladas para o DLS do Arranjo de Santa Cruz do Capibaribe.	127
4.4.1 Capital social intracomunitário: a integração	128
4.4.2 Capital Social extracomunitário: as linkages	130
4.4.3 Capital Social e relações Estado-Sociedade: a sinergia	135
4.4.4 Capital Social e coerência corporativa: a integridade	139
4.5 Desafios e perspectivas para o DLS do arranjo	145
5 CONCLUSÕES	150
5.1 Limitações da pesquisa	157
Referências	159
APÊNDICE	163
ANEXO A	166
ANEXO B	167
ANEXO C	169

1 Introdução

“Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária”.

Karl Marx

As intensas transformações socioeconômicas e políticas¹ ocorridas nas últimas décadas têm suscitado debates e novas propostas de desenvolvimento. O teor dessas discussões centra-se na crítica às concepções tradicionais de desenvolvimento que enfatizaram o crescimento econômico com estratégia desenvolvimentista e negligenciaram aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais que igualmente fundam o desenvolvimento².

De um lado se questiona a capacidade do crescimento econômico de prover a elevação dos níveis de qualidade de vida da população, de outro, ressalta-se a importância da participação popular nos projetos sociais direcionados ao bem-estar coletivo e o protagonismo local das regiões na introdução de políticas desenvolvimentistas.

No âmbito dessas discussões, estão em pauta, mudanças nas concepções e nas práticas relativas ao desenvolvimento, as quais estão embasadas na constatação de que o modelo de crescimento até então vigente, tende a esgotar as matérias-primas e os recursos naturais vitais ao funcionamento e sustentabilidade do modo de produção e da sociedade contemporânea e a intensificar as desigualdades sociais ao primar por fatores meramente econômicos.

¹ No âmbito econômico diversos autores tem enfatizado o processo de globalização, a flexibilização produtiva e o advento da sociedade da informação e do conhecimento, como fatores que tem demandado novas posturas das empresas, dos países e dos formuladores de políticas públicas (CASSIOLATO e LASTRES, 2003; CASSIOLATO; SZAPIRO, 2003; LASTRES e CASSIOLATO, 2005; CAMPOS, 2004; MOUTINHO; CAMPOS, 2007). No que se refere aos fatores sociais e políticos, as crescentes desigualdades sociais ocasionadas pelo acirramento competitivo entre as nações, e os elevados índices de pobreza e fome, são comumente apontados como motivadores de uma nova lógica de desenvolvimento, a qual viesse a contemplar a inclusão social e equidade de oportunidades, e a junção de esforços para a melhoria da qualidade de vida. (ABRAMOVAY, 2000; DE FRANCO, 2004; RATTNER, 2002; KLIKSBERG, 2002; FURTADO, 1982).

² A transição para um novo paradigma de desenvolvimento e os seus desafios são acompanhados de inovações no terreno das ideias e as consciências das sociedades, incluindo a formulação de novas propostas de desenvolvimento. Aparentemente, o primeiro grande impacto nas consciências se dá no final da década de 60 e início dos anos 70 como resultado do efeito combinado da crise do petróleo com a publicação do primeiro relatório do Clube de Roma, *Os limites do crescimento* (Meadows, et all, 1981), em 1969. Com uma crítica sólida e competente da concepção tradicional de uma natureza inesgotável e disponível à exploração da humanidade, o relatório mostrou as perspectivas reais de esgotamento, a médio prazo, de importantes matérias-primas e fontes energéticas. (BUARQUE, 2002, p. 57).

Como alternativa a esse modelo predatório e a exclusão social e degradação ambiental que provoca, estão as ideias que apontam para a interligação simultânea entre desempenho econômico e o atendimento as demandas socioambientais. Destaca-se nesse sentido, o conceito de Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), o qual aborda o desenvolvimento como um processo social de longo prazo, norteado pela eficiência econômica, equidade social e conservação ambiental, circunscrito aos atores locais e efetuado pelas interações destes em suas relações sociais.

Nota-se que o local, seus atores e as relações sociais que desenvolvem, apresentam fundamental importância nesse modelo de desenvolvimento. Desse modo, tem sido cada vez mais recorrente, os estudos que assentam suas teses na relação entre o DLS e o Capital Social das regiões. Este, refere-se a fatores culturais que estimulam comportamentos engendrados pela confiança recíproca dos atores em suas relações e por elementos estruturais que facilitam a cooperação e o trabalho em conjunto nas redes sociais. Do mesmo modo, a ênfase no local tem estimulado investigações sobre os Arranjos Produtivos Locais (APL's) enquanto instâncias promotoras de desenvolvimento, isto porque, ao gerarem dinamismo econômico, distribuição de renda, geração de emprego e ao funcionarem mediante interações sistêmicas dos atores locais, esses espaços são dotados de Capital Social e seus atores podem utilizar esse ativo para a consecução de interesses comuns, e desse modo, os Arranjos Produtivos mostram-se aptos a atingir o DLS.

Considerando essas relações, essa dissertação busca investigar como os atores locais do Arranjo Produtivo Local de confecções da cidade de Santa Cruz utilizam seu Capital Social para promover o DLS, com isso, é objetivo do estudo aqui proposto, analisar como os atores locais cooperam em prol da qualidade de vida.

Para tanto, além da pesquisa bibliográfica dos temas que comportam a fundamentação teórica e que subsidiam as análises dos dados, essa dissertação se utilizou de pesquisa de campo mediante a aplicação de entrevistas com os atores locais que compõem o arranjo investigado, e de análises de documentos internos das instituições pesquisadas.

No intento de responder aos questionamentos aqui sugeridos, esse trabalho está organizado em cinco capítulos. O primeiro em que se insere essa seção é o capítulo introdutório, que trata dos objetivos da pesquisa, do problema norteador do estudo e das justificativas para sua realização.

O segundo capítulo aborda o arcabouço teórico que fundamenta os questionamentos aqui levantados, o qual é composto pela revisão da literatura dos temas: Desenvolvimento Local Sustentável, Arranjos Produtivos Locais e Capital Social.

O terceiro capítulo discute os procedimentos metodológicos adotados para responder aos objetivos e ao problema da pesquisa, para tanto, contempla: o tipo de pesquisa, o método abordado, o *locus* de investigação, os sujeitos da pesquisa, as técnicas para coleta de dados, os instrumentos para análise dos resultados, a operacionalização da pesquisa e as limitações do estudo.

O quarto capítulo apresenta a análise dos resultados dos dados obtidos na pesquisa de campo, onde é feito o confronto das informações obtidas no *locus* com as referências teóricas.

O quinto capítulo expressa as conclusões da pesquisa, relacionando os resultados obtidos com os objetivos propostos. O estudo encerra-se com as referências bibliográficas que deram suporte para pesquisa.

1.1 Caracterização do problema de pesquisa

Esse estudo busca compreender a contribuição do Capital Social para o DLS do APL de Santa Cruz do Capibaribe (SCC)- PE. Nesse sentido, será abordada a influência que as redes sociais onde os atores locais atuam e as relações que desenvolvem, pautadas em confiança, reciprocidade e solidariedade, exercem na cooperação para obtenção de benefícios coletivos. Pretende-se com isso, descobrir como os atores locais cooperam para a qualidade de vida e nesse sentido para o DLS e qual a relevância do Capital Social nesse processo.

O Capital Social, entendido como ativo que une os indivíduos a objetivos comuns, é tido como fator basilar para o desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento pressupõe mobilização coletiva e ações conjuntas (ABRAMOVAY, 2000; RATTNER, 2002; DE FRANCO, 2004; KLIGSBURG, 2002; FURTADO, 1982). E para a constituição e sustentabilidade dos APL's, pois sua existência possibilita a formação de vínculos relacionais, a cooperação inter-atores e o compartilhamento de objetivos comuns (SCHMITZ, 1997; ALBAGLI; BRITO, 2002, CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

No âmbito dos estudos sobre Arranjos Produtivos, o Capital Social tem sido utilizado para explicar a importância da cooperação interfirmas para a formação de alianças que garantam a inserção e sobrevivência das empresas aos mercados altamente competitivos. Parte-se do pressuposto de que a concentração territorial de empresas não é fator suficiente

para garantir a obtenção de benefícios coletivos, faz-se necessário a existência de elos entre os atores locais que incitem a atuação conjunta, mediante a formação de parcerias, as quais se estabelecem quando existe confiança para a efetivação de ações cooperativas, ou seja, quando existe Capital Social. (SCHMITZ, 1997).

Os Arranjos Produtivos Locais tem sido amplamente investigados devido ao dinamismo econômico que propiciam as regiões onde se inserem, bem como os benefícios socioeconômicos que garantem aos atores locais. O crescente interesse por esse formato organizacional de empresas reside, sobretudo, na capacidade de mobilização coletiva dessas instâncias para o uso das potencialidades e atributos específicos da localidade, o que contribui comumente para o desenvolvimento das regiões, uma vez que o desenvolvimento está engendrado tanto no desempenho econômico exitoso, bem como na capacidade coletiva dos atores locais em articularem conjuntamente os interesses econômicos com a inclusão social e a preservação ambiental. Nisto, os Arranjos Produtivos locais, ao estarem imbuídos de atores que interagem conjuntamente, facilitam o delineamento e a introdução de estratégias desenvolvimentistas. (BUARQUE, 1999).

Especialmente em países em desenvolvimento que apresentam índices elevados de desemprego e pobreza, e que demandam maiores esforços para a elevação dos níveis de bem estar-social, a existência de APL's é referência no processo de desenvolvimento das regiões, ao gerarem emprego, renda e ampliação das oportunidades de vida da população.

No tocante aos estudos que versam sobre o Desenvolvimento, o Capital Social se insere corroborando a crítica às versões tradicionalistas que trabalham com preceitos meramente econômicos para explicarem o Desenvolvimento. Tal crítica funda-se na percepção de que “o fracasso das recomendações do “Consenso de Washington” – liberalizar, privatizar e flexibilizar as relações de trabalho – impõe uma revisão urgente da teoria do desenvolvimento econômico”. (RATTNER, 2002). A qual visa questionar a lógica economicista do desenvolvimento e propor uma interligação simultânea entre os índices de crescimento com a elevação do bem-estar “[...] o crescimento do PIB não significa melhor qualidade de vida, em termos de saúde, educação e mais liberdade de opções.” (RATTNER, 2002). Sendo assim, “sem desenvolvimento social concomitante, nunca haverá desenvolvimento econômico satisfatório”. (BANCO MUNDIAL, 1996).

Essa nova proposta, delega fundamental importância ao “tecido das relações sociais” (Rattner, 2002) como condicionante indispensável do desenvolvimento, em que os indivíduos e suas ações sociais, podem mudar os rumos de suas localidades. Nisto o desenvolvimento

adquire nova conotação, onde, “procura-se trabalhar com a necessidade gregária, o espírito de cooperação e os valores de apoio mútuo e solidariedade [...]” (RATTNER, 2002).

Além da dimensão econômica, agrega-se a esse novo preceito, questões sociais e ambientais, e se discute desenvolvimento como um fator dinâmico, subjacente as relações sociais e condicionado pela mobilização coletiva dos diferentes atores sociais.(RATTNER, 2002; DE FRANCO, 2004; BUARQUE, 1999; FURTADO, 1982; KLIGSBURG, 2002). Essa nova proposta, integra o Capital Social como um dos seus sustentáculos, visto que “[...] em todos os debates travados nos últimos anos, o conceito de Capital Social tem ocupado espaço crescente, devido à percepção de seus impactos na reformulação das práticas de desenvolvimento”. (RATTNER, 2002).

Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento ultrapassa as questões inerentes ao crescimento econômico e sua conquista deve primar pela interligação sistêmica entre aspectos econômicos, sociais e ambientais. Desse modo, o desenvolvimento é local na medida em que os atores estabelecem relações de proximidade, baseadas em alianças para projetos comuns e se mobilizam conjuntamente para viabilizar as oportunidades endógenas do território e combater as dificuldades que entram o desempenho deste; e é sustentável, quando esse engajamento coletivo se direciona a promover a equidade social, a conservação ambiental e a eficiência econômica. (BUARQUE, 1999).

Os APL's, ao apresentarem dinamismo econômico, vínculos sociais e interações coletivas, são instâncias locais de desenvolvimento, visto que os atores locais ao compartilharem valores e interesses comuns, podem atuar conjuntamente na canalização de esforços para a utilização das potencialidades locais. Do mesmo modo, os Arranjos Produtivos tendem a apresentarem um elevado estoque de Capital Social, uma vez que os elos relacionais de seus atores podem propiciar a formação de confiança e a reciprocidade de ações cooperativas, isto torna os APL's aptos a engendrem projetos coletivos voltados ao seu DLS.

É considerando a influência do Capital Social para a cooperação em prol de benefícios comuns, os Arranjos Produtivos como importantes instrumentos de Desenvolvimento Local e a relevância da integração simultânea entre as dimensões do desenvolvimento, bem como a relação entre o Capital Social e o funcionamento dos APL's e a promoção do DLS, que esse estudo se insere e visa investigar:

Como os atores locais do Arranjo Produtivo Local de confecções da cidade de Santa Cruz do Capibaribe – PE utilizam seu Capital Social para promover o DLS?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como os atores do Arranjo Produtivo Local de confecção da cidade de Santa Cruz do Capibaribe – PE cooperam em prol da promoção da qualidade de vida desse espaço.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar os atores locais que atuam para promover a qualidade de vida no Arranjo Produtivo Local de SCC;
- Identificar as redes de relações sociais estabelecidas entre os atores locais e a contribuição das mesmas para o DLS do arranjo;
- Delinear as categorias e dimensões do Capital Social existentes nas redes de relações sociais do arranjo;
- Descrever e discutir as ações cooperativas empreendidas pelos atores do arranjo em função da qualidade de vida;
- Analisar os traços de capital social mobilizados para o Desenvolvimento Local Sustentável do arranjo;

1.3 Justificativa do estudo

A constatação de que o crescimento econômico não se converte em qualidade de vida, colocou em discussão os modelos de desenvolvimento que primam por aspectos meramente econômicos e fez emergir novas concepções contrárias a esse entendimento. Essas novas propostas se assentam fundamentalmente na necessidade de se discutir fatores sociais, ambientais e as especificidades culturais das localidades como elementos constituintes do desenvolvimento.

Assim, as investigações sobre desenvolvimento têm adquirido novas dimensões e conceitos. Dentre eles destaca-se a importância dos arranjos produtivos locais, que apresentam vínculos institucionais e relações sociais que permitem a busca de interesses

coletivos e o Capital Social que estes possuem em suas redes de relações sociais para se atingir o DLS.

No que se refere ao APL de Santa Cruz do Capibaribe, escolhido como *locus* de investigação, esse estudo visa contribuir com as discussões supracitadas ao analisar como o Capital Social mobilizado pelos atores locais desse espaço contribui para o seu DLS.

Nisto, o interesse em realizar esse estudo, justifica-se primeiramente pela relevância de se evidenciar as práticas voltadas ao desenvolvimento engendradas pelos atores locais desse arranjo, e a pertinência dessas ações ao debate contemporâneo do tema. Busca-se com isso verificar em que medida o arranjo estudado encontra-se alinhado aos preceitos contemporâneos de desenvolvimento e qual o papel do Capital Social nesse processo.

Esse estudo teve motivações pessoais, teóricas e práticas como justificativas para sua realização. No âmbito prático, pretende-se contribuir com o APL de Santa Cruz do Capibaribe com o fornecimento de informações relevantes sobre o Capital Social lá existente e sobre sua mobilização para benefícios comuns que promovam a qualidade de vida no arranjo, e desse modo, o seu DLS.

No plano teórico, essa dissertação visa consubstanciar os estudos que abordam a importância do Capital Social nos debates sobre o desenvolvimento em Arranjos Produtivos Locais. As motivações de ordem pessoal, referem-se a acessibilidade da autora ao *locus* de investigação, bem como sua identificação com a temática e a inquietação da pesquisadora em investigar o desenvolvimento desse arranjo, visto que a maioria dos estudos que o abordam, se debruçam sobre as questões meramente econômicas, sendo escassa a literatura que versa sobre as demandas e debilidades socioambientais desse espaço.

2 Revisão de literatura

“Não há fatos eternos, como não há verdades absolutas”

Friedrich Nietzsche

2.1 Desenvolvimento Local

Tradicionalmente, os estudos sobre desenvolvimento recorriam a variáveis econômicas para explicar os níveis de bem-estar da sociedade, nesse contexto, a mensuração da renda, emprego e produto econômico era condição suficiente para versar sobre a qualidade de vida da população. Depreendia-se desse fato, a constatação de que a promoção do crescimento econômico conduziria ao desenvolvimento. Sobre essa ênfase exclusiva em variáveis de teor econômico, Kliksberg (2002) ressalta:

[...] adverte-se contra a “soberba epistemológica” com que o pensamento econômico convencional trabalhou múltiplos problemas, pretendendo capturá-los e resolvê-los a partir de marcos de referência baseados em grupos limitados de variáveis, de índole quase que exclusivamente econômica, que não deixam espaço para outras procedências (KLIKSBERG, 2002, p. 10).

Modernamente, a concepção de desenvolvimento agrega diferentes percepções, as quais ultrapassam a dimensão reducionista das abordagens econômicas e englobam fatores culturais, institucionais, políticos, ambientais e sociais. Isto porque, as versões economicistas supracitadas não abarcaram a complexidade inerente ao processo de desenvolvimento, não explicando assim porque diferentes países com políticas semelhantes apresentavam resultados discrepantes. Inferiu-se desse modo, que o crescimento econômico com suas variáveis explicativas é “condição necessária, porém não suficiente para o desenvolvimento” (RATTNER, 2002).

Nesse contexto, admite-se a urgência de novos pressupostos que questionem a lógica mercadológica do desenvolvimento. Para Rattner (2002) trata-se de uma concepção alternativa que “parte de uma visão sistêmica, contemplando a multiplicidade de fatores intervenientes e suas relações recíprocas”.

Contribuindo com essa crítica a versão economicista do desenvolvimento, De Franco (2004) ao questionar a conotação material e político-militar que o tema assumiu, argumenta:

[...] ora estamos falando de desenvolvimento ou de capacidade de dominar e de mandar nos outros? Se ambas são a mesma coisa, ou se uma leva inexoravelmente à outra, então se poderia medir o grau de desenvolvimento de uma localidade pelo número de ogivas nucleares e mísseis balísticos operacionais que possui em estoque e não deveríamos ficar perdendo tempo e quebrando cabeça com a elaboração de índices humanos, sociais e ambientais de desenvolvimento. (DE FRANCO, 2004, n.p).

A superação desse modelo convencional de desenvolvimento se fez de modo a questionar as insuficiências explicativas sobre o fenômeno e refletiu a necessidade de se encontrar novas versões que discorressem sobre a relação entre as diferentes variáveis subjacentes a esse processo. Nesse sentido, o desenvolvimento passou a ser referenciado como:

[...] um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade. Portanto, trata-se de um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico. O desenvolvimento ocorre quando na sociedade, se manifesta uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los. (FURTADO, 1982, p. 149).

Em meio a esse debate, o desenvolvimento adquire uma conotação ampliada, que prima pela valorização das possibilidades de indivíduos e sociedades desfrutarem de qualidade de vida via aumento de seu poder de escolha, estágio que não pode ser atingido unicamente pelo crescimento econômico, nisto, “o êxito de uma sociedade deve ser avaliado segundo as liberdades substantivas que os membros delas desfrutam” (SEN, 2000, p. 32).

Em que pesem tais considerações, as modificações conceituais referentes ao tema, delegam ênfase basilar a capacidade de mobilização coletiva, ao processo de empoderamento de grupos e regiões específicas e as mudanças sociais que tais agentes imbuídos em suas redes sociais podem promover.

Hoje sabemos que o desenvolvimento tem muitas dimensões: econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica que mantêm, umas em relação às outras, um relativo grau de autonomia. Todas essas dimensões comparecem no processo de desenvolvimento, em conjunto determinando-o ou, em particular, cada qual condicionando-o. (DE FRANCO, 2004, p. 2).

Nesse ensejo, o local adquire importância fundamental no âmbito dos estudos sobre desenvolvimento, uma vez que as políticas generalizantes se mostraram insuficientes para promover o bem-estar social, ao negligenciarem a diversidade cultural das regiões, e imporem

medidas homogêneas a realidades distintas. Tal fracasso colocou em evidência fatores inerentes as particularidades das localidades como elementos determinantes do desenvolvimento. Desse modo o território representa muito mais do que atributos geográficos e naturais, ele é também “uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico”. (ABRAMOVAY, 2000, p. 7).

A ideia central é que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. (ABRAMOVAY, 2000, p. 7).

A dimensão local do desenvolvimento contempla desse modo as especificidades dos territórios e a importância das relações sociais que se estabelecem em seu âmbito, bem como a capacidade das regiões em mobilizarem suas potencialidades. Desta feita, estamos nos referindo a um processo endógeno, no qual o desenvolvimento é pensado enquanto instrumento proveniente das interações sociais ocorridas no interior de um espaço. Para Buarque, tal desenvolvimento é:

[...] é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma considerável transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas (BUARQUE, 1999, p. 23-24).

O desenvolvimento local nesse sentido pressupõe a existência da noção de pertencimento à região, a qual permite o surgimento de interações em prol de objetivos comuns e a ocorrência de um protagonismo local que conduza os atores à mobilizarem ações direcionadas à valorização das potencialidades do entorno.

Corroborando essa análise, Abramovay, (2000) refere-se à dimensão espacial do desenvolvimento considerando que “[...] não se trata de apontar vantagens ou obstáculos geográficos de localização e sim estudar a montagem das “redes”, das “convenções”, em suma, das instituições que permitem ações cooperativas”. (ABRAMOVAY, 2000, p.1-2).

A abordagem territorial do desenvolvimento reconhece que a eficiência das atividades econômicas está intensamente condicionada pelos laços de proximidade e pelo fato de pertencer a esse espaço. Valoriza-se, com isso, os conhecimentos, as tradições e os vínculos

de confiança, mas, também, as estratégias de competição, que foram historicamente tecidas nos inúmeros territórios. (ROCHA; BURSZTYN, 2006, p.4).

Com efeito, o que se fala por desenvolvimento local perpassa necessariamente sobre os efeitos positivos que os vínculos à terra, as tradições institucionalizadas ao longo do tempo nas interações sociais, o compartilhamento de costumes comuns e as heranças históricas do território incidem sobre a capacidade de mobilização coletiva que os atores locais desenvolvem em prol de ações coletivas voltadas ao equacionamento de problemas e na ativação de qualidades peculiares da localidade. Nestes termos, Sachs (2008) acrescenta “é no plano local que se buscam soluções para os conflitos, se negociam compromissos e se constroem, na medida do possível, sinergias”.

O território é o produto da interação do homem-espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) pelo trabalho e depois criando continuamente o valor ao modificar e retrabalhar o espaço social que, a partir daí, é também um espaço econômico, por ser valorizado. (VILELA, 2002, p.146).

Sobre a capacidade dos territórios empreenderem políticas de desenvolvimento duráveis e sistêmicas e nesse sentido se alinharem a tendência vigente de práticas voltadas a sustentabilidade das atividades econômicas e das relações sociais para a conquista da qualidade de vida, Vázquez Barquero (1988) argumenta:

Normalmente a forte identidade da cultura local tende a assimilar as novas realidades produtivas e os novos esquemas de relações sociais, e os novos valores encontram um eco favorável nas zonas de desenvolvimento local. Desta feita, tendem a integrar-se com um mínimo de custos sociais e culturais, já que são respostas viáveis aos problemas locais. As atividades industriais se integram na vida social e cultural local, incorporando novos valores que desenvolvem e potenciam os antigos, sem criar um certo conflito e contradições no processo de adaptação (VÁZQUEZ BARQUERO, 1988, p. 90).

Dessas considerações percebe-se que o local com suas especificidades socioculturais configura-se como uma instância onde indivíduos podem se articular conjuntamente para auferirem benefícios coletivos. Fundamental nesse contexto é a capacidade da comunidade articular seus membros e trabalhar habilidades para a promoção de seu desenvolvimento econômico e social.

2.2 Desenvolvimento Local Sustentável

No bojo dessas discussões acerca do desenvolvimento enquanto fenômeno local, o conceito de sustentabilidade se acrescenta as definições inerentes ao assunto com vistas a fornecer a ideia de integração sistêmica dos fatores que compõem as sociedades, especificamente as dimensões econômica, ambiental e social e seus desdobramentos. Isto porque “a sustentabilidade é uma função de interligação, é um comportamento emergente em um sistema complexo que viabiliza a conservação da sua adaptação ao meio” (DE FRANCO, 2004). Nisto, o Desenvolvimento Sustentável:

[...] constitui-se num novo paradigma de desenvolvimento, numa nova filosofia de desenvolvimento econômico, a qual, por meio de uma perspectiva multidimensional busca a articulação entre a economia, o meio ambiente, a política, a cultura e as dimensões sociais e demográficas, sempre numa visão integrada que supera as abordagens unilaterais e explicações reducionistas. Pensar em desenvolvimento sustentável é pensar numa visão de longo prazo, incluindo os direitos das gerações futuras, assim como pensar nos ritmos naturais da vida e da matéria, sugerindo o respeito à capacidade de resiliência dos ecossistemas. (FURLANETTO *et al.*, 2011, p. 202).

Assim, para o Desenvolvimento Sustentável, o relevante é a configuração dos fatores do desenvolvimento em seu conjunto (como a renda, a riqueza, o conhecimento, o poder ou o empoderamento e a interação com o seu meio ambiente natural) e não os valores dessas variáveis tomadas isoladamente. (DE FRANCO, 2004).

Fator peculiar nessa versão de desenvolvimento é a atenção conferida às questões ambientais, que dada a elevada degradação dos recursos naturais no contexto atual, se inseriu na pauta de discussão sobre o tema no intuito de integrar às políticas desenvolvimentistas a conscientização ambiental. Tal ocorrência se deveu a negligência dos modelos convencionais de desenvolvimento sobre o tema, que ao primarem por aspectos meramente econômicos, incitaram a ótica do crescimento ao qualquer custo, assim, fatores como poluição, destruição dos espaços naturais, catástrofes ambientais, entre outros aspectos relacionados ao meio ambiente, foram colocados em uma posição secundária nessas vertentes. No que concerne essa mudança de foco, Dias (2011), acrescenta:

A passagem de um modelo de desenvolvimento predatório a um sustentável que mantenha a harmonia com a natureza tem múltiplas implicações. Implica modificar nossa visão e relação com a natureza: esta não é somente uma fonte de matérias-primas, mas também é o ambiente necessário para a existência humana. Envolve um manejo racional dos recursos naturais e também modificar a organização produtiva e social que produz e reproduz a desigualdade e a pobreza, assim como as práticas

produtivas predatórias e a criação de novas relações sociais, cujo eixo já não será a ânsia de lucro, mas o bem-estar humano. (DIAS, 2011, p. 38).

Nesse sentido, a inserção do meio ambiente aos debates sobre o desenvolvimento incitou a criação de uma proposta multidimensional direcionada ao equacionamento da crise homem-natureza, que reivindica a continuidade e o equilíbrio entre as esferas ambientais, sociais e econômicas. Sendo esse novo modelo de desenvolvimento “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

A agregação de fatores diversos a um mesmo modelo de desenvolvimento denuncia o fato de que, tais variáveis trabalhadas isoladamente não promovem o bem-estar social, nisto o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta diferentes dimensões para explicar como uma sociedade pode promover a continuidade de suas relações e atividades. No que concerne a natureza dessas dimensões, têm-se:

A dimensão ambiental se refere à capacidade do homem de utilizar adequadamente os recursos naturais dentro de uma visão sistêmica de biodiversidade e da vocação natural dos ecossistemas. A dimensão econômica abrange elementos e processos associados às atividades de geração de riqueza, através da transformação das condições de produção em favor da humanidade e da utilização dos recursos de maneira racional, para atender à demanda das gerações atuais sem comprometer os anseios das populações futuras. A dimensão sociocultural envolve a integração do homem em todos os aspectos da sociedade, de maneira que tenha acesso aos direitos econômicos, sociais e jurídicos e possa desfrutar de uma vida digna em sociedade. (AGENDA 21 DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2001, p. 11).

Compartilhando essa definição, Buarque (1999) trata o assunto como um “processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade contabilizando no tempo (longo prazo) e no espaço, o crescimento, eficiência econômica, conservação ambiental, qualidade de vida e equidade social” [...] (BUARQUE, 1999).

No entanto, cabe salientar que tal projeto de mudança social só se faz efetivo se a sociedade e seus diferentes membros se articularem conjuntamente em prol dos objetivos definidos. É nesse sentido que a existência de ações associativistas, cooperativas e cívicas se faz necessária, senão indispensável na consolidação dessa proposta. É imprescindível nesse contexto, a construção de sinergias entre as comunidades, o Estado e as instituições que subsidiam as relações entre estes entes sociais.

Destarte, a relação entre desenvolvimento e localidade fica evidente na medida em que as comunidades possuem um tecido social peculiar que lhes permitem solucionar

problemas comuns e lançarem alternativas próprias para regerem seus destinos. Nisto, o projeto de desenvolvimento sustentável em bases locais, se dá mediante a articulação dos fatores constituintes do tema, como das ações coletivas que as comunidades são capazes de empreenderem. Nesse contexto, surge o que se denomina de desenvolvimento local sustentável, o qual é tido como:

Desenvolvimento local Integrado e Sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir as suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar as suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais (DE FRANCO, 1998, p.7).

É considerando tais relações que este trabalho propõe sua análise, no intento de demonstrar a influência que o tecido social local, exerce na promoção de seu desenvolvimento sustentável.

2.3 Arranjos Produtivos Locais

As organizações têm atuado em ambientes altamente competitivos, caracterizados pelo constante processo de inovação, os quais demandam a intensa busca da firma por diferenciais competitivos que proporcionem sua sobrevivência nesse cenário de concorrência acirrada. Diante da necessidade de forjar as competências necessárias a atuação nesse contexto, as unidades produtivas tem estabelecido alianças e empreendido novos formatos organizacionais fundados na ideia de cooperação e parceira.

Essas novas formas organizacionais são caracterizadas pela existência de redes sociais que compartilham experiências, interesses e objetivos comuns e fornecem as bases para o estabelecimento de vínculos e acordos voluntários que permitem a ocorrência de parcerias empresariais. A partir dessa realidade, tem se destacado a concentração espacial de empresas em localidades específicas, caracterizadas por uma identidade cultural peculiar da comunidade que permite a constituição e perpetuação das alianças econômicas, os chamados Arranjos Produtivos Locais (APL's).

Os estudos que versam sobre esse fenômeno indicam que os APL's começaram a ser investigados a partir das experiências de aglomeração espacial da produção da terceira Itália, os chamados distritos italianos, devido ao desempenho socioeconômico bem-sucedido que estes apresentaram. (VEIGA, 1999).

Uma excelente síntese da questão foi feita por Sebastiano Brusco ao apontar as três lições essenciais que devem ser tiradas da experiência italiana: a necessidade de combinar concorrência com cooperação, conflito com participação, conhecimento local e prático com o científico. Essas três lições fazem com que a interrogação central passe a recair, portanto, sobre as condições que permitem a emergência de instituições mais favoráveis a essas três combinações. E a resposta - como não poderia deixar de ser - é a afirmação de que o desenvolvimento depende essencialmente do papel catalisador que desempenha um *projeto* elaborado por *atores locais*. (VEIGA, 1999).

O fenômeno da aglomeração territorial de empresas produzindo e interagindo coletivamente, incita a formulação de significados sobre a importância das sinergias coletivas geradas da interação dos agentes como fator determinante na criação e consolidação de atividades produtivas. Tal ocorrência abrange elementos multidimensionais que englobam aspectos econômicos, sociais, político-institucionais e territoriais, nisto, cabe argumentar, que o espaço nesse contexto é reinterpretado enquanto instância que apreende valores, costumes e características específicas das interações sociais, não se resumindo assim, a abordagem meramente econômica. (CASSIOLATO e LASTRES, 2003; CASSIOLATO e SZAPIRO, 2003; ANDRADE, 2008; SUZIGAN et al; 2003; CAMPOS, 2004). Corroborando essa definição, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, apresenta o território como:

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MDI, 2005).

Nestes termos, falar de território requer uma interpretação sistêmica que agregue as dimensões, econômica, social, cultural, político-institucional e ambiental das regiões. Mediante essa constatação, é indispensável enfatizar que o entendimento sobre as atividades produtivas estabelecidas em espaços geográficos delimitados, pressupõe uma análise que ultrapasse explicações economicistas.

A valorização da identidade sócio-cultural dos territórios denota uma visão integradora, a qual contempla os atores e suas relações sociais, os espaços e seu dinamismo econômico-social (BUARQUE, 2006; MDA, 2005; CAMPOS, 2004). É nesse contexto, onde o território e suas facetas assumem condição basilar para o desenvolvimento local das regiões e onde as interações coletivas representam o foco para o entendimento sobre os processos

produtivos e seus desdobramentos, que os estudos sobre a aglomeração produtiva são resgatados com vistas a “procura de uma melhor compreensão sobre os fatores subjacentes ao melhor desempenho competitivo das unidades produtivas” (CASSIOLATO; LASTRES, 2003).

Nesse itinerário onde o território se porta como característica basilar sobre as atividades produtivas e seus desdobramentos, Lastres e Cassiolato (2003) apresentam suas principais dimensões, as quais, segundo os autores, servem de base para a compreensão dos APL's enquanto instâncias locais de Desenvolvimento das regiões:

- Física: trata-se da dotação de recursos naturais que o arranjo dispõe, bem como as formas como tais fatores são relacionados com as atividades produtivas;
- Econômica: compreende as relações produtivas;
- Sócio-política: refere-se as relações de poder e dominação e as influências dos atores nas decisões do arranjo;
- Simbólica: a dimensão simbólica enfatiza os aspectos culturais expressados nos hábitos e costumes característicos do arranjo.

A concentração espacial de empresas tem sido abordada, portanto, como um processo característico das trajetórias históricas de construção de identidades das regiões e de formação de vínculos territoriais, mediante uma base social, cultural, política e econômica comum (LASTRES e CASSIOLATO, 2005; CASSIOLATO E LASTRES, 2003), nisto tal abordagem:

[...] privilegia a investigação das relações entre conjuntos de empresas e destas com outros atores; dos fluxos de conhecimento, em particular, em sua dimensão tácita; das bases dos processos de aprendizado para as capacitações produtivas, organizacionais e inovativas; da importância da proximidade geográfica e identidade histórica, institucional, social e cultural como fontes de diversidade e vantagens competitivas. (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 5).

Desta feita, as análises sobre a localização situada da produção se circunscrevem na investigação sobre as interações dos agentes, o aprendizado que estes desenvolvem ao longo do tempo e a capacidade que possuem de disseminar e repassar os conhecimentos adquiridos sobre as atividades econômicas e sobre as particularidades do território em que estão inseridos, tais fatores tidos como instrumentos peculiares desses espaços, representam recursos que permitem o surgimento e a continuidade do arranjo produtivo.

Caracterizados por sua “dimensão territorial”, na qual a proximidade geográfica permite o compartilhamento de opiniões e valores culturais, sociais e econômicos; pela “diversidade de atividades e atores econômicos, políticos e sociais”, ou seja, pela presença e interação de empresas (e suas diferentes formas de representação e associação) e outras organizações públicas e privadas; pelo “conhecimento tácito”, o qual pode ser entendido como aquele conhecimento que está incorporado em indivíduos, organizações e regiões com forte especificidade local; por processos de “inovação e aprendizado interativos”, onde a disseminação de conhecimentos e o aumento da capacitação produtiva e inovativa dependem fundamentalmente do aprendizado pré-existente e do adquirido com o tempo; pela “governança” que corresponde aos diversos modos de coordenação entre os agentes e atividades e, por fim, ao “grau de enraizamento”, definido pela frequência e intensidade das relações econômicas e sociais estabelecidas dentro do próprio arranjo, vis-à-vis suas relações externas (mercados, fornecedores, instituições, etc.). (ANDRADE, 2008, p. 64-65).

Esse enfoque visa entender a relação entre conhecimento, aprendizagem e inovação, considerando para tanto os efeitos das interações dos agentes sobre a capacidade competitiva dos arranjos em empreenderem e sustentarem suas atividades. (CASSIOLATO e LASTRES, 2003; CASSIOLATO e SZAPIRO, 2003; LASTRES e CASSIOLATO, 2005; CAMPOS, 2004; MOUTINHO e CAMPOS, 2007; ANDRADE, 2008). Enfatiza-se para tanto, a capacidade desses espaços em criarem, difundirem e aplicarem conhecimentos específicos surgidos das rotinas e hábitos proliferados ao longo do tempo e significados como informações de posse e uso comum. Como desdobramento desse processo a aprendizagem representa a habilidade em usar os conhecimentos (tácitos e formais) adquiridos no intuito de promover inovações e com elas a adoção de processos e produtos diferenciados, o que culmina em vantagens competitivas, as quais possibilitam a sustentabilidade do arranjo. Sobre essa relação entre aprendizagem, inovação e território, Cassiolato e Lastres (2003) destacam:

A proposta de se entender sistemas e arranjos produtivos locais fundamenta-se na visão evolucionista sobre inovação e mudança tecnológica, a qual destaca (Cassiolato e Lastres, 1999):

- o reconhecimento de que inovação e conhecimento colocam-se cada vez mais visivelmente como elementos centrais da dinâmica e do crescimento de nações, regiões, setores, organizações e instituições (em vez de poderem ser considerados como fenômenos marginais, conforme colocado por teorias mais tradicionais);
- a compreensão de que a inovação e o aprendizado, enquanto processo dependentes de interações, são fortemente influenciados por contextos econômicos, sociais, institucionais e políticos específicos;
- a idéia de que existem marcantes diferenças entre os agentes e suas capacidades de aprender, as quais refletem e dependem de aprendizados anteriores;
- a visão de que se, por um lado, informações e conhecimentos codificados apresentam condições crescentes de transferência - dada a eficiente difusão das tecnologias de informação e comunicações - conhecimentos tácitos de caráter localizado e específico continuam tendo um papel primordial para o sucesso inovativo e permanecem difíceis (senão impossíveis) de serem transferidos. (CASSIOLATO; LASTRES, 2003, p. 3).

Embora não sejam consensuais as definições acerca do tema, muitos estudos indicam que os APL's são aglomerações produtivas concentradas geograficamente, surgidas espontaneamente em decorrência das necessidades socioeconômicas das regiões, especializadas em atividades produtivas específicas. Em outros termos, trata-se de um processo endógeno, no qual as atividades produtivas se assentam em bases históricas das localidades, mediante o compartilhamento de interesses e objetivos comuns advindos da noção de pertencimento dos atores locais as regiões e as suas identidades culturais.

Para o entendimento desse fenômeno, diferentes concepções investigativas se apresentam com vistas a explicar como surge e funciona os APL's. No intento de discutir as principais abordagens sobre o assunto, Schmitz (1999) apresenta quatro categorias distintas a saber: a da economia neoclássica, a da economia de negócios, a da economia regional e a da economia da inovação.

Na **versão neoclássica**, as arranjos produtivos são resultantes de economias de escala e externalidades positivas provenientes da proximidade geográfica da produção, a visão da **economia de negócios**, descreve a existência de aglomerados produtivos como um processo referente as relações de parcerias entre as empresas de determinadas regiões que se articulam coletivamente para competirem no mercado de instância maior.

A vertente da **economia regional** baseia-se nas experiências italianas de concentração espacial de empresas, onde enfatiza a necessidade das regiões criarem os chamados “bens não comercializáveis” através de instituições formais fomentadoras das atividades produtivas, nisto, tal abordagem versa sobre a necessidade de incentivos como elementos propulsores das economias locais. Já a concepção de **economia da inovação** considera a importância de sistemas nacionais, regionais, setoriais e locais de inovações como os mecanismos responsáveis pela sobrevivência dos arranjos produtivos, suas análises centram-se na capacidade inovativa das regiões como diferencial competitivo, onde a proximidade das empresas permite a troca de informações, as quais quando apropriadas coletivamente possibilitam a aprendizagem que gera inovação. Esses pressupostos se baseiam nas premissas da teoria Evolucionária, que trabalha o conceito de inovação tecnológica como fator determinante e explicativo da dinâmica capitalista. (ANDRADE, 2008).

Dentro do referencial que trata dos aglomerados produtivos no Brasil, destacam-se as definições empreendidas pela Redesist³. Essa abordagem se alinha as noções da vertente “economia da inovação” supracitada, ao considerar a capacidade inovativa como elemento

³ A Redesist é um grupo de estudos da UFRJ direcionado a investigar o surgimento, constituição e funcionamento dos APL's brasileiros.

basilar para explicar o surgimento e consolidação dos APL's. Tais pressupostos consideram a realidade local ao contemplar aspectos típicos de países em desenvolvimento como a capacidade inovativa incipiente e a formulação de políticas públicas específicas de fomento ao desenvolvimento econômico.

Fundamental nessa análise é a ênfase na inovação como característica específica da competitividade e da sobrevivência da firma, “a capacidade de gerar inovações tem sido identificada consensualmente como fator chave do sucesso de empresas e nações [...] assim, é exatamente a partir da perspectiva da importância central do processo inovativo na competitividade que a Redesist define arranjos e sistemas produtivos locais e propõe uma caracterização específica voltada ao entendimento de tais sistemas como o Brasil” (CASSIOLATO e SZAPIRO, 2003, p.2). Conforme essa visão, arranjos produtivos locais (APL's) são:

[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser desde produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. (REDESIST, 2003, p.3-4).

Com efeito, o surgimento e consolidação de tais arranjos pressupõem, portanto, a existência de uma interligação sistêmica entre os indivíduos e seus espaços e a ocorrência de potencialidades específicas das regiões. Para compreensão dessa dinâmica, Lastres e Cassiolato (2005) apresentam as características constituintes desses fenômenos, a saber:

- Dimensão territorial: refere-se ao espaço comum onde ocorrem as relações econômicas e sociais do arranjo, especificamente a proximidade geográfica que favorece a formação e compartilhamento de hábitos e valores da cultura local;
- Diversidade de atividades e atores: representa a interação entre os atores que compõem o arranjo, em especial a articulação entre empresas, instituições de fomento a economia local e poder público;
- Conhecimento tácito: compreende a geração e disseminação dos conhecimentos específicos do APL, o qual contempla aspectos intrínsecos do

entorno e representam informações não codificadas de uso delimitado aos agentes locais;

- Inovação e aprendizado: essa categoria enfatiza a relação entre a troca de informações peculiares do arranjo e a capacidade inovativa que tal processo proporciona;
- Governança: a governança apreende a coordenação e hierarquia das relações econômicas e as articulações entre os atores, podendo ser centralizada, descentralizada, com variações nos níveis de formalidade;
- Enraizamento: o enraizamento aborda o grau de envolvimento e interligação dos atores em relação a obtenção de benefícios coletivos para o funcionamento do arranjo, como qualificações profissionais, capacitações, entre outros.

A base para a sustentabilidade desses arranjos reside, portanto, em aspectos multidimensionais, e depende da capacidade que os atores locais possuem em mobilizarem os esforços necessários ao estabelecimento de vínculos e acordos coletivos. Nesse sentido, o desenvolvimento local sustentável dos APL's perpassa pela base cultural dos territórios onde estão inseridos e é explicado pela trama das relações sociais, pelas referências socioeconômicas que os atores comungam e pelas habilidades desses em empreenderem instituições capazes de dinamizar as capacidades organizacionais do arranjo e mitigar as debilidades desses espaços.

Desse modo, a competitividade sustentada dos APL's é proveniente das relações que estimulam a cooperação, confiança e ação coletiva, é nesse ponto que o capital social se porta como fator decisivo nesse processo, pois sua existência permite a conexão dos indivíduos. Assim, no âmbito dos APL's "o capital social, ativo intangível gerado a partir das relações mantidas entre os agentes pertencentes a uma dada região, interfere no desempenho econômico quando fomenta e acelera o processo de geração, uso e disseminação do conhecimento, reduzindo deste modo o custo de transação interfirmas". (ANDRADE, 2008, p. 73).

2.4 Capital Social

Contrariando as versões tradicionais que primam por aspectos meramente econômicos para explicar o processo de desenvolvimento das economias e sociedades, atualmente, tem sido recorrente estudos que se assentam em bases intangíveis das relações socioeconômicas para explicarem as diferenças de desempenho e funcionamento de países, empresas e regiões.

Tal mudança de foco reflete as insuficiências explicativas de versões conceituais que primam por aspectos de teor econômico como elementos explicativos de fenômenos que demandam a compreensão de fatores culturais, sociais e políticos (ABRAMOVAY, 2000; DE FRANCO, 2004; RATTNER, 2002).

Nesse contexto, o termo Capital Social, surgiu como elemento conceitual que permite explicar como localidades periféricas apresentam índices de desenvolvimento econômico elevados, porque grupos marginalizados se emancipam, de que modo indivíduos sem poder de decisão conseguem participar de ações coletivas através de associativismo, porque empresas de pequeno porte conseguem se manter em mercados altamente competitivos, como países com condições similares de crescimento se diferenciam.

No que concerne a difusão desse conceito entre diferentes entidades e sua apropriação por diversas linhas de pensamento, Albagli e Maciel (2003, p. 4), destacam que as razões para essa disseminação reside em fatores como:

- a valorização das relações e estruturas sociais no discurso político e na ótica econômica, bem como a preocupação, em certas correntes da sociologia, em introduzir uma dimensão normativa em sua análise;
- o reconhecimento dos recursos embutidos em estruturas e redes sociais não contabilizados por outras formas de capital, e a valorização de sua importância para o desempenho econômico;
- o ambiente político-econômico emergente, desde a década de 1980, levando a um reposicionamento dos papéis do Estado e da sociedade, bem como das relações entre o público e o privado;
- a necessidade de desenvolver conceitos que reflitam a complexidade e o inter-relacionamento das várias esferas de intervenção humana - o capital social serve, neste caso, como um termo guarda-chuva, que pode ser compreendido e utilizado transversalmente por diferentes disciplinas;
- seu potencial de alavancagem política.

No escopo dessa discussão, estão aspectos ligados à amizade, confiança, reciprocidade, cooperação, comportamento cívico, ação coletiva que os membros de uma sociedade conseguem construir com vistas a obter objetivos comuns que conduzam à coletividade a benefícios sociais.

Alinhada a essa noção Druston (1999) ressalta que “por capital social se entende o conjunto de normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, entre as comunidades e a sociedade em seu conjunto”. (DRUSTON, 1999).

De modo geral, observa-se que não há consenso no que se refere a definição do termo, já que dada a complexidade que engloba, o Capital Social é utilizado para explicar fenômenos de cunho social, econômico, político e institucional, sendo desse modo difícil e até mesmo equivocado, categorizá-lo e apreendê-lo em significados homogêneos. Nesse sentido, ele tem sido analisado de forma mais incisiva, enquanto recurso (BOURDIEU, 1986); função (COLEMAN, 1988; 1990); participação cívica (PUTNAM, 1996); confiança (DURSTON 1999).

No entanto, é amplamente aceita a noção de que esse ativo é constituído das interações entre os indivíduos, sendo, inerente às estruturas sociais, e apropriado pelas redes de relações. Nisto, o capital social tem teor relacional, visto que é nas redes sociais que tal fator é construído e difundido. Conforme, Portes (1998):

[...] enquanto que capital econômico está nas contas bancárias dos indivíduos e capital humano está dentro de suas cabeças, capital social é inerente na estrutura de seus relacionamentos. Para possuir capital social, uma pessoa deve relacionar-se com outras, e são estes outros, as fontes de suas vantagens. (PORTES, 1998, p.7).

Essa concepção relacional do tema questiona a lógica do indivíduo enquanto agente atomizado, que age sozinho em prol unicamente de seus interesses, e que concebe a sociedade como “um conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independentemente uns dos outros e o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes” (COLEMAN, 1990, p. 300).

As redes sociais seriam portanto uma resposta a essa visão, já que sua função é conectar os indivíduos e conduzi-los a ações conjuntas, assim, o agente para alcançar seus objetivos interage e participa de grupos. Desse modo [...] “a busca pelos próprios interesses, em tal estrutura, exige que se engajem em algum tipo de transação com outros atores”. (COLEMAN, 1990).

A constatação de que o Capital Social está intrinsecamente relacionado aos elos estabelecidos ao longo das redes sociais que os indivíduos participam, tem permitido diversos estudos que versam sobre a influência desse aspecto no desenvolvimento das regiões. Sobre essa relação, Abramovay, (2000), enfatiza:

A recente incorporação do termo capital social ao vocabulário das instituições internacionais de desenvolvimento é um sinal dos tempos. Em contraposição à ênfase dominante nos anos 80 – e de maneira cada vez mais explicitamente crítica com relação ao ideário do consenso de Washington – o Banco Mundial (Stiglitz, 1998 e Sharihd, 1998), a FAO (Gordillo de Anda, 1997), a CEPAL (Druston, 1998) e a UNCTAD, convergem hoje no sentido de colocar em destaque as condições institucionais de que depende o desenvolvimento. (ABROMOVAY, 2000, p. 3-4).

Corroborando essa relação entre capital social e desenvolvimento, Baquero (2003) acrescenta “nos últimos anos surge um intenso debate em relação ao papel do capital social no desenvolvimento político e econômico. Uma questão fundamental desse debate diz respeito à função do capital social, tanto para países materialmente resolvidos quanto para economias vulneráveis”. (BAQUERO, 2003, p. 137).

2.4.1 Elementos conceituais

Desde sua elaboração, o conceito de capital social tem sido mencionado com o propósito de versar sobre a capacidade dos indivíduos de se articularem para a obtenção de objetivos individuais ou coletivos, mediante suas interações nas redes que participam. Discussões basilares sobre a questão foram empreendidas por Coleman (1988; 1990); Bourdieu (1986) e Putnam (1996), as quais forneceram as bases conceituais para as interpretações subseqüentes sobre esse fenômeno.

Destarte, as divergências analíticas dos autores e seus pontos de convergências, se apresentam como marcos teóricos que significaram o tema e conferiram a ele rigor e representatividade acadêmica. Nisto, qualquer conceito que intencione definir ou explicar o termo Capital Social, perpassa pelas considerações efetuadas pelas discussões estabelecidas nesses estudos.

A contribuição trazida por Bourdieu (1986) refere-se ao fato de que o autor descreve o tema como um ativo que o agente acessa no intuito de melhorar sua posição social em meio as relações de poder típicas da sociedade capitalista.

Desse modo, nas explanações construídas por ele, capital social adquire uma conotação instrumental ao ser definido enquanto recurso que permite ao indivíduo auferir benefícios em suas relações sociais. Bourdieu (1986) faz menção ao tema considerando que este trata-se de um agregador de recursos reais ou potenciais que conferem ao indivíduo e aos grupos a possibilidade de pertencerem de forma duradoura às estruturas sociais.

Nessa versão o Capital Social é concebido como um recurso de uso individual, que é apropriado pelo ator em suas interações relacionais, mas que está constituído nas estruturas sociais e pode resultar em ganhos para coletividade, já que seu uso se faz por meio de interações dos indivíduos e dos grupos de que participa (BOURDIEU, 1986).

Mantendo a ideia de que o Capital Social pertence às estruturas sociais, Coleman (1988; 1990) ao enfatizar a importância desse ativo na criação de capital humano, acrescenta que tal fator é uma função e o define como: aspectos constituintes da estrutura que podem ser mobilizados pelos agentes para execução de seus interesses. (COLEMAN, 1988). Nisto:

O capital social é definido por sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todas elas consistem de algum aspecto das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores – pessoais ou corporativos – dentro da estrutura. (COLEMAN, 1988, p. 98).

O autor acrescenta que Capital Social é um bem produtivo que facilita e possibilita a consecução de certos objetivos que não seriam alcançados em sua ausência (COLEMAN, 1990). Sobre as formas em que ele pode se apresentar, Coleman (1988) cita as obrigações, expectativas e confiança, canais de informação, normas e sanções efetivas.

A primeira forma de Capital Social refere-se à reciprocidade das ações, onde os agentes empreendem suas atitudes considerando que obterão retorno futuro, confiando nesse sentido, que os outros indivíduos adotarão comportamentos combatíveis com os seus, especialmente quando agem na forma de favores e na busca do bem da coletividade. Exemplificando tal aspecto, Coleman (1988) argumenta:

Se A faz alguma coisa para B, confia que B responderá reciprocamente no futuro; isto estabelece uma expectativa em A e uma obrigação por parte de B. Esta obrigação pode ser entendida como crédito potencial mantido por A em relação ao desempenho de B. Se A mantém uma grande quantidade desses créditos potenciais, para um número pequeno de pessoas que se relacionam com A, então, a analogia com o capital financeiro é direta. Estes créditos passam a constituir um ativo ao qual A pode recorrer se necessário – a menos, é claro, se a aposta na confiança tenha sido imprudente, e esses sejam débitos ruins que não poderão ser reembolsados. (COLEMAN, 1988, p. 102).

A moeda de troca aqui é a confiança, pois através dela as relações se estabelecem via reciprocidade e as expectativas são atendidas, o que resulta na recorrência de ações benéficas. De modo geral, a existência de tais aspectos cria um cenário de compromisso dos indivíduos, que agem de modo a retribuir os resultados positivos das ações dos outros agentes.

Sobre os canais de informação, Coleman (1988) aponta as vantagens das interligações das redes sociais na constituição de Capital Social devido a facilidade com que os atores se comunicam, assim as relações sociais permitem a circulação e apropriação das informações necessárias as ações dos agentes. No que concerne o papel das normas e sanções efetivas na formação de Capital Social, o autor fala do potencial inibidor que tais fatores exercem para ações espúrias e incompatíveis com os propósitos da coletividade.

Sua análise conclui considerando os fatores que facilitam as formas de Capital Social, destacando nesse sentido o fechamento de redes e as organizações sociais apropriáveis, como categorias explicativas de tal fator. O fechamento de redes equivale aos laços que os agentes constroem em suas relações que permitem que estes interagem entre si e mantenham ligações próximas, as quais possibilitam a resolução de problemas e a troca de informações ao longo da rede, já as organizações sociais apropriáveis são organizações voluntárias, criadas para auxiliar a obtenção de interesses comuns, elas vislumbram o potencial organizativo dos agentes, considerando os vínculos que este podem estabelecer para intuits coletivos. (COLEMAN, 1988).

O estudo de Coleman (1988; 1990) atribui considerável atenção a formação de redes de interações limitadas a grupos pequenos, fechados. Nesses grupos existe o que se denomina laços fortes, os quais possibilitam o desenvolvimento de vínculos e articulações restritas aos membros. O autor parte do pressuposto de que, essas redes sociais, ao serem caracterizadas pela proximidade dos atores são propícias à troca de sinergias e é nelas que o capital social pode ser construído e apreendido pelos agentes.

O trabalho de Putnam (1996) se integra ao arcabouço teórico do Capital Social acrescentando aos debates estabelecidos, a relação entre Democracia, civismo e desempenho institucional. Além disso, sua abordagem contribuiu fortemente para introdução do tema nos estudos sobre desenvolvimento, pois, ao apontar o capital social como fator determinante no sucesso da região norte da Itália, estimulou apreensões similares em outros contextos.

Em seu estudo, o autor, faz uma abordagem histórica sobre as diferenças socioeconômicas das regiões Norte e Sul da Itália, considerando as mudanças político-institucionais, promovidas a partir do estabelecimento dos governos autônomos. Nisto, o autor

procurou identificar que fatores possibilitaram a diferenciação da região Norte em relação a Região Sul, já que a estrutura política de ambas era uniforme. Suas conclusões indicaram a existência do Capital Social como fator basilar no sucesso da comunidade do Norte.

Nas suas observações acerca das características político-culturais das regiões italianas, Putnam (1996) constatou que o engajamento cívico, o grau de associativismo, e as relações de confiança estabelecidas entre os membros da comunidade seriam aspectos determinantes no desempenho econômico institucional das regiões. Desse modo, o autor assegura que a performance das instituições políticas e o sucesso das atividades econômicas estão fortemente relacionados a fatores culturais que permitem às comunidades firmarem acordos e promoverem pactos de convivência que conduzem a coletividade a obtenção de benefícios comuns.

Nesse contexto, “capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p. 177).

Sobre a confiança, o autor faz menção a valores historicamente estabelecidos no âmbito das relações sociais que norteiam as ações dos atores e servem de referência para conduta coletiva. Elucidando o efeito dessas regras, exemplifica:

[...] como aqui costuma ventar muito em novembro, minhas folhas pode ir parar no jardim dos outros, a regra de manter limpos os gramados é rigorosa em minha comunidade e constrange a minha decisão de passar a tarde de sábado vendo televisão [...] não chega a ser ensinada nas escolas locais, mas as pessoas a mencionam quando alguém se muda pra cá e a reiteram não apenas nas frequentes conversas outonais, como também varrendo obsessivamente seus jardins. Os transgressores correm o risco de serem excluídos dos eventos comunitários, e raramente alguém deixa de varrer as folhas. Embora a norma não tenha força legal, e embora eu prefira ver televisão a recolher folhas, costumo acatar a regra (PUTNAM, 1996, p. 181).

As normas sociais representam desse modo um norte a qual os atores recorrem para conviverem coletivamente, sem serem excluídos dos grupos sociais de que participam. Sua importância reside no poder de coesão e sanção que incitam nos indivíduos a agirem dentro dos padrões estabelecidos, o que promove a preservação de hábitos e costumes arraigados ao longo do tempo. No caso de comunidades cívicas, tal aspecto se torna um fator relevante que propicia a continuidade das relações cooperativas que resultam em ganhos para a convivência coletiva.

No que concerne a confiança enquanto fator constituinte do capital social, Putnam (1996) parte do pressuposto de que tal aspecto conduz a cooperação e esta culmina na ação

coletiva direcionada a conquista de resultados coletivos. Ilustrando a importância da confiança para formação de Capital Social, Putnam (1996) cita o raciocínio de David Hume:

Teu milho estará maduro hoje; o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude hoje a colhê-lo hoje e que me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei que não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que se eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então, deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua. (PUTNAM, 1996, p. 173).

Tal exemplo revela a importância da confiança no âmbito social, já que sua ocorrência evita custos econômicos e soluciona problemas de ordem coletiva, os quais interferem no bem-estar de todos os membros da sociedade.

Sua existência advém das regras de reciprocidade e dos sistemas de participação cívica. Confirmando essa relação, afirma “a cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica”. (PUTNAM, 1996, p. 177).

Sobre as regras de reciprocidade, o autor menciona a formação de relações pautadas em expectativas mútuas, troca de favores e ações compartilhadas, onde os agentes abdicam de interesses individuais e imediatos para promoverem o bem público. Já a participação cívica, refere-se as formas de associativismos que mantém os indivíduos conectados, como sindicatos, cooperativas entre outros. Sua relação com a construção da confiança social se dá mediante quatro aspectos: o aumento dos custos para transgressores da ordem pactuada, a promoção de regras de reciprocidade, o aumento da comunicação do grupo e o fluxo das informações compartilhadas, a corporificação do êxito de colaborações anteriores que representam um modelo a ser seguido em cooperações futuras.

A perspectiva de Putnam (1996) circunscreve o Capital Social como um conceito de bem coletivo, advindo de fatores culturais que são enraizados nas relações sociais e expressados através do engajamento cívico dos cidadãos que promovem ações coletivas para finalidades comuns. As afirmações do autor indicam que sociedades que apresentam uma tradição cívica conseguem construir instituições e governos sólidos e eficientes, o que resulta no sucesso das sociedades. Nesse sentido, o autor fala fundamentalmente da posição primordial do Capital Social no desenvolvimento das regiões.

No tocante as limitações conceituais desses trabalhos, destacam-se as críticas empreendidas a noção de determinismo cultural apontadas em Putnam (1996), a visão desse

ativo enquanto bem privado proposto por Bordieu (1986) e a restrição desse fator às redes fechadas trabalhadas em Coleman (1988; 1990).

As insuficiências analíticas do determinismo cultural no desenvolvimento das sociedades negligenciam as influências de outros fatores que podem comumente explicarem o fenômeno. Ademais, tal abordagem é inapropriada para realidades periféricas onde, os níveis de civismo se mostram insuficientes para empreenderem as mudanças sociais necessárias a promoção do desenvolvimento, em outros termos, questiona-se o fato de que comunidades sem tradição cultural propícia ao bem coletivo estejam fadadas ao fracasso, ou enfatiza-se a importância do que Abramovay (2000) define como a capacidade de “criar capital social, ali onde ele não existe”.

Nesse debate, Evans (1996) traz uma importante contribuição, ao alertar para o fato de que em realidades economicamente marginalizadas é preciso estimular a existência de instituições públicas aptas a fomentarem o desenvolvimento local. O autor fala desse modo de relações sinérgicas entre Estado e sociedade, colocando as agências públicas na posição central no processo de construção de uma base comunitária pautada em relações de cooperação e engajamento cívico. O autor enfatiza assim, a criação de laços entre entes públicos e privados como fonte de Capital Social.

Em relação a percepção do Capital Social como bem privado trazida por Bourdieu (1986) enfatiza-se a dificuldade se transcrever essa concepção ao nível macro social, visto que, o autor enfatiza a capacidade dos indivíduos em usarem tal ativo para fins de obtenção de interesses próprios e do grupo que participa.

Ademais, o autor refere-se ao Capital Social como um instrumento que pode ser mobilizado pelos indivíduos a fim de evitar a exclusão social, promover a ascensão no grupo de pertencimento e até mesmo diferenciar o indivíduo e sua rede de relações de outros grupos, o que refere-se a relações de poder de um determinado contexto. Tal visão, não se concilia, portanto, com realidades que fazem uso de suas interações para alcançarem a emancipação econômica e estimularem o bem-estar social.

Já os aspectos de redes fechadas abordadas em Coleman (1988; 1990) representam uma limitação analítica sobre o tema, pois, não ampliam as possibilidades de formação e apropriação do Capital Social por outros grupos e contextos sociais. Nisto, os laços fracos referentes as interações entre grupos heterogêneos ficam excluídas das investigações, o que compromete o entendimento do assunto em cenários onde, indivíduos de diferentes identidades socioculturais se articulam e empreendem ações comuns.

Consideradas as inadequações conceituais do tema, cabe salientar que os estudos dos autores supracitados representam um marco teórico que possibilitou a inserção e consolidação desse debate em diferentes linhas de pensamento, nisto, com base nas proposições desses autores, diversos estudos foram empreendidos compreendendo o fenômeno em outros termos e dimensões. Destacam-se nesse contexto, os estudos realizados pelo Banco Mundial (2003), que permitiram a associação do tema à formulação de políticas públicas de combate a pobreza; as análises de Woolcock (1998) e Woolcock e Narayan (2000) que ampliaram o escopo de sua apreensão, abordando o Capital Social em suas dimensões denominadas integração, linkages, sinergia e integridade e pelas óticas comunitária, de redes, institucional e sinérgica; o trabalho de Evans (1996) que contribui com o debate sobre o tema, enfatizando a importância das instituições públicas na sua promoção e a interligação entre sociedade e Estado nesse processo e os pressupostos de Uphoff (2000) que enfatizam a existência de duas dimensões pelas quais o Capital Social se forma e funciona: as dimensões estrutural e cognitiva.

Ao abordar o tema em seus projetos, o Banco Mundial (2003) o concebe como a capacidade da comunidade em criar laços de confiança e ações cooperativas para promover bens públicos. Para apreendê-lo desenvolveu a ferramenta analítica *Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital (SC-IQ)* para mensurar os níveis de Capital Social existentes nas realidades alvos dos programas da entidade. Tal instrumento possibilitou ao Banco Mundial operacionalizar o conceito e trabalhá-lo empiricamente em diferentes contextos, representando desse modo um avanço teórico no concerne a sua aplicação prática. Para abarcar o capital social e suas facetas, o SC-IQ, apreende as seguintes categorias:

1. **Grupos e redes:** nível de participação em associações;
2. **Confiança e solidariedade:** relações interpessoais que permitem a consecução de objetivos comuns;
3. **Ação coletiva e cooperação:** trabalho em conjunto;
4. **Informação e comunicação:** acesso aos conhecimentos do grupo;
5. **Coesão e inclusão social:** identifica a natureza e a dimensão das diferenças da comunidade, bem como os mecanismos que gerenciam tais diferenças e quais grupos estão excluídos dos serviços de uso comum;
6. **Autoridade (capacitação) empowerment e ação política:** autoridade e poder que os indivíduos possuem para solucionarem problemas e reivindicarem direitos.

O estudo de Woolcock (1998) enfatiza o caráter analítico do tema, e ressalta que a discussão sobre a otimização das dimensões do Capital Social são mais relevantes para seu entendimento do que a mensuração sobre seus níveis. Nesse sentido Woolcock (1998) apresenta o Capital Social sob diferentes dimensões, quais sejam: a **integração** que representa as conexões estabelecidas entre atores sociais próximos, caracterizadas por laços fortes de convivência onde impera a intensidade de interligações e a reciprocidade de ações; as **linkages**, onde ocorrem elos pontuais que permitem a troca de experiências e a aprendizagem mútua de diferentes tipos de grupos sociais, a **sinergia**, que representa o comprometimento recíproco da sociedade e do Estado no trato dos bens públicos e no atendimento ao bem comum e a **integridade**, caracterizada como a dimensão em que o Capital Social se apresenta mediante a existência de um Estado imerso na estrutura social, com funções técnicas e políticas bem delimitadas, fornecendo os serviços públicos que são de sua competência, atuando com o compromisso cívico de promover o bem-estar para a coletividade.

Corroborando essas considerações, Woolcock e Narayan (2000) trazem a cerne da discussão a existência de diferentes abordagens de Capital Social, a saber: a visão comunitária, de redes, institucional e sinérgica. Para esses autores, o Capital Social “se refere a normas e redes que possibilitam os indivíduos agirem de forma cooperativa” (WOOLCOCK e NARAYAN, 2000, p. 226). A visão comunitária versa sobre os tipos de associativismos empreendidos por grupos homogêneos que mantêm relações próximas e possuem características similares como, cooperativas, clubes, enfim, organizações de interesse de indivíduos específicos. Já a abordagem de redes, refere-se a interligação entre o capital social intracomunitário, aquele que é formado por indivíduos de grupos homogêneos que vivenciam as mesmas bases organizacionais e a mesma identidade cultural e o capital social extracomunitário, constituído por indivíduos de grupos heterogêneos que possuem características constitutivas e funcionais distintas. Tais categorias podem ser visualizadas no quadro abaixo:

Quadro 1. Quatro visões de capital social

Perspectiva	Atores
Visão Comunitária -Associações comunitárias	Grupos comunitários Organizações voluntárias
Visão de redes Redes intracomunitária e extracomunitária Laços da comunidade	Empreendedores; Grupos de negócios;
Visão Institucional - Instituições políticas e legais	Setores públicos e privados
Visão Sinérgica - Redes comunitárias e relações Estado-sociedade	Grupos comunitários, sociedade civil, firmas, estado.

Fonte: Adaptado de Woolcock e Narayan (2000).

No tocante a versão institucional do Capital Social Woolcock e Narayan (2000) argumentam que “essa vitalidade entre rede comunitária e sociedade civil é em grande medida um produto do desenvolvimento político, legal e institucional”. Nesse contexto, o ator é imerso a um contexto estrutural que lhe fornece os subsídios para sua ação, assim, o ator tem seu poder de escolha delimitado ao contexto de atuação, o qual é moldado pelas instituições vigentes.

Na versão sinérgica, a ênfase é no papel do Estado através de suas entidades e programas formais na construção e preservação do capital social. É delegada ao poder público a função de criar condições necessárias a formação de uma cultura cívica, através de interações sistemáticas com os entes da sociedade civil. Desse modo, o estado surge para suprir as demandas que a comunidade não consegue mobilizar, e para estimular as potencialidades já desenvolvidas.

Evans (1996) trabalha a ideia de que o Capital Social surge das relações estabelecidas entre Estado e Sociedade, as quais ele resume como sendo de ordem complementar, onde “as relações são pautadas em apoio mútuo entre atores públicos e privados” e por meio de *Embeddeness*, o que significa um enraizamento das relações sociais existentes, nisto tal aspecto reflete “a essência e ampliação dos laços que mantém os indivíduos e órgãos públicos conectados”.

As categorias trabalhadas por Uphoff (2000) por sua vez, ampliam o entendimento do Capital Social a luz de duas dimensões, a estrutural e a cognitiva. Desse modo, o Capital Social se dá mediante formas da organização social (dimensão estrutural) e por meio de ideias e valores comuns (dimensão cognitiva). Uphoff (2000) esclarece que tais categorias são interdependentes e assentadas nas interações sociais.

Quadro 2. Principais conceitos da literatura abordada

Autores	Descrição	Formas
Bourdieu (1986)	Capital social é um agregador de recursos reais ou potenciais que conferem ao indivíduo e aos grupos a possibilidade de pertencerem de forma duradoura às estruturas sociais	Recursos formados nas estruturas sociais e apreendidos pelos indivíduos em suas interações nas redes.
Coleman (1988;1990)	O capital social é definido por sua função. Não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: todas elas consistem de algum aspecto das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores – pessoais ou corporativos – dentro da estrutura.	Obrigações, expectativas e confiança, canais de informação, normas e sanções.
Putnam (1996)	Capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas.	Confiança, cooperação, Regras de reciprocidade e participação cívica.
Evans (1996)	Capital social surge das relações estabelecidas entre Estado e Sociedade, as quais são de ordem complementar, onde “as relações são pautadas em apoio mútuo entre atores públicos e privados” e por meio de <i>Embeddeness</i> , o que significa um enraizamento das relações sociais existentes, nisto tal aspecto reflete “a essência e ampliação dos laços que mantém os indivíduos e órgãos	Sinergia (cooperação entre Estado e sociedade).

	públicos conectados”.	
Woolcock (1998)	Capital social pode ser encontrado em diferentes dimensões, podendo desse modo, ser analisado por diferentes âmbitos, e as lacunas e abundâncias do mesmo podem ser tratadas por políticas, pesquisas e ações práticas dos agentes interessados em sua existência.	Integração (relações intracomunitárias); <i>Linkages</i> (relações extracomunitárias); Sinergia (relações Estado-sociedade); Integridade (coerência corporativa do Estado).
Woolcock e Narayan (2000)	Normas e redes que permitem às pessoas agirem coletivamente.	Integração (capital social intracomunitário); Ligação (capital extracomunitário); Sinergia (relações entre Estado-sociedade).
Uphoff (2000)	Capital social significa o acúmulo de diversos tipos de ativos sociais, psicológicos, culturais, cognitivos, institucionais e relacionais que aumentam o montante (ou a probabilidade) de comportamento cooperativo mutuamente benéfico.	Interligação de fatores cognitivos e estruturais.
Banco Mundial (2003)	Capital social refere-se a capacidade da comunidade em criar laços de confiança e ações cooperativas para promover bens públicos.	Grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; coesão e inclusão social; informação e comunicação; autoridade (capacitação) <i>empowerment</i> e ação política.

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Cabe salientar que esse termo tem sido constantemente debatido, ampliado e resignificado. Desse modo, o Capital Social se apresenta como um termo diverso, utilizado por abordagens distintas, com conotações plurais, assim, não há uma hegemonia quanto ao seu significado, nem tão pouco sobre a sua capacidade explicativa, porém há unanimidade quanto a sua importância para esclarecer questões que ultrapassem as abordagens economicistas. Considerando essa evolução do tema, em seguida são descritas algumas das suas novas apreensões.

2.4.2 Tipos de Capital Social

As pesquisas empreendidas no intuito de compreender o Capital Social e suas facetas identificaram a existência de três tipos desse fenômeno: Capital Social de *bonding* (colagem); *brinding* (ponte) e *linking* (conexão) (PUTNAM, 2000; 2002, WOOLCOCK e NARAYAN, 2000; HALPERN, 2005).

O tipo de Capital Social *bonding* é constituído das relações estabelecidas por indivíduos próximos, que compartilham experiências, referências culturais e aspectos socioeconômicos comuns, tais relações são denominadas de laços fortes, pois são provenientes de vínculos duradouros, constantes que são reforçados mutuamente, dada a proximidade dos integrantes e a respectiva confiança de suas relações. (PUTNAM, 2000; 2002, WOOLCOCK e NARAYAN, 2000; HALPERN, 2005).

As redes embasadas nesse tipo de Capital Social possuem vantagens no tocante a troca de informações, experiências e a formação de um ambiente favorável a criação da confiança coletiva, de outra forma, tais relacionamentos podem isolar o grupo e restringi-lo a participação de indivíduos específicos, o que impossibilita a ampliação das interações sociais e pode conduzir o grupo a uma situação de confinamento.

Já o capital do tipo *brinding* representa as relações estabelecidas entre grupos heterogêneos, relações estas que permitem a formação de pontes entre diversas redes e o acesso a recursos exteriores ao contexto de atuação dos indivíduos. Esse tipo de Capital Social se materializa através de laços fracos, já que as interações desse tipo ocorrem ocasionalmente e os indivíduos não criam vínculos firmes e recorrentes. No entanto, sua existência permite a troca de experiências entre redes distintas, pois tal capital funciona como intermediário de grupos e contextos diferentes que atua conectando e mobilizando indivíduos com características distintas e objetivos similares. (PUTNAM, 2000,2002; WOOLCOCK e NARAYAN, 2000).

O capital *linking* conecta as diferentes redes e atores e articula os outros tipos de capital social, facilitando a ação compartilhada. Esse capital relaciona os atores a seus contextos de interação, a grupos exteriores a seu âmbito de convivência e as instituições que regem suas condutas. (HALPERN, 2005).

2.4.3 Categorias analíticas adotadas

Dada a inexistência de consenso sobre o significado do Capital Social enquanto fenômeno social, este trabalho, adota a noção de o mesmo é um bem coletivo, formado pelas redes sociais onde os indivíduos se articulam coletivamente, que serve para estes obterem objetivos comuns.

Desse modo, tal estudo faz uso das noções trazidas por Putnam (1996); Coleman (1988); e os desdobramentos dos autores que seguem estas proposições, especificamente as noções contidas em Uphoff (2000) visto que este estudo concebe o Capital Social como um ativo que promove a ação coletiva, base para promoção do desenvolvimento sustentável das localidades, foco desse estudo e os conceitos trabalhados por Woolcock (1998); que aborda o capital social em seus níveis e dimensões, os quais permitem verificar como esse ativo é mobilizado e canalizado para o bem comum.

As categorias trabalhadas por Uphoff (2000) sistematiza as ideias dos autores clássicos, apresenta evoluções conceituais e fornece construtos bem delimitados aptos a serem operacionalizados para averiguações empíricas, do mesmo modo, Woolcock (1998) aborda o Capital Social numa apreensão analítica, centrada na compreensão desse fenômeno e nos seus desdobramentos, desse modo, esses autores questionam as abordagens descritivas e focam seus estudos fundamentalmente na ampliação da capacidade analítica do tema.

Para Uphoff (2000, p. 216) Capital Social significa “o acúmulo de diversos tipos de ativos sociais, psicológicos, culturais, cognitivos, institucionais e relacionais que aumentam o montante (ou a probabilidade) de comportamento cooperativo mutuamente benéfico”.

A concepção empreendida por Uphoff (2000) considera que a função do Capital Social é promover a ação coletiva e através dele o bem comum. Nesse contexto o Capital Social serve como um instrumento que influencia as pessoas a agirem de forma cooperativa, através do compartilhamento de interesses. Tal processo resulta no que a autora denomina de Ação Coletiva Mutuamente Benéfica (*Mutually Beneficial Collective Action* – MBCA) um tipo de ação benéfica do Capital Social. (UPHOFF, 2000).

O Capital Social nessa concepção é encontrado em duas dimensões: estrutural e cognitiva. “A categoria estrutural está associada com várias formas da organização social, particularmente papéis, regras, precedentes e procedentes, bem como uma ampla variedade de redes que contribuem para a cooperação” (UPHOFF, 2000, p. 218).

A categoria cognitiva deriva de processos mentais resultantes de ideias, reforçadas pela cultura e ideologia, especialmente normas, valores e atitudes e crenças que contribuem para o comportamento cooperativo e para a Ação Mutuamente Benéfica (MBCA). (UPHOFF, 2000, p. 218).

A dimensão estrutural é externa e observável, compreende regras formais, instituições e entidades que mantêm os indivíduos interligados, corresponde desse modo aos elementos pelos quais os agentes apreendem e disseminam informações necessárias a ação cooperativa, já a dimensão cognitiva é interna e subjetiva e se manifesta via o compartilhamento de uma cultura comum e de ideias compartilhadas nas interações sociais. Tais categorias podem ser sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro 3. Categorias complementares de capital social

	Categoria estrutural	Categoria cognitiva
Fontes e manifestações	Papéis e regras Redes e outras relações interpessoais Procedimentos e precedentes	Normas Valores Atitudes Crenças
Domínios	Organização social	Cultura cívica
Fatores dinâmicos	Ligações horizontais Ligações verticais	Confiança, solidariedade, cooperação e generosidade
Elementos comuns	Expectativas que conduzem ao comportamento cooperativo o qual produz benefícios mútuos	

Fonte: UPHOFF (2000, p.221).

Os elementos da organização social facilitam a formação do Capital Social, já que as redes aproximam os indivíduos e estimulam o estabelecimento de vínculos e identidade comuns no grupo, as regras por sua vez regem a conduta coletiva, sancionando ações conjuntas e inibindo comportamentos que divergem dos interesses pactuados coletivamente. Os papéis atuam facilitando a ação coletiva ao delimitar as obrigações e deveres dos agentes. Por fim essas formas de capital social são influenciadas por experiências anteriores (precedentes) que servem de exemplo para os procedimentos atuais.

Esses fatores se relacionam e oferecem padrões de comportamento que incitam os indivíduos a agirem de forma cooperativa e se portam como mecanismos que possibilitam a criação, o acúmulo e a perpetuação do Capital Social. Para consolidação desse processo

Uphoff (2000) destaca quatro atividades que facilitam a formação do Capital Social estrutural: decisões conjuntas; mobilização de recursos; comunicação e resolução de conflitos, isto porque tais atividades atuam diminuindo custos de transação e estimulam a propensão dos indivíduos a agirem coletivamente.

Os aspectos do Capital Social cognitivo são provenientes da cultura do grupo, e refletem a ideologia comum que norteia suas ações, nisto, as normas são tidas como noções acordadas pelo grupo que servem de referência para conduta dos indivíduos, as crenças podem gerar Capital Social ao permitirem a produção de visões de mundo homogêneas que facilitam ações padronizadas e direcionadas a interesses comuns, os valores, advindos da formação de ideias convergentes na rede social, desencadeia em atitudes voltadas a ação coletiva, a qual gera bons efeitos para toda a comunidade.

Para Uphoff (2000) o Capital Social se dá por intermédio dessas dimensões (estrutural e cognitiva) com a finalidade de promover a ação coletiva, a qual tem como objetivo gerar benefícios coletivos. Ademais, o autor alerta que a categorização do tema não o torna estático, apenas serve de base para apreendê-lo em suas diferentes facetas. Entretanto, as categorias ao tratarem de um fenômeno social, e nesse sentido, mutável, suscetível a transformações, demanda uma abordagem dinâmica que contemple seus níveis e dimensões, as quais expliquem o aumento, a diminuição, a existência ou o fim desse ativo. Para tanto Uphoff (2000) propõe um *continuum* que comporte situações onde o Capital Social seja **mínimo** a outras extremas em que ele seja **máximo**, intercalando ocasiões em que esse ativo se apresente **elementar** a **substancial**.

O Capital Social será **mínimo**, quando prevalecer comportamentos de auto interesse; **elementar** quando, o interesse particular for o objetivo primordial, mas que a cooperação coexiste, desde que sirva para a obtenção dos interesses individuais; **substancial**, onde existe um compromisso com o bem estar-coletivo e a cooperação seja ampliada para além do interesse privado de quem a pratica e **máximo**, quando predominar ações voltadas ao bem comum, em que o interesse público se sobressaia aos demais.

Contudo, Uphoff (2000) enfatiza a necessidade de se discutir o tema considerando seus elementos constitutivos, as relações entre eles, as consequências que estes podem causar e suas interações, nisto o autor destaca que não basta detectar sua existência, mas sobretudo, verificar seus efeitos, funções e causas.

Woolcock (1998) também insere suas abordagens nesse intuito de ampliar a capacidade analítica do tema, nisto o autor visa transformar o Capital Social em um

instrumento teórico conceitual capaz de identificar os processos relacionais dos indivíduos e grupos sociais, analisando além da existência desse ativo, sua ausência, abundância, debilidades e efeitos.

Essa abordagem analítica permite segundo o autor, verificar os resultados distintos que o Capital Social produz em cada realidade. O que interessa nesse sentido, não é a descrição sobre sua existência, nem a mensuração de sua quantidade como preconizam os estudos clássicos, mas fundamentalmente a mobilização desse ativo para necessidades específicas e sua canalização para o atendimento das demandas dos atores. Isto porque, realidades distintas necessitarão de níveis diferenciados das diversas dimensões do Capital Social.

As análises de Woolcock (1998) se assentam em níveis e dimensões do Capital Social. Quanto aos níveis o autor aborda esse ativo de forma macro e micro, verificando as relações que o constituem e reforçam. No tocante as dimensões, Woolcock (1998) enfatiza que as relações sociais aptas a produzirem Capital Social se dão por meio de duas categorias, o enraizamento ou imersão e pela autonomia. O primeiro fenômeno ocorre, quando esse ativo encontra-se enraizado, imerso, inserido na estrutura social de modo que as ações sociais sejam orientadas por interações constituídas por sua existência e utilização. O enraizamento corresponde ainda a fatores culturais que reforçam a confiança no grupo e promovem a integração de seus indivíduos à projetos de interesse comum. A autonomia por sua vez relaciona-se a capacidade da sociedade em ampliar suas relações internas a grupos externos de modo que estes supram suas necessidades e a independência do Estado na defesa dos interesses públicos em detrimento dos interesses privados, trata-se da efetivação do papel do Estado enquanto agente isento de investidas particularistas, onde este ente busque o bem público mediante o atendimento de suas funções e o cumprimento de sua missão cívica de orientação para o benefício da coletividade. Desse modo, autonomia corresponde.

[...] no nível micro, isto significa o grau com o qual os membros de uma comunidade também têm de demandar acesso a diversos grupos externos a própria comunidade. No nível macro, implica avaliar o grau que os operadores políticos [...] estão não somente ligados com os líderes principais mas estão eles próprios compromissados por um *Ethos* profissional que os leve a negociar e buscar metas coletivas (WOOLCOCK, 1998, p. 163-164).

No nível macro a categoria enraizamento se manifesta por meio da dimensão sinergia, a qual versa sobre a conexão entre os grupos sociais e as organizações públicas, numa interação simultânea que busque a execução de ações conjuntas e o atendimento de demandas recíprocas, onde tanto o Estado como a sociedade sejam cientes de suas funções coletivas. No

âmbito micro de análise, o enraizamento se efetiva pela dimensão integração, a qual é formada por laços fortes entre os indivíduos de grupos sociais que compartilham objetivos comuns, trata-se de relações pautadas em interações próximas, intensas que mantêm os atores unidos a informações e projetos de interesse recíproco.

A autonomia de outro modo, é representada no nível macro, pela dimensão referente a coerência corporativa do Estado, em que se observa a credibilidade e eficácia do setor público em desempenhar suas atribuições. A coerência corporativa desse modo, refere-se a integridade do Estado no tocante as suas ações, as quais devem ser orientadas para o bem público. No nível micro, a autonomia corresponde as relações extracomunitárias que os atores estabelecem com agentes externos no intento de acessar conhecimentos e experiências distintos das informações que permeiam os grupos internos.

Portanto, Woolcock (1998) concebe o Capital Social como um fator flexível, que permeia diferentes dimensões, sendo acessado em diversos níveis. Desse modo, ele não seria um ativo a ser acumulado, mas antes de tudo aproveitado em função dos interesses e das demandas dos grupos sociais. De modo semelhante, as categorias trabalhadas Uphoff (2000) versam sobre o dinamismo desse ativo e apresentam ferramentais conceituais que possibilitem essa apreensão de forma analítica.

Tais abordagens servem de base para estudos sobre desenvolvimento, visto que as avaliações que emergem desses construtos mostram que tipos de Capital Social é preciso priorizar nas relações sociais e intervenções estatais, de modo que se possa verificar que políticas adotar, onde as ações precisam ser fortalecidas, quais dimensões e categorias mostram-se fragilizadas e qual a contribuição do Capital Social nesse processo. Nesse estudo, estes conceitos serão utilizados para analisar o processo de cooperação empreendido pelos atores locais nas ações voltadas a qualidade de vida no arranjo, busca-se perceber como esse ativo influencia nesse processo e em que medida ele condiciona os indivíduos a obterem benefícios conjuntos. Parte-se do pressuposto de que o Capital Social exerce função primordial no desenvolvimento das comunidades ao conectar os indivíduos em suas redes de relacionamentos, cabe a esse estudo portanto, analisar como se dá esse processo.

3 Procedimentos Metodológicos

“[...] existe um tempo para melhorar, para se preparar e planejar; igualmente existe um tempo para partir para a ação [...]

Porque um dia é preciso parar de sonhar, tirar os planos das gavetas e de algum modo, começar”

Almyr Klink

Embasado nos pressupostos teóricos adotados para explicar a relação entre a existência de capital social e o desenvolvimento local sustentável das regiões, este trabalho chegou ao problema de pesquisa a ser verificado empiricamente, a saber: **Como os atores locais do Arranjo Produtivo Local de confecções da cidade de Santa Cruz utilizam seu Capital Social para promover o DLS?**

Para responder a tal questionamento, este estudo adota uma compreensão qualitativa dos dados, considerando que o fenômeno aqui apreendido reside nas interações sociais dos agentes e compete a estes o fornecimento dos significados sobre o fato, desse modo, a pesquisa qualitativa se mostra apta a captar tais aspectos já que sua premissa principal é investigar fenômenos sociais circunscritos a realidades específicas, apreendidos em sua naturalidade. (DENZIL e LINCONL; 2006; CRESWELL; 2010; CUBA e LINCONL; 1982).

Como método de pesquisa, optou-se por estudo de caso, por se entender que o problema relata um processo situado em um contexto delimitado, que busca “a compreensão de um caso particular, em sua idiossincrasia, em sua complexidade” (STAKE, 1988). A escolha do estudo de caso nesse sentido se mostra adequada, pois a pesquisa visa a compreensão dos fenômenos em profundidade mediante a análise dos significados atribuídos pelos sujeitos investigados sobre o tema em questão. (MERRIAM, 1998).

Para operacionalização da pesquisa, foram utilizados como instrumentos de coleta de dados, a obtenção de documentos relativos ao assunto abordado, no âmbito das interações dos agentes pesquisados, a realização de pesquisa bibliográfica que forneceu os subsídios teóricos para o embasamento conceitual e analítico do trabalho e a aplicação de entrevistas no contexto demarcado. Por fim, os dados obtidos foram analisados, por intermédio da Análise

de Conteúdo, a qual possibilitou a categorização, sistematização e operacionalização das informações fornecidas no intuito de facilitar as conclusões do trabalho.

O fazer da pesquisa será descrito nessa seção, a qual apresenta a metodologia que foi empregada, e explica desse modo a escolha pelo tipo de pesquisa e método propostos, bem como visa responder as indagações sobre onde, quem, como pesquisar e analisar os dados coletados.

3.1 Tipo da pesquisa

Para responder as finalidades desse trabalho, a pesquisa a efetuada é de caráter qualitativo, uma vez que o escopo da investigação aqui proposta tem como foco a análise de fenômenos sociais circunscritos nas interações dos agentes, nesse sentido, a pesquisa qualitativa se mostra adequada já que permite identificar as motivações, relações e consequências das ações sociais. Sobre esse aspecto, diversos autores (DENZIL e LINCONL; 2006; STAKE; 2010; CRESWELL; 2010; CUBA; LINCONL; 1982) versam sobre a coerência do uso da pesquisa qualitativa para o entendimento dos fenômenos sociais.

Desta forma, buscou-se compreender a realidade empírica com vistas a interpretar o fenômeno estudado. A compreensão na pesquisa qualitativa é condição basilar, já que possibilita o conhecimento profundo da realidade abordada. Para Stake (1995) o que diferencia a análise qualitativa da quantitativa é justamente a propensão da primeira a empreender compreensões dos fenômenos sociais, para o autor a pesquisa qualitativa busca a compreensão de fatos delimitados a contextos específicos no intuito de fornecer interpretações contundentes e reveladoras sobre as características dos achados.

Corroborando essa definição Creswell (2010) acrescenta que a pesquisa qualitativa permite a interpretação sobre os significados que os indivíduos atribuem as suas experiências sociais, sendo, portanto, uma análise sempre subjetiva, peculiar e característica do momento e dos contextos analisados.

Como se pretende descobrir um processo incipiente, a pesquisa é de cunho exploratório, na qual se busca informações para sobre assuntos com pouco tratamento. Gil (1995) argumenta que a pesquisa é de caráter exploratório quando visa oferecer uma versão preliminar, em andamento, sobre o problema abordado, seu intuito é desvendar aspectos ainda

não enfatizados ampliando assim o escopo a ser estudado em outras ocasiões. Destarte, essa pesquisa é interpretativa com caráter exploratório.

3.2 Método adotado

Nesse trabalho foi adotado como método de pesquisa o estudo de caso único. A seleção de tal método tem como justificativa o fato de que o fenômeno analisado configura-se como uma unidade peculiar: o Capital Social do APL de SCC e desse modo, busca-se compreender o objeto em intensidade e a partir disso verificar como este se relaciona e influencia o Desenvolvimento Local Sustentável desse arranjo. Sobre esse tipo de estudo de caso Stake (1995) apresenta suas características básicas dizendo que o mesmo trata-se de um caso intrínseco ou particular onde se procura entender incisivamente um aspecto específico e seus fatores constituintes, desse modo, o estudo de caso único representa um sistema delimitado, cujo, as partes integrantes são articuladas.

Existe um consenso na literatura especializada de que o estudo de caso permite a ocorrência da categorização dos aspectos estudados, o delineamento amplo do fenômeno e a descoberta das suas especificidades. (YIN, 2001; STAKE, 1995). Segundo Yin (2001, p. 33) “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especificamente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Como a pesquisa desenvolvida tem como foco a compreensão e interpretação de um processo, haja vista que enfatiza como o Capital Social contribui no desenvolvimento do APL da cidade de SCC, o estudo de caso único se mostrou viável e cabível. A partir de seu uso foi possível detectar as características essenciais do fenômeno e suas articulações o que ocasionou na devida apropriação do mesmo para fins desse estudo.

3.3 Locus de investigação

A pesquisa aqui proposta insere suas análises no Arranjo Produtivo de Confeções da cidade de Santa Cruz do Capibaribe – PE, o qual faz parte de um arranjo maior, o APL de confeções do agreste de PE que é composto por aproximadamente 18.000 mil

empreendimentos produtivos dos quais 7.169 mil unidades produtivas encontram-se em seu âmbito (SEBRAE, 2013).

A justificativa para tal escolha reside em sua relevância econômica, visto que a cidade comporta 40% do potencial produtivo do arranjo e cerca de 30% dos empregos gerados por este (SEBRAE, 2013). Como por sua capacidade organizativa, demonstrada pela interação entre os diversos grupos sociais e as instituições (público-privadas) de suporte às atividades por eles desenvolvidas e pelo potencial empreendedor de seus agentes que a partir de suas identidades históricas, construíram vínculos, relações e laços que possibilitaram a especialização desse espaço em uma atividade econômica específica.

Para fins de delimitação desse estudo, foram adotados alguns critérios com vistas a obtenção dos dados necessários as análises da pesquisa. Nesse intento, esta pesquisa considerou a acessibilidade aos sujeitos investigados como fator determinante na escolha dos mesmos, a relevância dos atores escolhidos para o desenvolvimento do arranjo, bem como, fatores inerentes a existência de Capital Social como o grau de associativismo, participação coletiva e mobilização social dos agentes foram considerados, visto que, procura-se investigar a relação entre a existência de Capital Social nesse *locus* e a promoção de seu desenvolvimento.

3.4 Sujeitos abordados

Em pesquisas qualitativas busca-se o aprofundamento do objeto estudado, para a compreensão das particularidades e características do fenômeno, no intento de acessar sua essência e amplitude (MERRIAM, 1998). Nisto, os critérios para escolha dos sujeitos investigados, primaram pela abrangência dos detalhes que constituem o objeto e as respectivas percepções e ligações que os atores entrevistados possuem com o fenômeno.

Desse modo, a decisão sobre quem, como e quantas vezes coletar os dados da pesquisa, é uma etapa basilar no proceder da mesma, a qual demanda do pesquisador captar as informações necessárias ao entendimento do assunto estudado mediante a abordagem dos sujeitos integrantes e participantes do *locus* investigado. Tal procedimento corresponde a definição do *corpus* da pesquisa, entendido como “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com inevitável arbitrariedade e com a qual ele irá trabalhar” (BARTHES *apud* BAUER; AARTS, 2002, p. 44).

Esse conjunto de materiais expressa os símbolos, sentidos e características que significam o fenômeno estudado, sendo, pois uma representação fidedigna do objeto analisado. Sua utilização permite, portanto a apreensão dos elementos principais do assunto abordado e a análise desses aspectos por sua vez, visa dar repostas as indagações feitas na pesquisa.

Desse modo, o *corpus* da pesquisa deve ser representativo, ou seja, deve abordar os principais padrões da realidade social estudada. Para garantir tal representatividade, Bauer e Aarts, (2008) elencam os seguintes critérios:

1. **Relevância:** equivale ao grau de importância ou convergência do material em relação aos objetivos da pesquisa, nisto, os materiais adotados devem ser pertinentes com a teoria e a problematização escolhida.
2. **Homogeneidade:** trata-se da necessidade os dados em função de suas naturezas e padrões explicativos, desse modo, os dados encontrados devem ser analisados em função de suas especificidades, nisto, dados textuais devem ser analisados separadamente dos dados fotográficos, etc.
3. **Sincronicidade:** os materiais coletados devem ter uma interligação histórica, devendo portanto apresentar uma convergência temporal que permita comparações e análises simultâneas, sendo assim, devem ser coletados dentro de um ciclo de tempo determinado.

Notadamente, a construção do *corpus* é um processo dinâmico, o qual requer do pesquisador uma postura reflexiva que permita alterar as escolhas feitas ao longo do processo de sua construção, com isso é pertinente dizer que o *corpus* pode ser modificado quando sua representatividade ainda não tiver sido atendida ou quando o delineamento da pesquisa dificultar o tratamento e análise dos dados. É preciso evitar a criação daquilo que Bauer e Aarts (2008) chamam de “porões de dados”, que significa a coleta de dados que não serão tratados em tempo hábil para compor a pesquisa. Nisto esses autores alertam que “os pesquisadores devem estar bem atentos em não confiar apenas em suas intenções quando segmentam o espaço social. Precisam manter a mente aberta para estratos e distribuições posteriores, que podem não ser óbvias num primeiro momento” (BAUER; AARTS, 2008, p. 59).

Respeitada a necessidade de representar o fenômeno social e adotados os critérios de escolha para o *corpus*, é preciso saber os padrões de saturação desse processo, ou seja, descobrir o momento de interromper a seleção de sujeitos e a captação de dados para a pesquisa. Desse modo, saturação representa o processo onde os dados coletados mostram-se suficientes para as análises, sendo desnecessária a busca de outras informações ou artefatos que expliquem fenômeno. É o momento onde o pesquisador compreende a lógica dialógica entre o objeto, suas características e representações.

De forma geral esse momento se dá quando: a) os dados encontrados não apresentam relevância ou nenhuma explicação coerente com o assunto abordado; b) quando as categorias estão delimitadas e expressas por suas funções e dimensões; c) quando a teoria encontra respaldo nas categorias e dados escolhidos.

Para a escolha dos sujeitos que a serem acessados na pesquisa, o *corpus* utilizado visou abordar atores que possuíssem papéis coerentes e relevantes com a temática em discussão, o DLS do arranjo, sendo assim, foi considerado a representatividade desses no que tangencia as ações em prol da qualidade de vida desse espaço social.

Tal escolha contemplou os atores⁴ econômicos, sociais e políticos do arranjo de confecção de Santa Cruz do Capibaribe, que possuem vínculos e laços cooperativos em suas relações sociais. Buscou-se desse modo, compreender a interação dos diversos atores que comportam o arranjo no que tange a busca de melhorias nas condições de vida desse espaço, especificamente as ações cooperativas para a promoção do Desenvolvimento Local Sustentável do APL, com foco nas práticas direcionadas a qualidade de vida do arranjo, a qual é trabalhada aqui contemplando ações impulsionadoras da inserção participativa da comunidade nas decisões coletivas e procedimentos relativos à conservação ambiental e preservação dos recursos naturais.

⁴ Para escolha dos atores a serem pesquisados, recorreu-se a definição da REDESIST sobre APL, na qual um arranjo corresponde “a aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes”. (REDESIST, 2003, p.3-4). Assim, como o *locus* da pesquisa é um arranjo produtivo local, esse critério mostra-se pertinente e coerente com as necessidades de delineamento do conjunto dos sujeitos a serem investigados.

Quadro 4. Sujeitos da pesquisa

ATORES ECONÔMICOS	ATORES SOCIAIS	ATORES POLÍTICOS
Associação dos confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP);	SENAI;	Secretaria de Meio Ambiente;
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Cruz do Capibaribe (CDL);	Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);	Secretaria de Cidadania e Inclusão Social;
Moda Center Santa Cruz.	Faculdade de Integração Regional (FADIRE);	Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
	Centro de Ensino de Santa Cruz do Capibaribe (CESAC).	Prefeitura Municipal; Câmara de Vereadores.

Fonte: Elaboração própria, 2013.

A escolha dos sujeitos pressupôs a intencionalidade da pesquisadora de descobrir as relações sociais dos diferentes atores que comportam o arranjo, no intento de identificar a forma como os atores locais cooperam para a promoção da qualidade de vida no arranjo.

No processo de desvendar os questionamentos analíticos, metodologicamente recorreu-se aos critérios supracitados de confiabilidade para garantir a fidedignidade da escolha dos sujeitos e das informações fornecidas por eles. Assim, a escolha dos sujeitos e dos dados obtidos na pesquisa de campo visou atender aos seguintes critérios: a) a Relevância, que corresponde a apreensão das características principais do objeto pesquisado; b) a Homogeneidade, que são características comuns dos entrevistados (Minayo, 2007) e a separação dos diferentes tipos de dados encontrados como fotos, falas e textos (Bauer; Aarts, 2008) e; c) a Sincronicidade, onde buscou-se coletar o dados dentro de um tempo determinado. (BAUER; AARTS, 2008).

O critério de relevância foi atendido na medida em que a escolha dos sujeitos considerou os diferentes atores que compõem o arranjo e suas funções em prol do desenvolvimento do mesmo, a homogeneidade dos sujeitos foi contemplada, pois os atores investigados formam o perfil do arranjo, já que mantêm vínculos e relações com a atividade confeccionista e os dados coletados são de natureza diversa (fotos, documentos, entrevistas) mas devidamente separados de acordo com a essência e a sincronicidade existiu na medida em que os sujeitos foram acessados em um período comum, e suas falas e informações possuem interligação histórica sobre a realidade social tratada.

Além dos critérios supracitados, a inserção dos sujeitos da pesquisa compreendeu ainda uma pesquisa no campo, que objetivou identificar os atores econômicos, sociais e políticos aptos a responderem os questionamentos sobre o desenvolvimento do arranjo, nisto, foi feita uma sondagem preliminar no arranjo, onde observou-se a existência de grupos sociais, instituições, entidades e órgãos que possuem ligações diretas com a temática, quais sejam: Associação dos confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP); Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Cruz do Capibaribe (CDL); Moda Center Santa Cruz; SENAI; Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS); Faculdade de Integração Regional (FADIRE); Centro de Ensino de Santa Cruz do Capibaribe (CESAC); Secretaria de Meio Ambiente; Secretaria de Cidadania e Inclusão Social, Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores.

Para fins da pesquisa, os atores econômicos escolhidos comportam as entidades associativas dos empresários do ramo de confecções. Parte-se do pressuposto de que as percepções e ações desenvolvidas por essas entidades representam as opiniões e anseios do empresariado local frente às questões relativas a promoção da qualidade de vida, visto que essas associações tem como finalidade a busca dos interesses dos empresários do arranjo, nisto essa pesquisa não considerou necessário a apreensão das empresas no âmbito de suas investigações. Além disso, como procura-se aqui, identificar como os atores locais promovem ações cooperativas em função da qualidade de vida, é pertinente e justificável que o foco recaia nas interações coletivas dos atores econômicos e não em suas práticas e estratégias empresariais.

No tocante a escolha dos atores sociais, a sondagem empírica informou que o arranjo de Santa Cruz do Capibaribe tem a sua disposição o SENAI, órgão responsável pela promoção da aprendizagem industrial e que fornece suporte a melhoria da atividade confeccionista, as faculdades FADIRE e CESAC que oferecem cursos para suprir as demandas do arranjo, o CONDEMA, Conselho Municipal de Meio Ambiente da cidade, o qual tem o papel de promover debates, discussões e reivindicações relativas a preservação do meio ambiente e o Conselho de Assistência Social, que é voltado as questões relativas ao desenvolvimento social do município, especialmente no que tange a preservação dos direitos que garantam a dignidade humana e incidem decisivamente na qualidade de vida ao promoverem inclusão social, estimularem a cidadania e contribuírem na equidade social, conceitos constituintes do DLS. Cabe ressaltar, que existem outros conselhos municipais que visam articular e mobilizar os atores locais para a conquista de benefícios coletivos, no

entanto, tais conselhos fogem do escopo aqui empreendido, motivo pelo qual apenas o Conselho de Meio Ambiente e o Conselho de Assistência Social foram escolhidos.

Considerando que tais atores exercem importantes funções no que tange a busca da qualidade de vida no arranjo, uma vez que estão intimamente relacionados a atividade confeccionista, oferecendo diferentes suportes a existência e sustentabilidade da mesma, a seleção deles enquanto sujeitos da pesquisa se mostra coerente. Ademais, não bastassem os papéis que cada um desses atores desempenham no arranjo, suas interações com os demais atores fornecem informações indispensáveis sobre o associativismo do arranjo em prol de seu desenvolvimento, sendo, portanto passíveis de investigações.

Na escolha dos atores políticos do arranjo, observou-se a contribuição e o papel dos mesmos no Desenvolvimento Local Sustentável do arranjo, especificamente nas ações direcionadas a qualidade de vida, que é trabalhada aqui considerando duas perspectivas: o incentivo à participação coletiva do arranjo para obtenção de objetivos comuns e práticas destinadas a conservação e respeito ao meio ambiente. Para tanto, observou-se que o arranjo possui secretarias municipais que visam atender a essas finalidades, como a Secretaria do Meio Ambiente, a Secretaria de Defesa Social e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, além dessas instituições, a prefeitura municipal e a câmara de vereadores são instâncias políticas legais que possuem a função de legitimar os interesses e as demandas da população no que concerne a promoção de melhorias nas condições de vida dos seus contemporâneos, sendo, pois atores indispensáveis no processo de desenvolvimento da localidade. O Quadro 5 abaixo, apresenta os sujeitos entrevistados na pesquisa.

Feita a escolha dos sujeitos, a quantidade do *corpus*, foi decidida mediante a utilização do princípio de saturação ou redundância, em que a recorrência de opiniões comuns e a observação de casos similares, garantiram credibilidade empírica aos dados, não sendo necessárias novas abordagens para compor o *corpus* da pesquisa. (GLASER; STRAUSS, 1967).

Contudo, a inserção dos sujeitos da pesquisa se fez modo a garantir o acesso ao máximo de informações possíveis sobre as interações entre os atores locais, e sobre as mobilizações coletivas surgidas dessas interações direcionadas a qualidade de vida do arranjo. Pretendeu-se ao pesquisar os atores e suas articulações, detectar como estes cooperam e como esta cooperação tem incentivado e contribuído para o Desenvolvimento Local Sustentável do arranjo.

3.5 Coleta dos dados

Os dados necessários para consecução desse estudo foram coletados mediante a aplicação de entrevistas, pesquisa bibliográfica e documental. As entrevistas se destinaram aos agentes representantes das instituições de apoio a economia do arranjo, aos representantes das entidades de classe e aos representantes do setor público, em suas instancias legislativa e executiva. A pesquisa bibliográfica recorreu a literatura especializada sobre os temas adotados a saber: capital social, desenvolvimento local e sustentável e Arranjos Produtivos Locais, com vistas a fornecer o aporte conceitual suficiente para o entendimento dos assuntos. Foi analisado ainda a existência e o conteúdo de documentos oficiais sobre as atividades associativas dos entrevistados para averiguação da existência de Capital Social e de seus efeitos para o desenvolvimento do APL.

Segundo Yin (2001) as entrevistas e os documentos se portam como instrumentos importantes para o desenvolvimento de um estudo de caso, pois permitem a obtenção de informações sobre fenômenos sociais. Sobre os documentos ele enfatiza “exceto para os estudos que investigam sociedades que não dominavam a arte da escrita, é provável que as informações documentais sejam relevantes para todos os tópicos do estudo de caso”, referindo-se as entrevistas argumenta “no geral, as entrevistas constituem uma fonte especial de evidências para os estudos de caso, já que a maioria delas trata de questões humanas”.

Para fins desse estudo, optou-se por entrevistas semiestruturadas, já que tal técnica “tem como objetivo principal compreender os significados que os entrevistados atribuem às questões e situações relativas ao tema de interesse” (GODOY, 2006).

Por entrevista semiestruturada entende-se o processo onde o pesquisador fornece um roteiro de tópicos a ser considerado nas perguntas direcionadas ao entrevistado, este roteiro serve de base que norteia a consecução dos objetivos a serem alcançados com as respostas coletadas. Desse modo, a entrevista semiestruturada é flexível podendo ser alterada caso haja necessidade de formulação dos questionamentos ou agregação de novas considerações. De forma geral, a entrevista semiestruturada é “utilizada para colher dados descritos na linguagem do próprio sujeito, possibilitando ao investigador desenvolver uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (GODOY, 2006).

A opção por essa modalidade de entrevista se faz oportuna, na medida em que ela se alinha ao método empregado, uma vez que o estudo de caso visa a apreensão das compreensões emitidas pelos indivíduos pesquisados.

As entrevistas semiestruturadas são adequadas quando o pesquisador deseja apreender a compressão do mundo do entrevistado e as elaborações que ele usa para fundamentar suas opiniões e crenças. São pertinentes quando o assunto a ser pesquisado é complexo, pouco explorado ou confidencial e “delicado”. (GODOY, 2006, p. 134)

Já a análise de documentos, pôde contribuir na pesquisa aqui proposta ao fornecer dados formulados dentro do contexto investigado, sendo desse modo, instrumentos fidedignos às situações vividas pelos atores abordados. Para Yin (2001) a função primordial desse instrumento de pesquisa é que o mesmo possibilita o confronto de diferentes informações, através da comparação entre os dados coletados por outras fontes com os encontrados em seu conteúdo.

Sobre suas modalidades, Godoy (2006) argumenta que documentos podem ser compreendidos como materiais escritos, registros de bancos de dados, e elementos iconográficos como imagens, fotografias, entre outros, que podem relatar experiências intrínsecas a públicos particulares.

A pesquisa bibliográfica reflete as escolhas epistemológicas do pesquisador e definem o papel da teoria na investigação. Sua realização se dá no intento de fornecer as bases conceituais sob as quais as análises irão se assentar e demarca o objeto e suas relações com os propósitos do estudo. Sobre a importância desse processo no processo da pesquisa, Godoy (2006) enfatiza “o entendimento de que o principal objetivo da investigação científica é contribuir para o avanço do conhecimento exige que o pesquisador leve em consideração a produção anterior sobre o tema”.

Com efeito, a pesquisa bibliográfica representa um elemento primordial na construção da pesquisa, visto que sua coerência com o assunto em discussão é condição basilar para a construção de um bom trabalho. Nessa abordagem, a teoria foi escolhida a priori para fornecer as informações necessárias sobre o tema e se mostrou como um arcabouço conceitual a que se pôde recorrer ao longo da averiguação empírica e nas considerações sobre os achados.

3.6 Análise dos resultados

Para o tratamento dos dados coletados mediante as técnicas de pesquisa supracitadas, esse trabalho utilizou a Análise de Conteúdo como ferramenta metodológica de interpretação das informações. A escolha desse método de análise reside na adequação deste aos estudos de teor social com conotação empírica (BAUER, 2002; BARDIN, 2005). Ademais, a Análise de

Conteúdo (AC) ao expor a expressão dos sentidos que os agentes atribuem em sua comunicação possibilita inferências sobre o transmissor, os sinais e contexto das relações vivenciadas. De forma geral a AC pode ser descrita como.

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações, visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Versando sobre a importância da AC enquanto método de análise de dados, Bauer (2002) enfatiza “a AC nos permite reconstruir indicadores e cosmovisões, valores, atitudes, opiniões, preconceitos e estereótipos e compará-los entre comunidades. Em outras palavras, a AC é pesquisa de opinião pública com outros meios” (BAUER, 2002, p. 192).

Para Bardin (2005) a AC ao objetivar a captação dos significados das falas, efetua a compreensão das mensagens inseridas nas narrativas e evidencia com isso as características dos achados. A partir desse processo é possível detectar as relações do sujeito com o assunto e com o contexto abordado, e interpretar, portanto, as inter-relações desenvolvidas nesse processo.

Segundo Bauer (2002) os procedimentos que consolidam a AC enquanto instrumental analítico, perpassam por duas dimensões, a dimensão sintática e a semântica. Na sintática se enfatiza os transmissores dos sinais e suas relações, na semântica se estabelece um diálogo entre os sinais e os seus sentidos. Desse modo é possível verificar que o agente, sua fala e os sentidos atribuídos aos símbolos que são utilizados são averiguados por esse método, o que respalda sua utilização enquanto meio de acesso aos significados das informações captadas por meio da pesquisa qualitativa de caráter social.

A operacionalização desse instrumento metodológico é dividida em três etapas: a 1) Pré-análise, que consiste na leitura fluente e minuciosa do material com vista a captar todas as informações relevantes sobre o fenômeno estudado; a 2) Exploração do material, que corresponde ao processo de codificação e categorização do material selecionado; e o 3) Tratamento e interpretação dos dados, que compreende as análises dos achados a partir do arcabouço teórico utilizado.

Se alinhando aos objetivos desse trabalho e buscando responder ao problema de pesquisa aqui proposto, o uso da AC se portou como instrumento basilar na identificação, categorização e compreensão das informações coletadas.

3.7 Operacionalização da pesquisa: Definição Constitutiva (DC) e Definição Operacional (DO) das categorias de análise

Para concretização dessa pesquisa faz-se necessário a descrição dos principais conceitos abordados bem como a forma como estes serão operacionalizados na investigação. Desse modo, esse espaço é destinado a sintetização dos pressupostos abordados e a relação destes com o design do estudo.

De forma geral, esse estudo tem como premissa principal a relação entre Capital Social e Desenvolvimento Local Sustentável e visa com isso identificar a influência do Capital Social em suas dimensões e níveis, no fomento do DLS do APL de confecções da cidade de Santa Cruz do Capibaribe - PE.

Para tanto, os preceitos supracitados são significados como:

Quadro 5. Operacionalização da pesquisa

CONSTRUTOS	RECORTES ANALÍTICOS	INSTRUMENTOS DE COLETA DOS DADOS DA PESQUISA
<p>Desenvolvimento Local Sustentável O desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações. (BUARQUE, 2002, p. 67).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade de vida - Incentivo à participação ativa da comunidade nas decisões coletivas que afetam suas vidas; - Procedimentos relativos à conservação ambiental e preservação dos recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa documental; • Pesquisa bibliográfica; • Entrevistas.
<p>Arranjos Produtivos Locais Trata-se de “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes”. (REDESIST, 2003, p.3-4).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Redes sociais: Relações dos atores que compõem o arranjo que os mantém conectados e interligados a objetivos e interesses comuns. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa documental; • Pesquisa bibliográfica; • Entrevistas.

<p>Capital Social</p> <p>“o acúmulo de diversos tipos de ativos sociais, psicológicos, culturais, cognitivos, institucionais e relacionais que aumentam o montante (ou a probabilidade) de comportamento cooperativo mutuamente benéfico”. (UPHOFF, 2000, p. 216).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Categoria estrutural do Capital Social <p>“A categoria estrutural está associada com várias formas da organização social, particularmente papéis, regras, precedentes e procedentes, bem como uma ampla variedade de redes que contribuem para a cooperação” (UPHOFF, 2000, p. 218).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dimensões do Capital Social (WOOLCOK (1998): <ul style="list-style-type: none"> - Integração: relações estabelecidas entre grupos homogêneos, formados por indivíduos que partilham aspirações comuns, são as interações entre os membros da comunidade; - Linkage: ligações e conexões com grupos sociais distintos que permitem a troca de informações e conquistas mútuas que não seriam acessadas se os grupos estivessem isolados. - Sinergia: relações Estado-sociedade que possibilitam a obtenção de objetivos coletivos; - Integridade: refere-se ao papel efetivo do estado no atendimento às demandas da sociedade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa documental; • Pesquisa bibliográfica; • Entrevistas.
---	--	---

Fonte: Elaboração própria, 2013.

4 Apresentação e análise dos resultados

“[...] e os homens são finalmente forçados a enfrentar com sentidos mais sóbrios as suas reais condições de vida e sua relação com outros homens”.

Marx e Engels

Nesse capítulo, procurou-se identificar as ações cooperativas que os atores locais engendraram em função da qualidade de vida no arranjo, com vistas a responder a questão norteadora dessa pesquisa, qual seja: **Como os atores locais do Arranjo Produtivo Local de confecções da cidade de Santa Cruz utilizam seu Capital Social para promover o DLS?** Para tanto, buscou-se analisar a influência da organização social e da cultura local nesse processo, bem como os níveis de Capital Social existente nas redes de relações dos atores.

Desse modo, a análise foi pautada nos construtos propostos por Uphoff (2000) relativos as categorias estrutural e cognitiva do Capital Social que facilitam ação coletiva e pelos níveis e dimensões desse ativo trabalhados por Woolcok (1998). Trabalhados esses construtos analíticos, foi possível detectar como o Capital Social atua e influencia as iniciativas mobilizadas para a qualidade de vida e desse modo como contribui para o DLS do arranjo.

4.1 Caracterização do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste de Pernambuco

O Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste de Pernambuco é composto pelas cidades de Vertentes, Taquaritinga do Norte, Surubim, Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Cupira, Riacho das Almas, Toritama, Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe.⁵ Essas três últimas cidades são os principais componentes do arranjo e respondem por 77% do PIB do APL e comportam 66% de sua população (SEBRAE, 2013).

⁵ Segundo dados do SEBRAE (2013), essas são as cidades que comportam a produção de confecção do arranjo local do agreste.

Na distribuição espacial das empresas de produtos de vestuário em Pernambuco, os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, principais componentes do então denominado APL de confecções do agreste deste estado despontam como uma das mais significativas áreas de produção deste segmento, em âmbito regional e nacional. (ANDRADE, 2008, p. 26).

Nesse arranjo produtivo, existem 18.803 mil empresas que geram aproximadamente 100.000 mil empregos diretos e indiretos e faturam anualmente em média R\$ 1,1 bilhão (SEBRAE, 2013). Esse desempenho econômico vigoroso se traduz em dinamismo econômico que garante emprego e renda para a população local e coloca esse arranjo em posição significativa na economia do estado, o qual representa 5% do PIB de Pernambuco.

Esses indicadores de desempenho refletem a importância do arranjo no que tange a sua capacidade de fomentar a economia local e gerar riqueza “[...] o mesmo se transformou, na última década, em um dos mais relevantes arranjos produtivos deste tipo no país, em virtude dos expressivos níveis de crescimento apresentados” (ANDRADE, 2008).

Segundo dados do SEBRAE (2013) o arranjo apresentou uma elevação de 56% do PIB no período de 2000 a 2009 crescendo “uma vez e meia mais rapidamente que a economia do Brasil, uma vez e dois décimos mais rapidamente que a do Nordeste e uma vez e três décimos mais rapidamente que a de Pernambuco”. Esse crescimento econômico, por sua, é responsável pela elevação significativa do contingente populacional dessas localidades, a qual se justifica pelas oportunidades de trabalho e rentabilidade que o arranjo oferece. Esse dinamismo local fez com que o arranjo, em termos demográficos se expandisse, “2,2 vezes mais rapidamente do que o Brasil, 2,4 vezes mais rapidamente do que o Nordeste” e possibilitou a elevação da população em 27% no período de 2000 a 2010. (SEBRAE, 2013).

Entretanto, o índice de informalidade e com ele os problemas sociais e trabalhistas gerados, mostram-se preocupantes, uma vez que 80% das indústrias do arranjo funcionam ilegalmente e não oferecem, portanto, os direitos necessários a seus funcionários (SEBRAE, 2013). Além disso, a informalidade tem garantido aos empresários locais, baixos custos produtivos e é tida por muitos como um diferencial competitivo que garante a inserção das unidades produtivas no mercado e a sustentabilidade de seus negócios.

Um conjunto de fatores explica a existência e o crescimento da produção de confecções no Agreste pernambucano. A alta informalidade é um dos mais importantes: até hoje, o Polo tem vivido e se expandido, em grande medida, porque paga poucos impostos e, menos ainda, direitos e obrigações trabalhistas. Tal situação já perdura por 30 ou 40 anos, mas, no longo prazo, é insustentável (SEBRAE, 2013, p. 54).

Segundo Andrade (2008) essas fábricas informais “são caracterizadas por copiarem o design dos produtos das empresas maiores, por contarem com um quadro de pessoal ocupado de baixa escolaridade e influenciarem os rendimentos dos estabelecimentos formalizados”. Ademais, o alto índice de informalidade restringe a capacidade competitiva do arranjo, já que essas empresas funcionam a margem do processo de qualificação e inovação produtiva, e não tem acesso aos investimentos direcionados ao desempenho competitivo do APL. Essa situação tem colocado um dilema aos atores locais “[...] ou o Polo de Confeções acaba com a informalidade, ou a informalidade acabará com ele” (SEBRAE, 2013).

O aporte institucional do arranjo e o trabalho integrado de diferentes órgãos que atuam no fomento à atividade confeccionista local, têm contribuído para a solução desse problema⁶ e representado um significativo avanço na capacidade competitiva do arranjo. Atualmente o APL conta com o suporte do SEBRAE, SENAI, SENAC, Centros Tecnológicos de Pernambuco (C&T), o Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), associações de classe, instituições de ensino superior, prefeituras locais e órgãos estatais⁷.

No que tange a atuação do SEBRAE, suas ações tem incentivado o associativismo entre o empresariado local. A unidade instalada em Caruaru articula diferentes instituições com vistas a fomentar a economia do APL e atua “[...] conectando o empresariado do APL e suas associações aos programas federais de fomento, a redes de negócios, programas de exportação, capacitação empresarial, capacitação profissional, transferência de tecnologias, ensino e pesquisa” (REDESIST, 2009).

O SEBRAE realiza suas ações em parceria com outras entidades. Aliás, é o responsável pela rede de cooperação institucional estruturada no âmbito do arranjo, desempenhando um papel-chave na coordenação e promoção do mesmo. Assim sendo, age conjuntamente com todas as associações empresariais e comerciais dos principais municípios, com o SENAI, SENAC, SINDIVEST, CTM, Governo do Estado (AD DIPER), instituições financeiras (BNB, CEF) e organizações de ensino superior. Em virtude da dimensão do conjunto empresarial do arranjo, o SEBRAE atua em parceria com as associações para que estas sirvam de canal de informação dos programas elaborados (aproximação com os micro e pequenos produtores), apoiando-as em suas atividades e estimulando-as a estreitarem laços com os atores locais. (ANDRADE, 2008 p. 139).

⁶ O arranjo tem recebido incentivos estatais direcionados a redução da informalidade. Nesse sentido, em 2003 o governo de Pernambuco institui o “Sistema Simplificado de Tributação do ICMS” para as atividades econômicas realizadas com fios, tecidos, artigos de armarinho e confeções. O objetivo é reduzir a carga tributária para o setor mediante a diminuição da base de cálculo ou atribuição de crédito presumido, visando com isso, proporcionar melhores condições competitivas às indústrias existentes e o estímulo a inserção de novos empreendimentos (SEBRAE, 2013). Além dessa atuação estatal, a informalidade tem sido combatida, através de ações das associações de classe em parceria com instituições de fomento, as quais buscam conscientizar o empresariado local sobre os benefícios da formalização.

⁷ O APL de confeções do Agreste de Pernambuco é subsidiado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e pela Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (AD DIPER).

Observa-se que a estrutura institucional do arranjo perpassa necessariamente pelas ações do SEBRAE e que este por sua vez, detêm grande parte das decisões e responsabilidades na discussão dos rumos do APL, sendo pois, uma espécie de líder no direcionamento dos projetos e ações coletivas do arranjo. Por um lado, a atuação do SEBRAE incentiva a cooperação inter-atores, ao mantê-los conectados a uma rede comum de ação, onde estes podem trocar informações e objetivos, de outro modo, essa liderança institucional reflete a dependência dos atores locais pelas decisões tomadas por essa entidade, e demonstra a fragilidade na governança do arranjo, o qual parece não contar com muitos atores atuantes e instituições sólidas que discutam coletivamente os assuntos que assolam a desempenho coletivo do APL. (ANDRADE, 2008).

O SENAI- PE por sua vez, atua no arranjo de confecções do agreste através da escola técnica de Caruaru, criada em 1970 e da escola técnica de Santa Cruz do Capibaribe, surgida em 2002.

[...] ambas disponibilizando programas de capacitação profissional adequadas às necessidades empresariais. Tem a missão de promover a educação profissional e tecnológica, bem como a inovação e difusão de tecnologias industriais, no intuito de fomentar a competitividade empresarial da região (ANDRADE, 2008, p. 132).

A inserção do SENAI ao APL de confecções do Agreste representa um grande avanço no que concerne ao desenvolvimento da indústria local, isto porque os cursos disponibilizados por essas escolas visam fundamentalmente fornecer suporte a capacitação profissional da mão-de-obra local, bem como a qualificação empresarial das indústrias de confecção, o que incide positivamente na capacidade competitiva do APL. Ademais, as ações do SENAI contribuem para a inserção em mercados mais exigentes através da oferta de produtos de maior qualidade, mediante a incorporação de novos métodos e processos produtivos pautados na inovação tecnológica e na ampliação da capacidade competitiva.

Nisto o SENAI tem contribuído para melhorar o desempenho econômico do arranjo ao subsidiar a qualificação profissional e com ela a qualidade dos processos produtivos e dos produtos ofertados. Isso tem sido fundamental para o sucesso do APL, visto que um dos grandes desafios do APL consiste justamente em superar a produção assentada em produtos de baixo valor agregado e de pouca qualidade, a qual se reporta “às condições iniciais de implementação da atividade, cuja denominação de Sulanca refletia a qualidade do que era produzido nas primeiras fases de trajetória da produção”. (ANDRADE, 2008).

Integrando o Sistema S no arranjo, o SENAC – PE dispõe de uma unidade em Caruaru, “[...] voltada para a formação profissional, para o desenvolvimento de aptidões tanto do público em geral, como dos agentes ligados diretamente ao segmento de confecções” (ANDRADE, 2008). Sua atuação se dá em parceria com outras instituições do APL, como Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de Pernambuco (SINDIVEST-PE), o SENAI, o SEBRAE, a CDL de Caruaru, e as universidades públicas federais instaladas na cidade. (REDESIST, 2009; ANDRADE, 2008).

No que concerne a contribuição do SENAC ao fortalecimento do arranjo, seus serviços visam complementar as atividades educacionais voltadas a formação da mão-de-obra, dotando os atores locais das habilidades necessárias ao desenvolvimento das funções inerentes a indústria de confecção.

O suporte fornecido pelo Sistema C&T ao APL, centra-se fundamentalmente na instalação do Centro Tecnológico em Caruaru, denominado “Centro Tecnológico da Moda”. “O CTM foi criado para dar suporte, apoiar o APL da região, através de ações direcionadas à formação profissional, à criação de inovações tecnológicas e estímulo ao empreendedorismo local” (ANDRADE, 2008). O CTM faz parte do “Programa de Centros de Produção e Difusão de Inovações Tecnológicas”, criado pelo governo do estado sob a responsabilidade da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA). O mesmo tem sua atuação pautada nas ações dos Centros Tecnológicos que buscam promover o desenvolvimento mediante a inovação tecnológica. (REDESIST, 2009).

Para cumprir seus objetivos, o centro conta com o “Núcleo de *Design* em Moda, a Incubadora Tecnológica do Agreste Central, salas de aula e treinamento, auditório, biblioteca e um Laboratório de Análises de Água” (ANDRADE, 2008). Atualmente, é gerido pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP) e funciona basicamente no fomento a modernização da indústria local mediante a produção e difusão de inovações tecnológicas.

O ITEP por sua vez, tem direcionado esforços na elaboração e implementação de projetos ambientais. Esse direcionamento às questões ambientais foi ocasionado pela elevada degradação ambiental, provocada pelas lavanderias de Toritama, que lançavam desregradamente efluentes industriais no rio Capibaribe, e emitiam produtos químicos pelas caldeiras, provocando poluição hídrica e atmosférica. Desse modo, o ITEP tem interferido nesse processo, atuando incisivamente nas ações voltadas ao meio ambiente do APL. Nisto:

Em decorrência da necessidade das lavanderias do arranjo terem de se enquadrar na legislação ambiental brasileira, o ITEP começou a desenvolver projetos na área de tratamento de efluentes. Desde então, a entidade vem atuando constantemente na linha ambiental (ANDRADE, 2008, p. 143).

Em consonância com esses objetivos, o ITEP tem promovido cursos voltados a temática ambiental e buscado formar profissionais aptos a gerirem lavanderias de modo sustentável. Para subsidiar essa aprendizagem tecnológica, o instituto, conta com diversas parceiras e montou uma lavanderia piloto para capacitar os atores locais.

Além do SEBRAE, o qual é assinalado como principal parceiro, o ITEP conta com o apoio financeiro da SECTMA (governo do Estado), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e da Prefeitura de Caruaru, além dos próprios empresários. Menciona-se ainda a articulação com a ACIC, ACIT, o Centro de Vocação Tecnológica (CVT) de Riacho das Almas, o SENAI e a UFPE. Com relação a esta última entidade (cujo laboratório do curso de Engenharia Civil funciona no âmbito do CTM), o ITEP desenvolveu com o apoio da mesma, o projeto de lavanderia experimental (Aprolav), tendo como objetivos: i) implantar uma lavanderia piloto e estação de tratamento de efluentes; ii) identificar e catalogar os insumos químicos usados no processo; iii) registrar os tipos de lavados e percentual de lavado/empresa; iv) levantar o consumo de água das empresas; v) analisar a eficiência energética e, vi) promover a capacitação de técnicos e empresários. A partir deste projeto, o ITEP busca difundir entre os grandes e pequenos empresários tecnologias existentes e que surjam em outras regiões do País, o Sudeste, por exemplo. (ANDRADE, 2008, p. 146).

No tocante ao associativismo, o arranjo tem a sua disposição importantes entidades de classe que representam os interesses dos empresários locais e contribuem para a conquista de melhorias para o arranjo como um todo. Destes, destacam-se as associações das principais cidades do APL, quais sejam: a Associação Comercial e Empresarial de Caruaru (ACIC), a Associação Comercial e Industrial de Toritama (ACIT) e a Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP).

O trabalho da ACIC é tido como referência, visto que essa entidade é a maior associação de classe do Pernambuco. Criada em 1920, a ACIC é a entidade mais antiga do arranjo, seu surgimento se deu com vistas a subsidiar a expansão e consolidação da atividade confeccionista em Caruaru, e sua atuação estimulou a criação das demais entidades representativas do arranjo (ANDRADE, 2008; BNDES, 2005). Os propósitos de seus projetos visam atender interesses tanto da economia local da cidade e conseqüentemente, os anseios dos associados, como objetivos do arranjo, sendo, portanto, um canal de intermediação de interesses coletivos.

As ações promovidas pela referida entidade favorecem aos empresários de todo o arranjo [...] Partindo de quatro pontos estratégicos, isto é, *design*, estilo, gestão e comercialização, enfatiza-se seu papel enquanto formuladora de uma atividade, a rodada de negócios, que vem criando um novo canal de comercialização, transformando o perfil da clientela dos produtos do arranjo. Estas rodadas abrem espaço para o encontro de compradores e vendedores, sendo os últimos formais, donos de pequenos e médios magazines, libertando os empresários locais da dependência de negociação via feiras municipais, o que valoriza o produto. (ANDRADE, 2008, p. 123).

A ACIT por sua vez, foi criada recentemente (2004-2005) devido aos anseios dos empresários locais por um apoio formal para fomentar o desempenho da economia da cidade. A entidade é constituída basicamente por empresários ligados a indústria de confecção de *jeans*, principal produto desse arranjo, e contempla: fabricantes de confecção, donos de lavanderias e comerciantes. Suas ações se direcionam ao fomento da indústria local, mediante a modernização da capacidade produtiva local do arranjo e a capacitação dos empresários do setor de confecções do *jeans*, nisto, a ACIT desenvolve ações:

[...] prioritárias ao apoio à participação dos agentes em missões empresariais, nas visitas as indústrias de confecções em São Paulo e em outras regiões, envolvimento nas rodadas de negócios da moda pernambucana, nas principais feiras e eventos do ramo de confecções que ocorrem no País, a busca pelo desenvolvimento da visão empresarial através da promoção de cursos de capacitação, de treinamento de curta duração e de consultorias (ANDRADE, 2008, p. 125).

O arranjo produtivo de Santa Cruz do Capibaribe conta com o apoio da ASCAP, entidade empresarial que tem a função de representar o empresariado local subsidiando o desempenho da indústria local mediante a formação de parcerias e prestação de serviços voltados ao crescimento econômico do arranjo e o desenvolvimento socioeconômico da região. “Assim sendo, tem como objetivo central o estabelecimento de negociações com possíveis parceiros, buscando unir esforços para interagir eficientemente com as empresas que fazem parte da entidade e destas com as das demais associações do APL” (ANDRADE, 2008, p. 121).

A ASCAP foi criada quando um grupo de confeccionistas do município decidiu organizar-se em torno de um objetivo comum, qual seja: ter um espaço reservado para a troca de opiniões e experiências de modo a expandirem seus próprios negócios e, conseqüentemente, trazerem benefícios para a economia da cidade. Tais empresários perceberam a necessidade de associação das forças empreendedoras local para enfrentar às novas exigências mercadológicas, que forçosamente requereriam maior profissionalismo dos agentes locais. (ANDRADE, 2008, p. 120).

Embora cada entidade de classe, possui suas estratégias de atuação e vislumbrem objetivos e intervenções diferenciadas, para atender realidades distintas, a existência dessas associações tem sido pautada em uma forte articulação conjunta entre suas ações. Desse modo, pode-se inferir que essas entidades funcionam reivindicando interesses peculiares de seus associados bem como alternativas coletivas para intervir no desempenho do arranjo em sua totalidade. As parcerias firmadas por essas entidades contemplam ações conjuntas com o SEBRAE, SENAI, SENAC, ITEP, CTM, SINDIVEST, instituições de ensino, associações empresariais de outras localidades do arranjo e órgãos públicos.

Além desse aporte institucional, o arranjo conta com o apoio estatal e faz parte da política estratégica do governo no fomento a competitividade dos APLs do estado. Para atender aos objetivos dessa política, o governo instituiu um grupo de trabalho formado pelas Secretarias de Articulação Social (SEAS) (coordenação); Agricultura e Reforma Agrária (SARA) (por meio do IPA); Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA); Desenvolvimento Econômico (SDEC) (por meio da ADDIPER); Juventude e Emprego e Planejamento e Gestão (SEPLAG) (por meio do PROMATA e PRORURAL) (REDESIST, 2009) o qual atua nos diferentes APL's do estado.

A tarefa do Grupo de Trabalho é formular um programa que articule e integre as ações do Governo do Estado voltado para o desenvolvimento dos Arranjos produtivos Locais (APL's), garantindo a sinergia com as instituições parcerias e assegurando a inclusão de segmentos mais fragilizados da população envolvidos nas atividades produtivas (REDESIST, 2009, p. 42).

O APL de confecções do agreste recebe apoio da SECTMA que através do Sistema de Ciência & Tecnologia do Governo do Estado – PE (SISTEC) instituiu o Programa de Apoio à Competitividade aos Arranjos Produtivos Locais (PROAPL). O PROAPL fomenta a competitividade do APL “através do uso do conhecimento gerado por processos de inovação incremental e radical e da internacionalização desses arranjos”. (REDESIST, 2009).

O objetivo central do programa centra-se no aumento produtividade e do crescimento da oferta de trabalho e renda para as populações dos arranjos. O PROAPL é operacionalizado pela ITEP, e “faz uso de investimentos inovadores voltados para a melhoria da competitividade dos APL's de PE” (REDESIST, 2009).

O SISTEC dá suporte a essa política voltada à introdução de inovações tecnológicas e atua essencialmente no subsídio ao funcionamento dos C&T's. Esse sistema é composto por diversos órgãos, que atuam conjuntamente na efetivação das ações desses centros destacando-se: a Companhia Pernambucana de Controle da Poluição Ambiental e Administração de

Recursos Hídricos (CPRH); Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco (HEMOPE); Laboratório Farmacêutico do estado de Pernambuco (LAFEPE); Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária (IPA); a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia (FACEPE); e o ITEP (REDESIST, 2009). Esse enfoque na atuação dos C&T's justifica-se pelo direcionamento do governo do estado a fomentação da capacidade inovativa dos APL's como diferencial competitivo, onde:

A ênfase das políticas do Governo de Pernambuco centra-se no fortalecimento de cadeias produtivas e criação de centros tecnológicos de abrangência setorial, com incentivos a criação de plataformas tecnológicas. A metodologia consiste em: identificar as principais cadeias produtivas localizadas no estado; diagnosticar os gargalos tecnológicos e as oportunidades para inovação; formular as ações necessárias à superação das dificuldades e ao aproveitamento das oportunidades de negócios, em especial, no aspecto inovativo (REDESIST, 2009 p. 44).

Além da SECTMA, o APL de confecções do Agreste, recebe subsídios da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDEC), a qual tem a atribuição de “atender as demandas dos sindicatos, provê atenção diferenciada a arranjos produtivos, especialmente com presença forte no interior e desenvolvendo um planejamento estratégico integrado” (REDESIST, 2009). Nesse contexto, a SDEC criou o “Fórum Estratégico de Competitividade da Cadeia Têxtil e de Confecções em Pernambuco”⁸ o qual visa:

- i) Coordenar o processo de planejamento estratégico participativo que oriente a proposição de políticas e ações;
- ii) Propor políticas públicas e ações voltadas ao desenvolvimento da cadeia têxtil e de confecções em Pernambuco;
- iii) Identificar fontes de recursos para as ações propostas;
- iv) Acompanhar a implementação das políticas e ações propostas;
- v) Elaborar o modelo conceitual e de gestão do Núcleo de Governança da Cadeia Têxtil de Confecções (REDESIST, 2009, p. 48).

Com base nessas atribuições, o Fórum contempla objetivos estratégicos em três dimensões: i) a dimensão institucional, que busca estimular a criação de vantagens competitivas sustentáveis em relação aos recursos humanos, organizacionais, relacionamento, tecnologias, identidade e marca; ii) a dimensão privada, que atua não aumento das vendas,

⁸ Esse fórum foi regulamentado pelo Decreto nº 33.339, de 24 de abril de 2009 (REDESIST, 2009).

com vistas a propiciar a elevação sustentável dos lucros; e a iii) dimensão social, voltada a geração equitativa de emprego e renda. A partir dessas dimensões, o fórum busca a realização de oito objetivos estratégicos, quais sejam: a) agregação de conhecimento; b) estruturação da governança; c) criação de identidade; d) inserção comercial; e) provimento de infra-estrutura; f) competitividade fiscal; g) formalização; h) aumento e diversificação de insumos. (REDESIST, 2009).

Nisto, o trabalho do Fórum busca abarcar as diferentes necessidades do arranjo no intento de subsidiar as condições que garantam a sua competitividade. Observa-se, contudo, que tanto as ações do Fórum como o funcionamento do SISTEC bem como a atuação do PROAPL se direcionam essencialmente a sanar gargalhos mercadológicos e produtivos que incidem na capacidade competitiva do arranjo. Não se verifica, portanto, uma política específica direcionada a prover a qualidade de vida no arranjo, o que se observa são ações de fomento a esfera econômica e propostas que vislumbram as questões sociais e ambientais como consequência da capacidade produtiva, a esfera social é tratada apenas em termos de geração de emprego e renda, e as demandas ambientais são vistas como obrigações legais, onde a inovação tecnológica resolve a degradação gerada e garante diferencial competitivo ao APL, desse modo, as políticas públicas e a atuação das instituições de fomento não incorporam o DLS em suas intervenções, e o desenvolvimento do APL é visto tem sido tratado como resultado de seu desempenho econômico.

Além disso, as políticas estatais supracitadas ainda são tradicionais e embora a metodologia de trabalho aborde os APL como os preceitos preconizados pela REDESIST, aglomerações produtivas em espaço territorial específico, especializados em uma atividade produtiva com relações institucionais, onde a proximidade territorial da produção resulta em interações sociais entre os atores locais, os quais, ao compartilharem informações comuns, criam conhecimentos tácitos que podem ser fontes de inovações, base da competitividade dos APL', na prática essas políticas não consideram a capacidade inovativa dos atores locais, não contemplam o enraizamento local como fonte de criação de conhecimento e diferencial competitivo e são diretrizes externas que não consideram os anseios e habilidades dos atores locais nem as necessidades específicas dos territórios onde os APL's estão inseridos. Seguindo essa lógica, sobre a atuação do governo do estado no APL do agreste observa-se:

[...] i) que as políticas estatais para APL's continuam sendo as tradicionais, focadas no mercado e voltadas para aumento da competitividade das cadeias produtivas já que o recorte do alvo da política é setorial e limitada pela região de desenvolvimento: Agreste; ii) que as instituições de apoio não se veem como atores do Arranjo e, como tal pensam políticas sem o envolvimento dos demais atores dos APL's; desse modo, enfrentam as barreiras que decorrem da falta de legitimidade da política ficando evidente o choque entre os interesses público e privado; iii) as questões relativas à territorialidade, enraizamento e oportunidades locais anteriormente referidas são recorrentes (REDESIST, 2009, p. 49).

Resguardadas essas debilidades das políticas e das instituições de fomento, o arranjo tem conseguido galgar importantes avanços, como mostram os dados relativos ao seu desempenho econômico citados no início desse texto. Esse desempenho por sua vez é proveniente de diversos fatores, os quais em sua grande maioria são resultantes do enraizamento local dos atores e de aspectos endógenos da localidade que se sobressaem as intervenções estatais e dos órgãos de suporte.

Tidos como pontos fortes que garantem o sucesso do APL, segundo pesquisa SEBRAE (2013) esses fatores são: a) Preço baixo do produto; b) Baixo custo da mão-de-obra; c) Capacidade empreendedora; d) Adaptabilidade à mudança; e) A existência de “pessoas guerreiras”; f) Formas de negociação; g) Capacidade produtiva das pessoas e das máquinas; h) Localização do arranjo; i) Radiação do arranjo; j) Alta concentração de empresas em pequeno espaço.

Embora esses aspectos demonstram a capacidade competitiva do arranjo, eles também refletem algumas condições frágeis e insustentáveis em que se assentam o seu funcionamento, como o baixo preço do produto e do custo da mão-de-obra que são resultados da informalidade, que diminui o valor dos salários ofertados, devido a não exigência das obrigações legais dos tributos fiscais e dos direitos trabalhistas e sociais, e esse salário reduzido por sua vez, incide positivamente nos custos produtivos, o que possibilita ao empregador ofertar seus produtos a preços mais baixos e ainda assim garantir sua lucratividade.

Como 80% das unidades produtivas do arranjo atuam na informalidade, esse fator tem sido decisivo nas vantagens mercadológicas do APL. Por outro lado, além de não garantir as condições básicas de funcionamento dos estabelecimentos produtivos e cercear a mão-de-obra dessa indústria de seus direitos legais, esse alto índice de informalidade tem dificultado o processo de qualificação profissional e de modernização do arranjo, isto porque, grande parte das unidades produtivas não tem acesso aos programas de fomento do governo do estado e não são assistidas pelas ações das instituições de suporte a atividade confeccionista.

No tocante aos demais pontos fortes identificados na pesquisa do SEBRAE (2013), o arranjo possui características locais indispensáveis para seu bom desempenho, como a capacidade empreendedora e a adaptabilidade à mudança, apontadas como os fatores que permitiram aos atores locais reagirem as pressões externas que dificultaram o funcionamento da economia, como foi o caso das exigências ambientais legais das lavanderias de Toritama, que estimulou novas formas de produzir e atuar no mercado pautadas na busca de inovações e tecnologias apropriadas às necessidades da indústria local, e a construção de centros de comercialização⁹ mais modernos e estruturados para atender as novas exigências dos clientes, o que reflete a existência de indivíduos empreendedores e capazes de responder as mudanças estruturais que demandam novas práticas e formas de negociar.

A existência de “pessoas guerreiras”, indicada na pesquisa, corrobora a importância da cultura empreendedora no sucesso do APL e é apontada como diferencial para o funcionamento do arranjo, pois este é formado por pessoas encorajadas e dispostas a assumirem riscos para engendram seus empreendimentos, como menciona um ator local “as pessoas vão atrás das coisas; mal o dia amanhece elas já estão cuidando dos negócios”. (SEBRAE, 2013, p. 116).

Seguindo essa lógica, as formas de negociação também são citadas como pontos ligados as especificidades culturais dos atores locais, que incitam a inovação, a busca por novas formas de atuar e interagir. Essas formas de negociação são segundo os entrevistados, “supostamente, novas e em constante mudança” (SEBRAE, 2013, p. 116).

Já a capacidade produtiva das pessoas e das máquinas refere-se a formação de uma mão-de-obra especializada e diferenciada com capacidade de manusear adequadamente as máquinas e as tecnologias necessárias ao processo produtivo, as máquinas por outro lado também exercem importante papel nesse processo, ao garantir alta produtividade ao setor.

No que concerne aos fatores relacionados as características territoriais do arranjo, a localização refere-se a proximidade de grandes centros de distribuição da produção como Recife-PE e João Pessoa-PB, e a radiação é a amplitude da atividade confeccionista para diversas cidades do Agreste e alta concentração de empresas no espaço delimitado (Agreste). Esses fatores refletem por outro lado as economias externas trabalhadas na teoria econômica,

⁹ Em Toritama, existe o Parque das Feiras que funciona em paralelo com a feira local, já em Santa Cruz do Capibaribe a construção do Moda Center Santa Cruz substituiu a “Feira da Sulanca” que funcionava no centro da cidade, e Caruaru conta com o Polo Comercial de Caruaru, centro de comercialização que funciona simultaneamente a “feira da sulanca” da cidade. Atualmente existe um projeto do poder público municipal que visa retirar a feira das ruas da cidade para um local específico, processo similar ao ocorrido em Santa Cruz do Capibaribe com a criação do seu centro comercial.

a qual preconiza os benefícios coletivos gerados da especialização produtiva para todas as empresas instaladas em um arranjo, como mão-de-obra habilitada e diminuição dos custos de instalação e funcionamento.

Concomitante a esses pontos fortes, o APL convive com fatores que incidem negativamente no seu desempenho, quais sejam: a) Má formação da mão-de-obra; b) Escassez de trabalhadores qualificados; c) Falta de profissionalismo; d) Predominância de empreendimentos informais; e) Carga tributária excessiva; f) Questão ambiental; g) Imagem alicerçada em produtos de baixa qualidade; h) Falta de segurança (SEBRAE, 2013).

Os três primeiros pontos citados refletem a debilidade do arranjo no provimento de capital humano, como foi citado anteriormente. Tais aspectos são decorrentes da alta informalidade, que dificulta o acesso a qualificação profissional e resulta na escassez de trabalhadores especializados e na falta de profissionalismo. Mesmo tendo uma lógica econômica (diminuição de custos) a informalidade é apontada na pesquisa como um fator cultural, enraizado na estrutura social e institucionalizada nas ações dos atores locais. Essa cultura local é tão forte que mesmo existindo incentivos para sua superação, sua diminuição é paulatina e insignificante diante do universo de empresas que compõem o arranjo.

Devido a esses valores culturais, os empresários locais não conseguem vislumbrar os benefícios que a formalização pode trazer para seus negócios. “É mais caro ser informal que formal. O informal não tem acesso a crédito, não pode vender pra quem exige nota fiscal, compra (o tecido) mais caro. Se você fizer as contas, o custo do informal é maior. Mas ninguém faz as contas” (SEBRAE, 2013, p. 117).

As empresas que se formalizam por outro lado, são obrigadas a pagar tributos e direitos legais como requisitos para o funcionamento de suas atividades, tais custos são revertidos em aumentos nos preços dos produtos, o que é apontado como um fator negativo para a competitividade do setor, já que as empresas informais podem ofertar os mesmos produtos a preços mais acessíveis. A carga tributária ao incidir sobre um pequeno grupo de empresários (20%) é desse modo um aspecto negativo para competitividade do arranjo, o mesmo se verifica nas exigências ambientais, onde, apenas as lavanderias formais se enquadram nos requisitos necessários. Além disso, a carga tributária excessiva tem sido um estímulo às práticas informais e a terceirização da produção, que é feita em sua grande maioria em empreendimentos informais.

O governo aperta a fiscalização, a gente reduz o tamanho e corre para a informalidade. Já tive 35 empregados; hoje tenho oito. Houve um tempo em que a conversa (entre os empresários) era sempre sobre aumentar de tamanho; hoje é o contrário, estamos encolhendo. Utilizamos as facções para reduzir os custos da formalização (SEBRAE, 2013, p. 118).

Além disso, a imagem do arranjo, como produtor de artigos de baixa qualidade, tem sido um obstáculo aos empresários que investem em tecnologias e inovações para agregar valor a seus produtos. A disseminação dessa imagem depreciativa também se deve a predominância de empreendimentos informais que vendem suas mercadorias a preços mais baixos e estimulam a formação de um mercado de produtos baratos e de baixa qualidade. Por fim, a falta de segurança apontada na pesquisa como um ponto fraco do arranjo, reflete a falta de infraestrutura do arranjo e a debilidade do poder público em suas diferentes instâncias na provisão dos serviços públicos básicos.

Contudo, o APL de confecções do Agreste apresenta relações inter-organizacionais fortes, e uma integração institucional que tem possibilitado avanços significativos em seu funcionamento. Todavia, os problemas supracitados refletem a necessidade de se fortalecer essas articulações e a capacidade cooperativa dos seus atores, para resolver tanto as questões que dificultam o desempenho econômico, como também para promover melhorias nas condições de vida da população do arranjo.

4.1.1 Caracterização do Locus em estudo: o Arranjo Produtivo Local de Confecções de Santa Cruz do Capibaribe

A atividade confeccionista do APL do Agreste teve início na década de 50 na cidade de Santa Cruz do Capibaribe. Na época, a produção de confecções era de subsistência e surgiu como alternativa à decadência da atividade produtiva vigente; a agricultura (ANDRADE, 2008; CABRAL, 2007; LIMA, 2006; XAVIER, 2006).¹⁰

No início dessa atividade produtiva, os empresários locais utilizavam sobras de retalhos vindas do Sul do país para confeccionar roupas de baixo custo. A produção era efetuada por fábricas de pequeno porte de base familiar, as chamadas “empresas de fundo de

¹⁰Diversos autores referem-se as condições climáticas desfavoráveis da região, como fator principal que possibilitou esse declínio da agricultura e surgimento da atividade confeccionista. Para maiores detalhes sobre a substituição da atividade agrícola pela atividade confeccionista na cidade, ver (ANDRADE, 2008; CABRAL, 2007; LIMA, 2006; XAVIER, 2006).

quintal” e a oferta desses produtos se dava nas calçadas do centro da cidade, como mostra a imagem abaixo.

Imagem 1. Comercialização de confecção no centro da cidade de Santa Cruz do Capibaribe



Fonte: Zé Romildo - Acervo pessoal.

Nesse período as empresas funcionavam em condições precárias, os produtos eram de baixa qualidade e a atividade confeccionista era vista como fonte de sobrevivência para os atores locais. Posteriormente, com a expansão das vendas e o aumento no número de unidades produtivas, a atividade confeccionista deixou de ser uma atividade de subsistência e se tornou uma indústria lucrativa (ANDRADE, 2008; CABRAL, 2007). Em consequência dessa evolução na economia local, o escoamento da produção passou a ser feito na feira local, denominada “Feira da Sulanca”¹¹ e a cidade passou a receber compradores de diversas regiões do país, se tornando um polo de produção e comercialização de confecções da região (XAVIER, 2006).

¹¹ O nome “Feira da Sulanca” faz referência aos retalhos vindos do Sul do país, utilizados no início da atividade produtiva.

Imagem 2. Feira da Sulanca do Arranjo de SCC



Fonte: Zé Romildo – Acervo pessoal.

A constituição da feira local de confecções foi feita em parceria com o poder público da época, e os benefícios trazidos para a cidade incitaram a criação de feiras similares nas cidades de Caruaru e Toritama o que fortaleceu o arranjo de confecções do agreste (XAVIER, 2006, SOUZA, 2008).

Além dessa ligação com o governo municipal, que garantia o fluxo de informações necessário ao funcionamento da feira, os atores locais estabeleciam relações entre si, para trocarem ideias sobre melhorias no processo produtivo e na comercialização dos produtos, estas relações eram estabelecidas entre empresas da mesma base familiar e estimulavam a modernização do arranjo na medida em que os conhecimentos circulados nas redes de relacionamento eram utilizados para inovação da produção confeccionista (SOUZA, 2008).

Desde o início do arranjo, essas relações sociais dos atores locais estimularam ações cooperativas. No primeiro momento, as tecnologias e as inovações adquiridas eram transmitidas mediante o conhecimento tácito construído da troca de informações entre os produtores locais. Tal fenômeno ocorria devido aos laços de parentescos que unia os

empresários ligados a mesma base familiar. Essas relações pautadas em intimidade, intensidade, confiança e troca de favores, fez com que empresas informais recebessem das empresas formais, informações sobre os recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades. Além disso, essas empresas, ao atuarem em sua grande maioria na informalidade, não dispunham de mecanismos formais para efetuarem suas transações comerciais e tiveram que empreender formas de comercialização baseadas na confiança com clientes e fornecedores. (SOUZA, 2008).

Com o surgimento das primeiras instituições de fomento (SEBRAE, SENAI) os atores locais passaram a receber conhecimento formal e a proliferação de cursos, palestras, consultorias e treinamentos, além de estimular as relações inter-atores, trouxeram melhorias para a indústria local (ANDRADE, 2008). Com os incentivos institucionais, os atores locais passaram a modernizar seus negócios e começaram a se associar para discutirem conjuntamente os rumos para o arranjo, o que incitou a criação da ASCAP e da CDL na cidade.

Essas entidades por sua vez, vêm desempenhando um importante papel no desenvolvimento desse arranjo, sendo um canal das reivindicações e conquistas dos empresários locais. As ações conjuntas efetuadas por essas entidades com as demais instituições do arranjo do agreste, aumentaram a cooperação entre os atores.

Atualmente os associados possuem elos com produtores das demais cidades do arranjo do agreste, com as instituições de fomento, com órgãos estatais e com clientes e fornecedores captados nos eventos dessas entidades. Isso tem elevado as oportunidades econômicas do arranjo, na medida em que os atores locais passaram a acessar informações de outros grupos sociais e a terem conhecimentos sobre as tendências modernas do mercado de confecção (ANDRADE, 2008).

Desse modo, pode-se dizer que as relações sociais no arranjo de Santa Cruz do Capibaribe, apesar de pontuais, exercem grande influência no trabalho em conjunto e na cooperação entre os atores locais, e a existência dessas redes de relações e as ações em comum são reflexos do Capital Social existente nesse arranjo.

Essa articulação inter-atores têm resultado em excelentes índices de crescimento econômico. Atualmente, o arranjo de Santa Cruz do Capibaribe comporta 38% das unidades produtivas do arranjo de confecções do Agreste e gera cerca de 38.973 mil empregos. No período de 2000 a 2009 esse arranjo cresceu 64% enquanto a economia de Pernambuco no mesmo período cresceu 44%, e apresentou uma elevação de 48% de sua população no período

de 2000 a 2010 (SEBRAE, 2013). Além disso, a cidade apresenta apenas 6% de incidência de pobres (população ativa em idade ativa com rendimentos de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo) o que faz crer que a atividade confeccionista é uma vigorosa fonte de emprego e renda.

Por outro lado, 81% das empresas desse arranjo atuam na informalidade, o arranjo apresenta baixos níveis de qualificação profissional, os produtos ofertados são em sua grande maioria de baixa qualidade, a mão-de-obra não tem acesso aos direitos legais e a competitividade do arranjo é associada aos benefícios advindos dos baixos custos com pessoal e as economias de escala de sua alta produtividade (SEBRAE, 2013).

Além disso, a cidade não tem infraestrutura urbana adequada para comportar uma indústria competitiva, e não oferece qualidade de vida para a população. Segundo dados do SEBRAE (2013) em Santa Cruz do Capibaribe 57% das ruas não possuem logradouro, 48,6% das ruas não são pavimentadas, 31,6% das casas não possuem calçadas para os pedestres, 16,6% da área urbana não é arborizada.

Contudo, observa-se que ao mesmo tempo em que o arranjo oferece a cidade um grande número de indústrias (7.169) e de empregos (38.973) esse crescimento econômico não se converte em desenvolvimento, e o potencial produtivo do arranjo não acompanha as demandas por bem-estar social da população. Tal fenômeno se alinha as teorias aqui trabalhadas, em que o produto e a geração de riqueza não são condições suficientes para elevar os padrões de vida.

O *locus* escolhido para o estudo apresenta, portanto, dinamismo econômico, redes de relações sociais consolidadas e Capital Social entre os atores locais, cabe saber como os atores locais estão mobilizando esse ativo para melhorar as condições de vida na localidade. Nas próximas seções serão apresentados os dados que refletem esse processo.

4.2 Traços de Capital Social no arranjo

4.2.1 Quem são os atores locais do Arranjo Produtivo Local de Confeções de Santa Cruz do Capibaribe que atuam pelo DLS

Como foi exposto no capítulo 3, a identificação dos atores locais do APL de Santa Cruz do Capibaribe se deu mediante uma sondagem empírica, que buscou conhecer quem são os atores locais, o que eles fazem para o DLS do arranjo, qual o papel que exercem nesse

processo e os traços de capital social que articulam nas suas redes de relações sociais. Ao todo, foram entrevistados 17 atores locais, que representam o setor econômico, os interesses sociais e o poder público local, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 6. Sujeitos entrevistados

ATORES ECONÔMICOS	ENTREVISTADOS
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Cruz do Capibaribe (CDL)	- Presidente - Secretária Executiva
Associação dos confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP)	- Vice-presidente
ASCONT	-Presidente
MODA CENTER SANTA CRUZ	-Gerente
ATORES SOCIAIS	ENTREVISTADOS
Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	-Presidente
SENAI	-Diretora Executiva
Faculdade de Integração Regional (FADIRE)	-Diretor Executivo
Centro de Ensino de Santa Cruz do Capibaribe (CESAC)	-Diretora Executiva
ATORES POLÍTICOS	ENTREVISTADOS
Secretaria de Cidadania e Inclusão Social	-Secretário
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	- Secretário -Diretor de Desenvolvimento Rural Sustentável
Diretoria de Meio Ambiente	-Diretor
Prefeitura Municipal	-Vice Prefeito
Câmara de Vereadores	-Presidente da Câmara -Vereador líder da Oposição -Vereador líder da Situação
TOTAL: 17 entrevistados	

Fonte: Elaboração própria, 2013.

Na identificação dos sujeitos foram utilizados códigos que visam proteger a identidade dos atores entrevistados, o objetivo foi propiciar um ambiente favorável à fala dos entrevistados, onde estes pudessem sentir-se livres para emitir opiniões fidedignas a suas reais impressões. O anonimato dos entrevistados receberam as seguintes codificações:

- Atores Econômicos: E.1; E.2; E.2.1; E.3; E.4
- Atores Sociais: S.1; S.2; S.3; S.4
- Atores Políticos: P.1; P.1.2; P.2; P.3; P.4; P.5; P.6; P.7

A sondagem indicou como atores econômicos, as entidades da classe empresarial que atuam no fomento da indústria de confecção, a saber: ASCAP, CDL, Moda Center Santa Cruz. Após as realizações das entrevistas, observou-se que os sujeitos abordados falavam constantemente da atuação da Associação dos Contabilistas da cidade, a ASCONT, a qual passou a constituir o quadro dos entrevistados da pesquisa.

Os atores sociais detectados são as instituições de fomento, especificamente as faculdades de ensino superior (FADIRE e CESAC), o SENAI e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) o qual atua nas questões relativas ao desenvolvimento social do município, especialmente no que tange a preservação dos direitos que garantam a dignidade humana e promovam a equidade social. O Conselho Municipal de Meio Ambiente também fazia parte dos entrevistados da pesquisa, mas na sondagem empírica verificou-se que este encontra-se desarticulado sem desenvolver suas atividades e sem membros constituintes, o que impossibilitou sua apreensão.

Já os atores políticos entrevistados comportam o núcleo do poder legislativo, do poder executivo e das secretarias relacionadas a temática. No poder legislativo foram entrevistados o Presidente da Câmara de Vereadores e os vereadores representantes das bancadas políticas, o intuito foi confrontar as diferentes vozes que comportam a instituição e captar as opiniões tanto da situação como da oposição. No poder executivo, a entrevista foi feita com o vice-prefeito e as secretarias escolhidas para a pesquisa foram a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Diretoria de Meio Ambiente e a Secretaria de Cidadania e Inclusão Social.

Cabe salientar que ao longo das entrevistas, os sujeitos da pesquisa, confirmavam a escolha dos atores locais feitos pela autora.

Sobre os atores econômicos, supracitados, eles foram citados como importantes agentes que impulsionam o DLS ao fomentarem ações em conjunto com outras instituições voltadas a preservação ambiental e qualidade de vida, como expressa a fala abaixo:

Olhe, tem. **As associações tem trabalhado**, são ligadas diretamente com a indústria e com o comércio e tem feito um trabalho interessante, a **ASCAP tem algumas iniciativas interessantes, a CDL em iniciativas interessantes, o próprio MODA CENTE e a ASCONT tem também iniciativas, muito, muito interessantes** dentro dessa realidade de qualidade de vida, dentro desse contexto de meio ambiente (ENTREVISTADO, P.1, grifos nossos).

Olha a **ASCAP, CDL, SENAI [...] tem suas ações né**, a gente vê [...] **as próprias faculdades, mesmo sendo privadas, a FADIRE, o CESAC** tem tido ações né, que **buscam a qualidade de vida** (ENTREVISTADO, S.1, grifos nossos).

Ao longo das entrevistas da pesquisa, os atores econômicos serão mencionados de forma muito enfática, tanto no que diz respeito as suas atuações como representantes da indústria de confecção como no que tange as parcerias que firmam com os demais atores para subsidiar melhorias nas condições de vida do APL. Pode-se dizer que tais entidades são os atores mais atuantes do arranjo e o respaldo e respeito de que desfrutam são provenientes de um intenso trabalho que visa fomentar o associativismo e a cooperação entre os empresários para a obtenção de conquistas coletivas para o arranjo. Quando questionados sobre quem faz algo para o DLS do arranjo, os atores locais citam as entidades econômicas de forma positiva, enfatizando os esforços dessas entidades.

É, eu vejo de certa forma ainda como uma carência, o poder público tem uma atuação, né, que é inclusive uma obrigação, é obrigação dele, eu acredito também que **as entidades aí, em especial a CDL e a ASCAP elas têm essa preocupação e têm focalizado muito** essa questão da inclusão produtiva [...] se você for olhar **elas têm procurado tentar fazer com que os empresários se organizem de forma efetiva, é... na forma do associativismo [...]** (ENTREVISTADO, E.3, grifos nossos)

A atuação do poder por outro lado, como demonstra a passagem supracitada, recebe uma avaliação na maioria das vezes negativa, onde se enfatiza suas ineficiências e obrigações. Esse conteúdo de descrença é recorrente ao longo das falas dos entrevistados. Desse modo, pode-se deduzir que o trabalho dos atores políticos ao longo da história do arranjo não adquiriu a legitimidade necessária para ser citado como referência.

As instituições sociais são mencionadas como parceiras dos atores econômicos, e aparecem como coadjuvantes no funcionamento do arranjo. Embora o papel desses atores no arranjo seja fundamental, visto que é através das entidades de ensino que a indústria local

torna-se mais competitiva, devido a qualificação profissional e capacitação empresarial que oferecem e que é pelo trabalho dos conselhos que a população pode criar voz para reivindicar seus direitos, a ênfase na atuação dos atores econômicos se justifica quando se observa a relação direta que estes tem com o crescimento econômico e com fatores que formam o desempenho do arranjo.

A primazia dos atores econômicos coloca a busca pela qualidade de vida como fator secundário, o que parece indicar que os atores do arranjo não interligam as diferentes esferas que compõem o desenvolvimento, trabalhando os aspectos sociais e ambientais sem a mesma atenção com que tratam dos fatores econômicos. Dessa forma, segundo os entrevistados, a qualidade de vida está a reboque do crescimento econômico e é pensada em função das necessidades de desempenho do arranjo.

Agora o que, o que é que nos chama muita atenção, **essa qualidade de vida ela tá sendo trabalhada sempre em torno de uma gestão econômica**, não se tem a qualidade de vida porque você vai ter prazer de ir pra casa, você vai ficar mais feliz em estar no jardim da sua casa, ou na praça pública porque ela agora tá arrumada, tá bonita, esse prazer né, essa qualidade de vida, a gente não encontra, então é, a gente percebe isso... **é um movimento, mas um movimento assim... superficial**, acho que a palavra é essa [...]" (ENTREVISTADO, S.4, grifos nossos).

Ao mesmo tempo em que assumem a ênfase primordial sobre os fatores econômicos, os atores locais falam da necessidade do arranjo contar com o apoio de entidades apropriadas para trabalhar suas questões sociais e ambientais e citam a inexistência dessas instituições específicas como um entrave a conquista do DLS do arranjo.

[...] **Seria muito diferente aqui em Santa Cruz, por exemplo, se tivesse um SESI, o SESI** ele é responsável pela cultura, lazer, **esportes, então com certeza a gente teria aqui, mais esporte, mais filme, mais sessões de cinema, mais peças de teatro acontecendo né, mais atividades esportivas acontecendo**. No SENAI, eu posso fazer um torneio esportivo pro meus alunos, mas, vai ser esporádico e infinitamente muito menor, porque a essência não é essa (ENTREVISTADO, S.1, grifos nossos).

[...] **o setor econômico, é quem dá suporte a atividade associativa**, e como **não tem nenhum outro segmento que promova uma ação né, eu promovo uma ação de qualidade de vida, eu promovo uma ação de segurança** [...] mas **não é a essência da minha existência** [...] (ENTREVISTADO, S.3, grifos nossos).

Os atores locais convergem quando opinam sobre a necessidade de se estimular a participação ativa da população nos assuntos coletivos. Apontando essa atuação da comunidade como um requisito indispensável na concretização das ações voltadas a melhoria das condições de vida.

[...] agora, **pra ajudar o meio ambiente** de forma ecologicamente correta tem que ter **um empenho da grande maioria da população**, da maioria pra vencer uma minoria que queira fazer errado, e aí [...] **é muito trabalho de conscientização**” (ENTREVISTADO, P.7, grifos nossos).

[...] **o que a gente precisa é organizar melhor tudo isso**, é dá publicidade há algumas ações que podem ser multiplicadas, podem ser copiadas [...] e é isso, a ideia nossa é essa, e a partir desse princípio, **se tem uma boa ideia a gente tenta fazer com que ela seja multiplicada aí na comunidade** (ENTREVISTADO, P.1, grifos nossos).

Nesse ponto eles se aproximam do que preconiza a teoria sobre o DLS, quando esta aborda a participação comunitária como um dos fatores que conduzem as sociedades a um estágio de bem-estar social, como mostra a passagem abaixo:

A integração participativa do cidadão na vida política e social é um fator importante também para a sustentação política das políticas, assegurando a efetividade e a continuidade das decisões. Por outro lado, a participação é um bem de grande valor para a qualidade de vida, representando objetivo adicional a ser perseguido pelo desenvolvimento sustentável, pelo que representa em realização humana e socialização (BUARQUE, 1999, p.33).

Em suma, os atores que atuam no arranjo promovendo a qualidade de vida, representam as esferas econômica, social e política do arranjo. Cada um tem suas próprias atribuições e como mencionado anteriormente, suas obrigações não recaem diretamente nas demandas da qualidade de vida, nisto o trabalho desses atores para o DLS fica restrito a ações pontuais, feitas para suprir lacunas e contemplar o foco principal que norteia suas existências. No entanto, foi possível observar que os atores locais se esforçam para trabalhar em função da qualidade de vida e o ambiente social no qual estão inseridos estimulam ações conjuntas voltadas ao bem comum, nesse sentido, alguns avanços na conquista do DLS surgiram dessas relações sociais e o capital social existente entre esses entes sociais tem influenciado a cooperação no arranjo.

4.2.2 Ações cooperativas para o Desenvolvimento Local Sustentável: a busca da qualidade de vida

Na pesquisa de campo realizada junto aos atores locais, foram detectadas algumas iniciativas já empreendidas, algumas ações planejadas e outras em fase de execução. As propostas e ações mencionadas pelos atores são resultantes, de parcerias, acordos e coalizões estabelecidas nas redes de relações onde os grupos sociais se organizam e interagem.

De modo geral as ações cooperativas identificadas estão relacionadas a três questões centrais: a) a econômica, expressa pelos esforços direcionados a qualificação profissional e a capacitação da mão-de-obra da atividade confeccionista, e o fortalecimento da economia local b) a ambiental, que está voltada a logística do uso e descarte do lixo industrial, a revitalização do Rio Capibaribe, a construção de parques florestais e ao incentivo a conscientização ambiental, c) e as questões relativas a participação popular nos assuntos públicos, que são trabalhadas no arranjo com o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo.

Na primeira linha de atuação foi detectada a existência do programa denominado PRONATEC¹², que está sendo empreendido pela Secretaria Municipal de Cidadania e Inclusão Social conjuntamente com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico em parceria com o SENAI da cidade. Esse programa visa fornecer embasamento técnico para a mão-de-obra local, tendo caráter profissionalizante. Sua introdução no município almeja dotar a economia local no que concerne a sua capacidade de qualificação da mão-de-obra e conseqüentemente na elevação da competitividade da atividade confeccionista com as melhoras nos produtos e processos advindos dos treinamentos profissionais fornecidos nos cursos do programa.

Os esforços direcionados ao fortalecimento da economia local são empreendidos pelos atores econômicos ASCAP, CDL, ASCONT, Moda Center Santa Cruz, que representam os interesses da indústria confeccionista e buscam soluções e alternativas para o crescimento econômico e para a competitividade da economia do arranjo. Na linha de frente desses atores estão a ASCAP e a CDL que são os atores econômicos mais atuantes, com projetos mais abrangentes. Essas entidades foram as pioneiras nesse segmento no APL de Santa Cruz do Capibaribe, o que explica essa liderança na condução dos assuntos de interesse econômico, além disso, o próprio surgimento do Moda Center Santa Cruz contou com o apoio dessas entidades e a ASCONT também teve incentivo da ASCAP e da CDL devido a grande proximidade que os contabilistas da cidade possuem com o trabalho dessas associações. No entanto, cabe salientar que todas as entidades trabalham em parceira e que embora a ASCAP e a CDL idealizem os projetos mais influentes e importantes para o arranjo, existe a colaboração mútua dessas entidades, seja na elaboração de propostas, seja na execução dos objetivos.

¹² O PRONATEC é um programa do Governo Federal voltado a capacitação profissional que será empreendido no âmbito local mediante parcerias entre a Secretaria de Cidadania e Inclusão Social com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico com o SENAI.

Na pesquisa de campo foi detectada a existência de alguns projetos que corroboram as falas dos entrevistados quando estes versam sobre a existência de iniciativas que propõem melhorias no desempenho econômico do arranjo confeccionista. Observou-se desse modo que o projeto “Pensar Pernambuco” e o “Projeto Acontecer” representam essa atuação dos atores econômicos no estímulo à indústria local.

O Projeto “Pensar Pernambuco” é uma idealização da CDL que almeja incentivar a capacidade empreendedora do arranjo e canalizar essas habilidades para a promoção do desenvolvimento econômico e social do arranjo.

Objetivo geral - Fomentar o pensamento empreendedor dos participantes do projeto – especialmente os membros da CDL Jovem – **acerca da economia, da infraestrutura, dos potenciais, das oportunidades e desafios do estado de Pernambuco.** Objetivos específicos a) **Pensar e debater a estrutura empreendedora do estado de Pernambuco** a partir da estrutura empreendedora de Santa Cruz do Capibaribe e do polo de confecções do agreste pernambucano. Inserindo as duas estruturas (Santa Cruz do Capibaribe e Pernambuco) no contexto de oportunidades e ameaças no cenário nacional e mundial. b) **Pensar e debater o desenvolvimento enquanto gerador de riqueza e distribuidor de renda com qualidade de vida individual e coletiva.** (ENTREVISTADO, E, 2.1. “Projeto Pensar Pernambuco” - Documento Interno, sem grifos no original).

O projeto “Pensar Pernambuco” tem como foco principal o fomento ao empreendedorismo local e busca estimular o crescimento da economia local a partir das potencialidades e possibilidades que o estado de Pernambuco oferece para o arranjo, para tanto os objetivos do projeto sugerem trabalhar a atividade econômica do arranjo contextualizando as influências que o ambiente externo (estado) exercem na capacidade competitiva do APL bem como identificar as oportunidades e ameaças do cenário nacional e mundial que podem afetar o desempenho da economia local e pernambucana. Além desse objetivo de ordem econômica, o projeto visa debater o desenvolvimento local como um instrumento “gerador de riqueza”, “distribuidor de renda” que resulte em “qualidade de vida individual e coletiva”. Desse modo, esse projeto contempla as dimensões do DLS.

Embora represente uma contribuição das entidades empresariais no DLS do arranjo, parece que sua existência consiste no plano meramente teórico, isto porque, os atores locais não se referem a esse projeto quando mencionam ações voltadas ao desenvolvimento do arranjo. Cabe salientar, que as ações propostas estão restritas aos associados da entidade CDL, mas como seus objetivos contemplam interesses coletivos visando abranger o arranjo como um todo, era de se esperar que os demais atores tivessem ao menos conhecimento de sua existência, senão contribuíssem com sua implementação.

Nessa mesma linha de atuação o “Projeto Acontecer” é uma parceria firmada entre e CDL e ASCAP que além de fomentar a cultura empreendedora do arranjo, volta-se a modernização da atividade econômica e o alinhamento do arranjo ao Desenvolvimento Local Sustentável.

O Comitê Gestor do Desenvolvimento de Santa Cruz do Capibaribe - PE, denominado Projeto Acontecer, [...] terá as seguintes atribuições: 1) Unir os esforços da CDL e da ASCAP no sentido **de pensar, planejar e fomentar o desenvolvimento da indústria e do comércio** em Santa Cruz do Capibaribe – PE; 2) **Fomentar a cultura empreendedora** e a realização de negócios; 3) **Humanizar o desenvolvimento** aliando desenvolvimento econômico e humano; 4) Prover ações que venham aumentar a **consciência e o zelo pelo patrimônio público**; 5) Prover ações que venham gerar **desenvolvimento econômico com respeito ao meio ambiente e incremento na qualidade de vida da população**. (“PROJETO ACONTECER” – Documento Interno, sem grifos no original).

O comitê Gestor do Desenvolvimento, comporta apenas os integrantes das entidades ASCAP e CDL, nisto ele não significa um fórum de participação de diferentes representantes do arranjo, mas sim um projeto delimitado aos associados das entidades que o compõem. Embora suas propostas contemplem resultados coletivos para o arranjo e seus objetivos se direcionem ao desenvolvimento, sua amplitude se restringe as ações desenvolvidas pelos associados dessas entidades. Como o comitê tem como componentes apenas associados das entidades de classe ASCAP e CDL, ele não representa uma instância de debate do arranjo, visto que este é composto comumente por atores sociais e políticos, ainda que signifique um esforço significativo dos atores econômicos em função de melhorias para o arranjo.

Tal fato faz emergir algumas considerações, a primeira; é que as parcerias existentes entre as instituições do arranjo se restringem a ações pontuais, como eventos de datas comemorativas, palestras, cursos, treinamentos, o que inibe a obtenção de resultados mais efetivos, a segunda; é que o arranjo carece de uma estrutura de governança que consiga reunir os atores para se debater e decidir os rumos do arranjo. Desta feita, o Comitê ora analisado não produz muitos efeitos no DLS, porque sua existência não conta com a participação dos diversos representantes do arranjo e suas ações pensadas por número restrito de atores que não se interligam com as demais questões do DLS do arranjo.

A intervenção dos atores econômicos na promoção do crescimento econômico também se verifica em ações pontuais, que tentam solucionar problemas específicos da economia local ou estimular o debate sobre a relevância que incentivem a capacidade competitiva do arranjo. Como essas ações não são tratadas de forma contundente nem citadas com muita veemência pelos entrevistados, não foi possível abordar aqui de que se trata especificamente

essas ações, por ora cabe mencionar, que elas aparecem constantemente nas falas dos entrevistados e representam portanto intervenções importantes dos atores locais no desenvolvimento econômico do arranjo. Embora os entrevistados não tenham oferecido subsídios necessários para uma descrição mais completa sobre essas ações, foi possível averiguar que tratam-se de eventos temáticos, palestras, cursos, capacitações, entre outros, de natureza correlata.

No que concerne as questões ambientais, os atores sociais e econômicos, representados pelas entidades de classe, instituições de ensino e pelo Conselho Municipal de Assistência Social, tem desenvolvido um trabalho alicerçado na conscientização da população sobre a importância da preservação dos recursos naturais, enfatizando a poluição do Rio Capibaribe e a responsabilidade da indústria do arranjo nesse processo. O que pode ser observado na passagem abaixo:

Olhe, veja só, nós não podemos nos apegar somente a questão econômica/financeira, a gente tem atraído as pessoas e as empresas pra dentro da CDL, e... com eventos não só relacionados a isso, mas por exemplo, eu vou te dá um exemplo: a questão do Rio Capibaribe, a gente tem colocado pra's pessoas que nós temos que revitalizar esse rio. Nós matamos o rio, então nós temos que ressuscitá-lo né? então ações desse tipo é que a gente tem atraído as pessoas lá pra dentro da CDL, não ficar discutindo só quem deve e quem compra, é discutir ações que tragam benefícios pra todos (ENTREVISTADO, E.2.1, grifos nossos).

Quando o representante da entidade enfatiza que é preciso discutir questões que ultrapassem estratégias mercadológicas “quem deve e quem compra” e que se faz necessário “discutir ações que tragam benefícios para todos” pode-se deduzir que essa entidade econômica tem contribuído com o DLS do arranjo ao tentar conscientizar seu público alvo com eventos, ações voltadas a qualidade de vida. Esse esforço no sentido de se pensar e debater o desenvolvimento do arranjo reflete a mudança de foco que os atores econômicos tem empreendido no sentido de fomentar uma cultura local que contempla além dos interesses econômicos necessários ao desempenho do APL, a elevação das oportunidades de vida, mediante a preservação ambiental e equidade social. Essa mudança de foco por sua vez, parece indicar a constatação de que o vigoroso crescimento econômico que o arranjo tem desfrutado ao longo de sua existência (desde a década de 50) não garante a qualidade de vida necessária ao bem-estar social e que sem este o crescimento econômico não está completo.

Dentre as ações verificadas na atuação das entidades representativas e dos grupos sociais nesse sentido, destaca-se o “Projeto Sabão Caseiro” que é uma iniciativa individual do Sr. Jadiailson Francisco (presidente do Conselho Municipal de Assistência Social) apoiada

pela CDL. O projeto funciona com o recolhimento dos óleos de cozinha utilizados nos estabelecimentos comerciais, industriais e residenciais e tem como objetivo, diminuir os impactos causados ao meio ambiente com o descarte inadequado desse produto. Nisto ele representa uma iniciativa ambiental dos atores locais que “busca recolher no município, o óleo de cozinha utilizado para ser transformado em sabão, desta forma diminuindo a poluição dos rios e do solo [...]”. (ENTREVISTADO, E, 2.1).

Objetivo geral: **Fomentar o processo de sustentabilidade no ambiente empreendedor dos empresários santa-cruzenses**, possibilitando a transformação do óleo de cozinha já utilizado em sabão caseiro, assim **diminuindo a poluição do meio ambiente**. Objetivos específicos a) **Conscientizar** os cidadãos santa-cruzenses da necessidade da preservação do meio ambiente; b) Reduzir a quantidade de óleo que é jogada nos esgotos; c) **Fomentar as atitudes de sustentabilidade**. (PROJETO SABÃO CASEIRO - Documento Interno, sem grifos no original).

Embora o projeto se direcione ao recolhimento de óleo caseiro, e desse modo não incida diretamente na atividade produtiva do arranjo, o fato de contar com o apoio da CDL que é um dos representantes do arranjo de confecções e resultar na diminuição da poluição do rio da cidade, faz dele um exemplo de estratégia de preservação ambiental e sua disseminação pode influenciar o surgimento de projetos específicos da indústria de confecção. Por outro lado, o respaldo que esse projeto tem adquirido no âmbito local, sendo referência nas discussões sobre preservação ambiental, indica que a indústria confeccionista não tem desenvolvido ações similares, e que a consciência ambiental dos empresários do arranjo ainda é limitada.

Além desses projetos, os atores sociais e econômicos, versam sobre eventos esporádicos que visam debater o meio ambiente como assunto de interesse comum, como ações de conscientização sobre poluição, uso racional da água, entre outros. Os atores locais têm desenvolvido eventos temáticos, palestras, cursos, campanhas, que visam despertar o interesse da população e do empresariado local sobre questões ligadas a qualidade vida. A Diretoria de Meio Ambiente do município por exemplo, tem desenvolvido ações de conscientização na semana do “Meio Ambiente”, as faculdades fazem palestras e ministram cursos relacionados a responsabilidade socioambiental, a preservação ambiental e a cidadania, o SENAI trabalha esses temas em seus cursos de formação profissional, as entidades econômicas tem oferecido palestras, cursos e consultorias que visam estimular negócios ecologicamente sustentáveis, socialmente responsáveis e economicamente rentáveis, a Secretaria de Cidadania e Inclusão Social atua nesse sentido, promovendo ação que estimulem

a inclusão social, oferecendo programas de capacitação profissional e inserindo os indivíduos no mercado de trabalho, além de ações voltadas a distribuição de renda, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico tem fomentando as ações da Diretoria de Meio Ambiente e de Agricultura Sustentável e o Conselho Municipal de Assistência Social participa de congressos e eventos para debater questões de equidade social no arranjo.

Já a atuação do setor público tem sido no sentido de subsidiar a logística e infraestrutura necessária para o tratamento dos assuntos ambientais. Para tanto, as propostas do setor público abarcam a reestruturação do aterro sanitário para o descarte correto do lixo, a revitalização do Rio Capibaribe, a construção de áreas verdes, e ações educativas de conscientização ambiental. Justificando essas propostas, os atores políticos enfatizam a necessidade de se criar mecanismos adequados para o encaminhamento do lixo gerado pela indústria confeccionista, com vistas a combater o impacto ambiental já causado e evitar sua perpetuação, a necessidade de se criar áreas ecológicas que aumentam a qualidade de vida população, a urgência de ações que despoluam o rio que permeia a cidade e a importância de se trabalhar a consciência da sociedade sobre essas questões. O que pode ser verificado na fala do representante do setor público:

[...] a primeira grande ação é **reestruturar o aterro sanitário** e aí **envolve toda a parte da questão ambiental, principalmente a questão do lixo**, já que nós temos uma produção muito grande [...] em função de todo esse desenvolvimento econômico [...] (ENTREVISTADO, P.1, grifos nossos).

[...] e no segundo momento [...] é **usar a estrutura do arranjo também pra trabalhar a questão da educação ambiental, principalmente a questão [...] do lixo, da reciclagem [...] da coleta seletiva**, e todo esse processo não é só um processo da estrutura do poder público, mas também é um processo de trabalhar a cabeça das pessoas [...] (ENTREVISTADO, P.1, grifos nossos).

[...] paralelo a isso aí **a questão do Rio Capibaribe [...] já temos um projeto, é que Santa Cruz foi contemplado, chama-se “Janelas para o Rio” que é um projeto que vai beneficiar uma área de 2, 4 hectares do Rio Capibaribe**. A ideia é recuperar parte dessa área com reflorestamento e outra parte com salas de educação ambiental [...] (ENTREVISTADO, P.1, grifos nossos).

Convém destacar que esses projetos encontram-se em fase de implementação, não sendo possível desse modo, verificar a efetividade das ações nem tão pouco os resultados alcançados, entretanto cabe aqui mencionar a preocupação do setor público em executar ações estruturantes, até então negligenciadas pelas administrações passadas, como destaca um representante dessa esfera, ao explicar que não existiam ações propostas pelas gestões passadas no trato desses assuntos:

PESQUISADORA: *Existe algum projeto que tá sendo feito, que vocês estão dando continuidade a gestão passada?*

ENTREVISTADO: Olha seria muito bom que existisse, o problema é que não... não existe. A gente tá começando agora. (ENTREVISTADO, P.1).

A dimensão ambiental do DLS reflete a capacidade do ser humano em utilizar de forma racional os recursos naturais “dentro de uma visão sistêmica de biodiversidade e da vocação natural dos ecossistemas”. (AGENDA 21 DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2001”. Onde o modelo de desenvolvimento vigente, pautado no uso predatório e desregrado do meio ambiente para finalidades meramente econômicas, seja substituído por um modelo que harmonize as demandas sociais, econômicas e ambientais. O que “implica modificar nossa visão e relação com a natureza: esta não é somente uma fonte de matérias-primas, mas também é o ambiente necessário para a existência humana”. (DIAS, 2011).

No arranjo produtivo de Santa Cruz do Capibaribe, embora existam esforços no sentido de conscientizar e mobilizar a sociedade sobre suas responsabilidades e deveres frente as questões ambientais, como os projetos das entidade econômicas, as ações pontuais dos atores locais e os projetos estruturantes do poder público, supracitados, estas não tem apresentando os efeitos esperados, pois as ações dos atores locais não reflete esse objetivo do DLS, quando se observa uma degradação alarmante do rio que circunda a cidade, rio este que dá nome a cidade e que tem sido utilizado como depósito dos dejetos e resíduos da indústria de confecção do arranjo. Cabe salientar que essa degradação data o início do arranjo e as ações supracitadas são relativamente recentes, o que pode explicar porque os efeitos ainda não são tão visíveis, além disso, observa-se que a conscientização ambiental requer uma mudança de valores e crenças na cultura local, e que uma mudança de cultura demanda tempo e muito esforço.

Um ponto importante a ser destacado é fato de que os atores locais conseguem perceber a necessidade dessa mudança e tem trabalhado nesse sentido, pois, esse descaso é percebido e comentado pelos entrevistados, como algo que precisa e deve ser trabalhado. “[...] **se você não cuida do rio, imagine: o rio que dá nome a cidade, como é que se pode falar em outras questões?**” (ENTREVISTADO, P. 5, grifos nossos).

Desse modo, percebe-se que embora os atores locais estejam trabalhando para sanar essa degradação, eles também tem consciência que a situação é alarmante e que é necessário fazer mais. Nisto, o projeto “Pensar Pernambuco”, o “Projeto Acontecer”, o Comitê Gestor do Desenvolvimento de Santa Cruz do Capibaribe” das entidades econômicas, o “Projeto Sabão Caseiro” que é uma iniciativa de um ator local que conta com a parceria da CDL, as ações

estruturantes do poder público municipal (aterro sanitário, educação ambiental, reciclagem e coleta seletiva de lixo, preservação do Rio Capibaribe) e as ações pontuais de conscientização dos diversos atores locais não estão sendo suficientes para impulsionar a criação de novos valores e atitudes que impulsionem o DLS.

Como foi mostrado acima, os esforços direcionados as questões ambientais, concentram-se em ações esporádicas, voltadas a formação de uma consciência de preservação e respeito ao meio ambiente. Tais ações são efetuadas por grupos e pessoas específicas, não se verificando assim uma mobilização abrangente no arranjo sobre essa temática, desse modo, observa-se que essas ações ainda não conseguem mobilizar a sociedade no tocante as questões ambientais do arranjo.

[...] **eu acho que existem pessoas é, de forma muito, mínima, que propagam os problemas**, mais na verdade nunca houve por parte de nenhum deles, e aí é de nenhum mesmo, nenhuma mobilização no sentido de formar um conjunto de pessoas pra que fosse de fato buscar [...] eu posso citar aqui uma ou outra pessoa [...] (ENTREVISTADO, P. 4, grifos nossos).

Olha, **parte sim, parte das pessoas colaboram**, parte das pessoas tão entendendo a necessidade. É aquela coisa: **uma parte ainda não despertou**, não colabora. (ENTREVISTADO, P. 1, grifos nossos).

Nem sempre, né... **Algumas pessoas que buscam estar informados e sabem da necessidade que temos hoje**, que o meio ambiente tá aí gritando aos nossos ouvidos que não aguenta mais, que tá acabando, que tá ficando escasso e **algumas pessoas já despertaram pra isso, outas não** [...]. (ENTREVISTADO, S. 4, grifos nossos).

Embora o trabalho desenvolvido sobre a temática seja no sentido de fomentar o nível de conscientização das pessoas sobre a importância da preservação ambiental, essa baixa mobilização da população, reflete a insuficiência das ações empreendidas e retrata a necessidade de se construir políticas e estratégias voltadas ao assunto, onde os atores locais atuem conjuntamente não só na implementação das ações sendo meros parceiros, mas, sobretudo no planejamento das ações e no acompanhamento dos resultados, sendo cada um protagonista do DLS, ademais, as estratégias para o DLS devem incitar a participação comunitária e a efetividade das atividades propostas pelo poder público local.

Verifica-se um consenso por parte dos entrevistados, no que compete a responsabilização da indústria de confecção na degradação do meio ambiente, especificamente do rio Capibaribe, já que e as ações empreendidas visam justamente conscientizar os empresários locais sobre suas reponsabilidade e obrigações com uso e descarte dos resíduos utilizados na produção da confecção.

Como foi exposto até agora, a criação do Comitê Gestor do Desenvolvimento, foi criado para debater alternativas mais sustentáveis para a indústria local, o Projeto Sabão Caseiro é tido como exemplo que pode influenciar o surgimento de projetos da indústria de confecção, as ações pontuais se direcionam a fomentar a consciência ambiental e as ações estruturantes do poder público se direcionam especificamente sobre o tratamento do lixo e dos efeitos gerados por ele, como a poluição do rio. Nisto, são recorrentes as alegações de que o lixo encontrado no rio e nas ruas da cidade é proveniente da indústria confeccionista e é preciso utilizar esse lixo de forma adequada.

[...] a quantidade de sobras de tecido que joga né, nas ruas, não se faz uma reutilização, **você vai à margem do rio, então o que é que você encontra lá? você encontra o resíduo da indústria de confecção**, é o cone da linha que tá lá, é o latão da tinta que foi comprada pra serigrafia pra estamparia trabalhar, é o resto do tecido, então esse resíduo, lamentavelmente ele é diretamente responsabilidade do setor produtivo (ENTREVISTADO, S.1, grifos nossos).

[...] **o lixo nosso é muito rico**, o lixo nosso é muito caro, mas a gente não tem essa cultura, ou ainda não despertou pra trabalhar justamente esse lixo, que **é justamente muitas vezes desperdiçado pela indústria têxtil e é jogado no aterro sanitário**. Então a gente precisa trabalhar essa questão (ENTREVISTADO, P. 5, grifos nossos).

Há muitos anos que algum ou outro falar: “ah, o lixo de Santa Cruz é muito rico” mas a única riqueza que eu tenho visto até hoje é a degradação do nosso meio ambiente, com esse lixo. **Uns dizem: ele é muito rico”, mas a verdade é que ele termina sendo jogado ao leu** (ENTREVISTADO, P. 4, grifos nossos).

As ações propostas pelo setor público podem significar um avanço nesse sentido, se de fato forem concretizadas e conseguirem conscientizar a população sobre a importância de aliar crescimento econômico com uso racional dos recursos naturais. De outro modo, o arranjo confeccionista de SCC, corre o risco de priorizar o crescimento econômico como um fim e não como uma condição para a elevação dos níveis de bem-estar da população, o que representa um entrave a construção de um projeto coletivo de desenvolvimento que se funde na melhoria dos padrões de vida da sociedade, em que pesem a equidade social e a preservação ambiental. Para tanto, as ações devem ir além do econômico, como diz Buarque (1999):

Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais. (BUARQUE, 1999, p. 9).

Esse projeto coletivo de desenvolvimento perpassa necessariamente, pela integração popular aos assuntos para o bem comum, ou em outros temas, se efetiva pela participação da sociedade nos assuntos que atingem diretamente suas vidas, no caso do arranjo, o tratamento do lixo da indústria local é o aspecto central do seu projeto de desenvolvimento. Trata-se da necessidade de estimular os indivíduos a “fazer algo para melhorar a cidade”, mediante o estabelecimento de prioridades comuns e o compromisso com suas responsabilidades, esse estímulo perpassa necessariamente pelas redes de relações sociais dos atores locais e deve incidir diretamente tanto nos atores envolvidos com o arranjo como na comunidade local, já que o projeto de desenvolvimento é social e coletivo. “A integração participativa do cidadão na vida política e social é um fator importante também para a sustentação política das políticas, assegurando a efetividade e a continuidade das decisões”. (BUARQUE, 1999, p. 33).

Especificamente no arranjo, essa integração participativa dos cidadãos nos interesses coletivos, encontra algumas dificuldades, de um lado porque as entidades existentes são poucas e não contemplam todas as questões do DLS, de outro porque essas associações não conseguem captar um número significativo de participantes e não articulam as diferentes vozes do arranjo nos debates sobre o DLS. Essa realidade organizacional, tem culminado em discussões desarticuladas e inibido a junção de esforços para o bem comum.

Ao longo da pesquisa, esse fator mostrou-se um dos grandes gargalhos do DLS do arranjo, visto que, foram constantes os depoimentos que versam sobre sua inexistência ou sobre sua insuficiência no atendimento aos interesses essenciais da sociedade. Depreende-se desse fato, a constatação de que o arranjo carece de uma “participação cívica” nos termos de Putnam (1996), a qual condiciona os indivíduos a agirem em função de interesses coletivos e representa um alto grau de integração e confiança existente na sociedade que possibilita a esta promover seu desenvolvimento.

A participação cívica representa a existência de um senso de responsabilidade existente entre os indivíduos, que impulsiona estes a promoverem ações que beneficiarão a sociedade em sua totalidade, isto porque, uma sociedade ciente de seus direitos e deveres está apta a atribuir demandas e otimizar recursos em função de objetos compartilhados (PUTNAM, 1996). Observa-se a existência desse sentimento cívico, quando no meio social se verifica uma tendência ao associativismo que permite conectar os indivíduos e articulá-los na busca de seus ideais coletivos.

Como dito, a adesão popular aos assuntos coletivos ainda é incipiente no arranjo, no entanto, os achados da pesquisa indicam a existência de tentativas dos atores locais para estimular essa integração popular através de uma política de incentivo ao associativismo e ao cooperativismo que visa fomentar as entidades e grupos existentes e incitar a criação de novas organizações sociais.

A ideia, a ideia é a gente fomentar, inclusive **uma das orientações da Secretaria é fomentar o associativismo, o cooperativismo**, é... desde catadores de papel a associações de bairro (ENTREVISTADO, P.1.1, grifos nossos).

É a gente procura, hoje, nesse primeiro momento, né, tendo em vista de que estamos aí 30, 90 dias da gestão atual, a e a gente tá tentando procurar primeiro aquelas que já existem, né, fortalecer e fomentar aquelas que já existem (ENTREVISTADO, P. 2).

[...] **O SENAI se faz presente no apoio a instituições como a CDL, como a ASCAP, é que buscam o associativismo, o cooperativismo**. Não está na nossa essência desenvolver esses trabalho, mas a gente tem consciência que a colaboração é dada [...] (ENTREVISTADO, S.1, grifos nossos).

[...] **nós temos parcerias com algumas entidades da cidade que lidam com isso, por exemplo: CDL, ASCAP, empresas como a Rota do Mar, MODA CENTER**, nós temos parcerias, convênios [...] os eventos nossos e deles são feitos em parcerias em conjunto (ENTREVISTADO, S.4, grifos nossos).

Porém, convém destacar que a mera associação em grupos de interesse não garante a obtenção de interesses comuns, é necessário unidade entre os associados, um senso de coletividade e a existência de objetivos consensuais, no caso do arranjo, o associativismo deve preceder o interesse coletivo pelo o seu DLS.

Nesse sentido, as falas dos entrevistados demonstram a existência de um compromisso cívico entre os integrantes das organizações econômicas e sociais, o que pode ser mensurado e comprovado pelo firmamento constante de parcerias entre eles para executarem suas ações, no que diz respeito ao papel do setor público para esse fim, observa-se a existência de uma expectativa de que este venha a cumprir suas atribuições e possa desse modo contribuir para o desenvolvimento do arranjo. Quanto a participação ativa da comunidade nas questões coletivas, é possível averiguar que as associações existentes não tem conseguido captar adeptos e a discussão conjunta entre os diversos segmentos sociais fica comprometida. Tudo isso interfere na idealização e execução de ações cooperativas voltadas ao DLS, onde se observa que as ações existentes são insuficientes para abarcar todas as questões que permeiam o DLS.

4.3 Fontes e manifestações do Capital Social mobilizadas para o DLS do APL

Nas seções que seguem, busca-se discutir o Capital Social mediante a utilização das categorias analíticas trabalhados por Uphoff (2000). Desse modo, o debate será circunscrito aos elementos das categorias estrutural e cognitiva trabalhados nessa abordagem. Na primeira categoria, serão apresentados elementos da organização social que facilitam a formação de Capital Social nas interações entre os atores, e na categoria cognitiva busca-se detectar os fatores culturais que predominam no âmbito social e regem as condutas dos agentes. Contudo, será analisado como esses fatores estão incidindo sobre a construção e utilização do Capital Social do arranjo e desse modo, em que medida essas categorias estão favorecendo a emergência de ações de benefícios mútuos para a coletividade.

4.3.1 Categoria estrutural

Para Uphoff (2000) o Capital Social estrutural refere-se aos fatores que compõem a organização social que facilitam a ação coletiva ao diminuírem os custos de transação, possibilitarem ações coordenadas e aumentarem a confiança no grupo. Desse modo os antecedentes, procedimentos, papéis, regras e redes de relações interpessoais são elementos que conduzem os indivíduos a promoverem a “Ação Coletiva Mutuamente Benéfica” (UPHOFF, 2000).

Nesse estudo, a organização social é abordada mediante o delineamento das redes de relacionamentos estabelecidas nas interações sociais dos atores locais, onde buscou-se perceber os tipos de relações predominantes e como essas estimulam ou inibem a formação de Capital Social, para tanto, foi traçado o perfil das redes sociais no intento de se detectar como essas atuam no DLS do arranjo. Para analisar a organização social, foram analisados ainda, os papéis dos atores locais nesse processo bem como a influência destes na formação de parceiras e ações cooperativas voltadas a promoção da qualidade de vida no arranjo.

4.3.1.1 Os papéis dos atores locais na qualidade de vida no APL

A existência de papéis e o atendimento de suas atribuições estimula a ocorrência de ações em comum, na medida em que incitam a confiança entre os membros do grupo mediante a constatação de que cada indivíduo cumpriu suas obrigações e responsabilidades. Tal constatação gera uma reputação positiva que condiciona os atores a agirem em conformidade com esses exemplos, facilitando desse modo a ocorrência da “Ação Coletiva Mutuamente Benéfica” (UPHOFF, 2000).

No caso em discussão, a observância dos papéis que cada ator social desenvolve no que concerne a promoção da qualidade de vida no arranjo produtivo local de confecções, permite identificar em que medida as redes existentes estão voltadas a esse fim, como as ações dos atores se alinham a seus papéis e como esses papéis interfere nesse processo.

A análise sobre os papéis dos atores locais na promoção da qualidade de vida no arranjo foi feita considerando a significação que cada ator atribui a seu papel nesse contexto, bem como a avaliação de cada um sobre os papéis dos demais. Os resultados indicam a existência de papéis distintos, mas interdependentes e complementares. Tais fatores podem ser visualizados no quadro abaixo:

Quadro 7. Papéis dos Atores Locais na Promoção da Qualidade de vida

ATORES ECONÔMICOS	PAPÉIS
Associação dos confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP)	- Promover o Desenvolvimento Socioeconômico;
Câmara dos Dirigentes Lojistas de Santa Cruz do Capibaribe (CDL)	- Fomentar o Desenvolvimento do arranjo mediante reivindicações, mobilização coletiva;
MODA CENTER SANTA CRUZ	- Ser exemplo de ações socioambientais; conscientizar o público sobre a responsabilidade social;
ASCONT	- Criar parcerias; - Promover ações para a melhoria nas condições de vida da população;
ATORES SOCIAIS	PAPÉIS
Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA)	- Promover o Desenvolvimento Social; - Cobrar as políticas assistencialistas e distributivas; - Estimular a participação popular nas decisões

	coletivas; - Participar de eventos que discutam o tema; - Promover o controle social;
Faculdade de Integração Regional (FADIRE)	- Formar pessoas; - Promover ações para integrar a comunidade/ ações sustentáveis; - Cobrar o setor público;
Centro de Ensino de Santa Cruz do Capibaribe (CESAC)	- Capacitação pessoas para o mercado de trabalho;
ATORES POLÍTICOS	PAPÉIS
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	- Promover o debate/conscientização para o DLS; - Fomentar ações
Secretaria de Desenvolvimento Social	- Promover a equidade social; - Distribuir renda; - Promover a inclusão social;
Diretoria de Meio Ambiente	- Desenvolver projetos/programas para preservação e conscientização ambiental.
Prefeitura Municipal	- Prestar os serviços públicos com qualidade; - Cobrar a contrapartida da sociedade (impostos)
Câmara de Vereadores	- Criar leis, requerimentos sobre o assunto; - Criar conselhos municipais para fomentar a participação popular nas decisões coletivas;

Fonte: Elaborado a partir das entrevistas de campo, 2013.

No tocante a diversidade de papéis, observa-se que os atores econômicos atuam basicamente no fomento à atividade produtiva do arranjo, buscando com suas ações, promover melhorias na qualidade dos produtos e processos com vistas a assegurar a competitividade do setor.

Surgidas no intuito de subsidiar o crescimento e a modernização do arranjo confeccionista, as entidades representativas ASCAP, CDL, MODA CENTER e ASCONT, representam o engajamento de atores sociais que visam somar esforços para incentivar a atividade econômica do arranjo, sendo nesse sentido, instâncias coletivas de discussão e reivindicação da classe empresarial da cidade.

No entanto, embora suas funções predominantes sejam às relacionadas ao suporte da atividade confeccionista, as ações dessas entidades ultrapassam as noções mercadológicas e integram entre outros fatores, preocupações em relação à melhoria das condições de vida no arranjo, especificamente no que concerne as demandas referentes a preservação ambiental, a integração da sociedade aos assuntos de interesse público e em questões de inclusão social.

Desse modo, percebe-se que embora não exista uma exigência formal, legitimada, na atuação dos atores econômicos no que se refere a promoção de ações direcionadas a qualidade de vida do arranjo, sendo suas atribuições formais referentes a assuntos de suporte e fomento a sustentabilidade econômica do arranjo, essas entidades tem desenvolvido um trabalho importante em função do DLS do arranjo.

Os atores sociais do arranjo que atuam em função da qualidade de vida desempenham ações voltadas a capacitação profissional, estimulam o associativismo e a mobilização comunitária nos assuntos de interesse coletivo.

A formação profissional é fornecida pelas instituições de ensino técnico/superior, FADIRE, CESAC, SENAI, as quais oferecem capacitação técnica/científica da mão-de-obra do arranjo, contribuindo desse modo, para a melhoria da qualidade dos processos e produtos da atividade confeccionista e para a sustentabilidade econômica do setor.

Essa função dos atores é de fundamental importância para o DLS do arranjo, visto que a qualificação da mão-de-obra ao possibilitar o aumento da qualidade produtiva e mercadológica, melhora a capacidade competitiva da atividade econômica. Nesse ponto, o incentivo a formação de capital humano, parece ser o foco principal desses atores. “Veja, o **objetivo principal da nossa faculdade**, que visualiza hoje, **é aprimorar e capacitar as pessoas pra o mercado de trabalho**, de forma que eles possam né [...] fazer o diferencial [...]” (ENTREVISTADO, S.3, grifos nossos).

Além das atribuições acadêmicas, essas instituições promovem ações e eventos que incentivam a cidadania e a conscientização da população sobre seus direitos e deveres sociais.

O incentivo dado ao associativismo e a participação comunitária nas decisões coletivas, é função destinada aos conselhos municipais, os quais são instâncias locais de debates e reivindicações, onde representantes da sociedade civil e do setor público, discutem e interagem na construção propostas e medidas para assuntos de interesse comum.

No escopo dessa pesquisa, buscou-se abordar os conselhos que tivessem relação direta com a temática, nisto, os conselhos de Assistência Social e Meio Ambiente foram detectados aptos a tal função. No entanto, na sondagem do campo, observou-se que o conselho de Meio

Ambiente encontra-se desarticulado e sem atividades permanentes, nisto, apenas o Conselho Municipal de Assistência Social foi alvo da pesquisa aqui desenvolvida.

As análises sobre o funcionamento do conselho indicam que sua criação se fez no intuito de focar suas atividades no estímulo ao desenvolvimento social, mediante, a cobrança de políticas públicas sociais e o fomento à participação popular nas ações de interesse comum. Assim o papel do Conselho na qualidade de vida do arranjo é:

[...] **promover o desenvolvimento social** né, tanto na política de assistência social [...] pra's pessoas carentes, mas também como todo. Também na sociedade em geral, a gente tá sempre participando de seminários, de palestras, sempre tá, assim [...] **os temas que abordam o interesse da sociedade, da coletividade a gente tá sempre participando, sempre tá dando nossa contribuição** (ENTREVISTADO, S.2, grifos nossos).

Tais atribuições podem ser observadas na lei municipal que dita as regras de criação do conselho e que rege sobre os objetivos da existência do mesmo.

Artigo 2º - Respeitadas as competências exclusivas do Legislativo Municipal, compete ao conselho Municipal de Assistência Social:

- I- Definir as prioridades da política de Assistência Social;
- II- Estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Assistência Social;
- III- Aprovar a política Municipal de Assistência Social;
- IV- Atuar na formação de estágio e controle da execução da política de assistência social;
- V- Propor critérios para a programação e para as execuções financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
- VI- Acompanhar critérios para a programação e para a execução financeiras e orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social, e fiscalizar a movimentação e a aplicação dos recursos;
- VII- Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas no Município;
- VIII- Aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços de assistência social públicos e privados no âmbito municipal;
- IX- Aprovar critérios para a celebração de contratos ou convênios entre o setor público e as entidades privadas que prestam serviço de assistência no âmbito municipal;
- X- Apreçar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior;
- XI- Aprovar seu Regimento Interno;
- XII- Zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;
- XIII- Convocar ordinariamente a cada 2 (dois) anos ou extraordinariamente, *por maioria absoluta de seus membros*, a *Conferência Municipal de Assistência Social*, que terá a atribuição de avaliar a situação da assistência social, e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema;
- XIV- Acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos projetos aprovados;
- XV- Aprovar critérios de concessão dos benefícios eventuais. (LEI DE AUTORIZAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DO CONSELHO. Nº 1099/95).

Desse modo, a atuação do conselho está pautada nos incentivos direcionados ao estímulo à equidade e inclusão social, que são pressupostos indispensáveis no DLS. Entretanto, a concretização desses objetivos pressupõe a integração de diferentes segmentos e atores com a mesma finalidade (BUARQUE, 1998). No arranjo, observa-se a existência do conselho, da Secretaria de Cidadania e Inclusão Social e algumas poucas entidades sociais que fazem trabalhos de assistencialismo e a pouca participação popular nas ações desenvolvidas, como cita o representante do conselho: “É preciso ter mais mobilização das pessoas né, interagir mais, só com a [...] unido é que a gente consegue vencer [...]” (ENTREVISTADO, S. 2).

Tal constatação evidencia a fragilidade do arranjo no que concerne a capacidade de mobilizar as pessoas para a efetiva participação social nos assuntos públicos, o que representa um grande desafio a ser sanado para que o Capital Social necessário para o DLS seja criado e acessado pelos atores locais em suas redes de relações.

No que se refere aos papéis dos atores políticos do arranjo, percebe-se a existência de funções distintas: as secretarias municipais atuam na criação e implementação de políticas públicas, no fomento a ações que busquem a melhoria das condições de vida da população e no debate e conscientização sobre assuntos de interesse da sociedade.

[...] quando você levanta essa questão de educação ambiental, levanta questões como agricultura familiar, como o distrito industrial, como a revitalização da bacia do Capibaribe, quando você começa a trazer, a colocar essas questões pra pauta, pra o debate, quando você começa a trabalhar, a destinar um espaço de tempo, um espaço [...] uma energia dos seus colaboradores ou da sua equipe pra resolver essas questões, pra tentar fomentar essas questões, contribui muito [...] (ENTREVISTADO, P.1).

Ela (secretaria) tem um papel importantíssimo, principalmente na questão de distribuição de renda, ela ajuda a fazer uma [...] uma, um papel importante que é [...] é, na distribuição de renda, **e na inclusão social** das pessoas, ou seja, na inclusão digital, no acesso a informação, na inclusão de, da própria produção de confecção [...] local e aí, essa [...] essa, **esse desenvolvimento econômico igualitário que deve se ter, a secretaria tem sua importância** [...] (ENTREVISTADO P.2, grifos nossos).

Já a câmara municipal, bem como os vereadores que a compõem, trabalham na criação de leis, requerimentos, projetos, conselhos e demais dispositivos legais que visam a representação da sociedade e dos seus anseios. Tal opinião é comungada por seus diferentes representantes, que significam o papel dessa instituição de forma homogênea:

É justamente **elaborar projetos, requerimentos. São ideias, projetos e requerimentos.** São ideias [...] de vereadores ou de alguém que leva a ideia para o vereador, e o que é que nós fazemos? A gente transforma em documentos, que vão pra apreciação e votação, são aprovados, e a gente fica cobrando, esperando que sejam colocados em prática (ENTREVISTADO, P.7, grifos nossos).

[...] **criação de conselhos e a criação de leis que visam facilitar a vida do cidadão,** nesse aspecto que acho que a câmara de vereadores de Santa Cruz do Capibaribe trabalha [...] (ENTREVISTADO, P.6, grifos nossos).

De outro lado, o poder executivo municipal tem o papel de concretizar essas propostas, prestar os serviços públicos básicos à população, e cobrar os deveres da sociedade na manutenção dos bens públicos e dos interesses sociais. O representante do setor público municipal enfatiza que o papel da prefeitura não tem sido atendido até então, como prerrogativa para tal argumento, ressalta o fato de que o poder executivo municipal não tem atendido sequer os serviços básicos necessários a organização social. Não bastassem tal situação, para o entrevistado, falta a população fazer seu papel no que tange ao cumprimento de suas obrigações tributárias, o que dificulta a arrecadação necessária para a estruturação da cidade e o fortalecimento do arranjo produtivo.

Contudo, os entrevistados enfatizam que os atores locais possuem papéis importantes na promoção da qualidade de vida do arranjo, enfatizando que algumas ações têm sido feitas e as interações entre os entes sociais estão estabelecidas. Tal confirmação corrobora a noção trabalhada por Uphoff (2000) de que os papéis facilitam a cooperação, já que representam o compromisso e o acordo coletivo firmado entre os atores que atuam conjuntamente. Nisto, quando os atores exercem o papel para que foram empossados, cria-se um ambiente favorável para que os demais procedam da mesma forma.

A avaliação sobre os papéis dos atores, emitida pelos entrevistados, indica que os atores tem concretizado ações em prol da qualidade de vida, entretanto tais ações tem se mostrado insuficientes para atender as demandas do arranjo.

Alguns fazem a parte deles, e acho que outros estão esperando um pouco de estímulo (ENTREVISTADO, P.1).

[...] o que importa hoje enxergar é que as instituições estão abertas para fazer, então existe o bom-senso [...] que a gente precisa colaborar com essas ações [...] (ENTREVISTADO, E. 4).

Além disso, os entrevistados afirmam que a população não participa ativamente das atividades empreendidas pelo poder público municipal e pelas entidades representativas do

arranjo e que dada a essa baixa adesão, o cumprimento dos papéis dos atores locais está distante do ideal.

A grande dificuldade é a pequena quantidade de atores, apesar de existir muitas associações, mas, como eu lhe disse, são basicamente os mesmos, então na verdade [...] a gente precisa de mais participação popular nas decisões das políticas públicas de nossa cidade, **mas parece que infelizmente as pessoas só se unem quando estão com dificuldade né** (ENTREVISTADO, P. 6, grifos nossos).

É, **não há uma participação efetiva** que traria [...] ganhos [...] aí eu vejo que há uma participação, mas tímida desses outros parceiros (ENTREVISTADO, S.3, grifos nossos).

Em suma, observa-se que os papéis desempenhados pelos atores locais são vitais para que a cooperação em função do bem comum da comunidade ocorra. Na fala dos entrevistados, é possível detectar o comprometimento e a disposição das instituições no atendimento de suas obrigações na busca da qualidade de vida, entretanto, essa atuação precisa ser ampliada e as ações carecem de interligação para se tornarem mais abrangentes e eficazes, outro entrave mencionado, foi a baixa adesão da sociedade às atividades empreendidas que parece ser o principal gargalo a ser sanado no âmbito das relações sociais do arranjo, seguido da efetiva atuação do setor público municipal no atendimento de suas funções.

4.3.1.2. Redes de relações sociais dos atores locais

As redes de relações sociais representam as conexões estabelecidas no âmbito das interações entre os indivíduos, as quais facilitam o compartilhamento de significados e recursos necessários ao atendimento dos interesses dos agentes. Tais aspectos refletem o fluxo de ligações, trocas, benefícios e ativos que os indivíduos constroem e acessam nas estruturas sociais onde convivem.

Nesse sentido, os indivíduos se reúnem em redes na medida em que tais estruturas permitem que os mesmos compartilhem ideias e interesses comuns. Nisto, a existência de redes sociais pressupõe a ocorrência de confiança nas relações entre os atores com vistas à obtenção de ações coletivas mediante a cooperação advinda desse processo.

A constituição de redes de relação é, portanto, condição basilar para a existência de Capital Social, visto que ele é um ativo relacional, e existe apenas na medida em que é

compartilhado pelos entes engajados em um grupo social. (BORDIEU, 1986; PORTES, 1998; GRANOVETTER, 1985; COLEMAN, 1988; 1990; PUTNAM, 1996; WOOLCOCK, 1998). Nisto, “[...] capital social é inerente na estrutura de relacionamentos. Para possuir capital social, uma pessoa deve relacionar-se com outras, e são esses outros, as fontes de suas vantagens” (PORTES, 1998, p. 7).

Desse modo, o entendimento sobre a forma como os indivíduos atuam em suas redes de relações sociais facilita a compreensão sobre a existência e importância do Capital Social, indicando seu processo de formação e funcionamento. Assim, o estudo sobre esses elementos esclarece os padrões de convivência e interação dos agentes em função da “Ação Coletiva Mutuamente Benéfica” (UPHOFF, 2000).

No estudo aqui proposto, a análise das redes de relações sociais dos atores locais, objetivou identificar como se dá o uso dessas interações na concretização de ações em prol de ações voltadas a qualidade de vida da população e na conquista do DLS do arranjo.

Partindo desse pressuposto, buscou-se averiguar que tipos de relações são predominantes e como elas estimulam ou inibem a obtenção da qualidade de vida dos atores.

A partir dessa consideração, foi identificado na pesquisa de campo a existência de modelos de comportamento baseados em relações de amizade, parcerias, interações, proximidade e elementos inibidores da formação de Capital Social e ação coletiva, como: o baixo nível de participação da sociedade nas decisões para o bem comum e a baixa adesão às associações representativas da sociedade.

Sobre a ocorrência de relações de amizade, proximidade e interação, os dados obtidos indicam a existência de um ambiente propício a generosidade e reciprocidade de ações, o que pode ser verificado nas falas dos atores abordados quando questionados sobre como se dá as relações entre os atores locais:

Muito boa, é muito boa. A gente tem um trabalho de parceria enorme, tem a[...] as instituições tem um diálogo, [...] a **gente enxerga a importância um do outro**, é [...] dá como nos chamamos, legitimidade, **é legítima a presença de cada instituição aqui, e o papel que cada uma representa**, então não há essa dificuldade de você dizer “olha, eu preciso sentar agora com as instituições e estabelecer um diálogo” pode ter certeza que esse diálogo vai acontecer, aqui em Santa Cruz não tem nenhum problema. (ENTREVISTADO, S.1, grifos nossos).

Bem, como eu disse, **é uma relação muito próxima**, nós que somos o poder legislativo, temos uma aproximação muito boa com o poder executivo; quando a gente fala poder executivo, são todas as secretarias, desde a secretaria de educação, segurança, e saúde [...] e também com as entidades. Então é uma, **é uma aproximação boa, é uma aproximação salutar, e é nesse sentido, é com essa união, com essa integração que a gente entende que vai ter um arranjo**

produtivo forte [...] porque se for de forma isolada a coisa não anda [...]. (ENTREVISTADO, P. 4, grifos nossos).

Eu considero boa, produtiva. Porque a partir do momento em que a instituição abre as portas é [...] pra ouvir outras ideias de outras empresas, e [...] é de outros empresários... de outras instituições de ensino, isso vai fortalecendo, né [...] (ENTREVISTADO, S. 3, grifos nossos).

As declarações permitem inferir que as relações dos atores são pautadas na existência um apoio mútuo nas ações desenvolvidas, bem como no respeito à existência das entidades e nos papéis que as mesmas exercem dentro do arranjo. Ademais, parece existir uma consciência de que o trabalho em conjunto produz mais efeito e de que a cooperação possibilita a aferição de benefícios comuns.

Sobre a importância do estabelecimento de parcerias para a promoção do desenvolvimento do arranjo, grande parte dos atores, delega muita importância a esse processo de ações conjuntas, de união de esforços, e significam as parcerias como instrumentos imprescindíveis nesse sentido.

A ideia nossa é fazer sempre com parceiras, tudo ou toda essa [...] esse pensamento de trabalhar a questão ambiental, a questão do fomento da qualidade de vida, a questão da própria produtividade, a questão econômica, trabalhar com parceria. **Não existe a menor condição de você trabalhar esses projetos de maneira isolada**, até porque o princípio, a base de uma secretaria de governo, é realmente buscar essas parceiras (ENTREVISTADO, P.1, grifos nossos).

[...] então eu diria que o diálogo que a gente tem é muito bom, **a gente tem sempre trabalhado em parceira** [...] **entidades, sociedade civil como um todo** (ENTREVISTADO P.5, grifos nossos).

O firmamento de acordos e parcerias entre os atores locais nas suas redes de relacionamentos evidencia a existência de um contexto social de grupos fechados, com laços fortes (COLEMAN, 2000, GRANOVETTER, 1985). Tal fenômeno sugere há existência de Capital Social nesses grupos na medida em que os laços fortes representam ligações de intensidade entre agentes que comungam objetivos similares, baseados na troca contínua de informações e no estabelecimento da confiança proveniente das rotinas de ações conjuntas.

De fato, as redes investigadas são formadas por grupos pequenos, fechados, são organizações apropriáveis que foram criadas para o atendimento de interesses específicos (COLEMAN, 2000). Percebe-se desse modo, que essas entidades representativas do *locus* de investigação estabelecem entre si elos fortes, os quais incitam ações cooperativas.

Deve ser ressaltado, no entanto, que o processo de DLS requer a interação e integração dos diferentes segmentos da sociedade, e que nesse sentido, as relações devem se estender a

comunidade como um todo e se ampliar à interligação com entidades e instituições de fora do âmbito interno das relações sociais locais. (WOOLCOK; 1998; WOOLCOCK; NARAYAN, 2000).

Nesse ponto, o arranjo de Santa Cruz do Capibaribe parece carecer de laços fracos, os quais representam as ligações entre grupos heterogêneos que compartilham diferentes percepções e ampliam o escopo de atuação de seus membros com a troca de informações de experiências distintas (GRANOVETTER, 1985). Isto porque, o arranjo conta apenas com entidades representativas do setor econômico, algumas instituições de fomento à atividade produtiva e departamentos específicos do setor público municipal que atuam no sentido de seu desenvolvimento. Não existe desse modo, uma diversidade de redes que signifiquem uma ponte entre diferentes interesses e atores e possibilitem a troca de informação sobre experiências distintas.

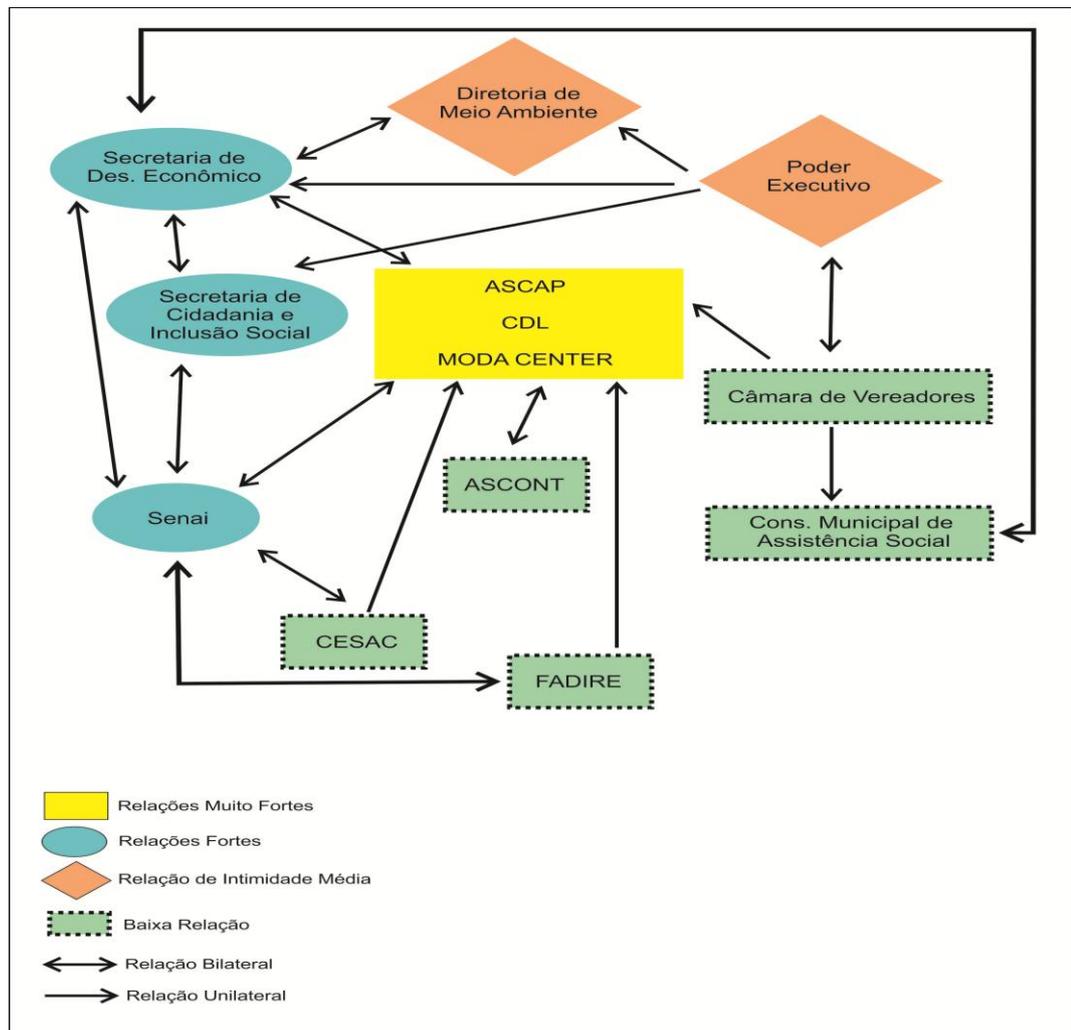
Tal constatação representa um gargalo na constituição do Capital Social necessário para a obtenção de benefícios coletivos, na medida em que o poder de mobilização e reivindicação dos atores locais fica resumido a atuação dos grupos supracitados.

Além das relações fortes entre os atores locais, foram identificados ainda, aspectos que dificultam a constituição de Capital Social e as ações coletivas, como a pouca participação da sociedade nas decisões coletivas e a baixa adesão ao associativismo. Sobre a ausência da sociedade nos debates para o bem comum, os atores mencionam que essa participação é muito reduzida e que precisa ser melhorada.

A gente procura as pessoas pra participar né, toda reunião eu deixo o público, aberto ao público, **só que as pessoas não participam né... aí, a gente vê uma grande dificuldade** (ENTREVISTADO, S.2, grifos nossos).

Eu diria que falta empenho da população [...] Enquanto a população não resolver contribuir os avanços não vai acontecer (ENTREVISTADO, P.6, grifos nossos).

Figura 1. Mapa das redes de relações dos atores locais



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Em conformidade com os padrões de comportamento identificados nas falas dos atores locais, o mapa acima, representa os laços fortes, entre as entidades representativas e destas com os demais atores, as interligações dessas entidades com algumas instituições do setor público e com os atores sociais, o que corrobora a existência de parcerias empreendidas por essas instituições citadas no tópico 4.2.2.

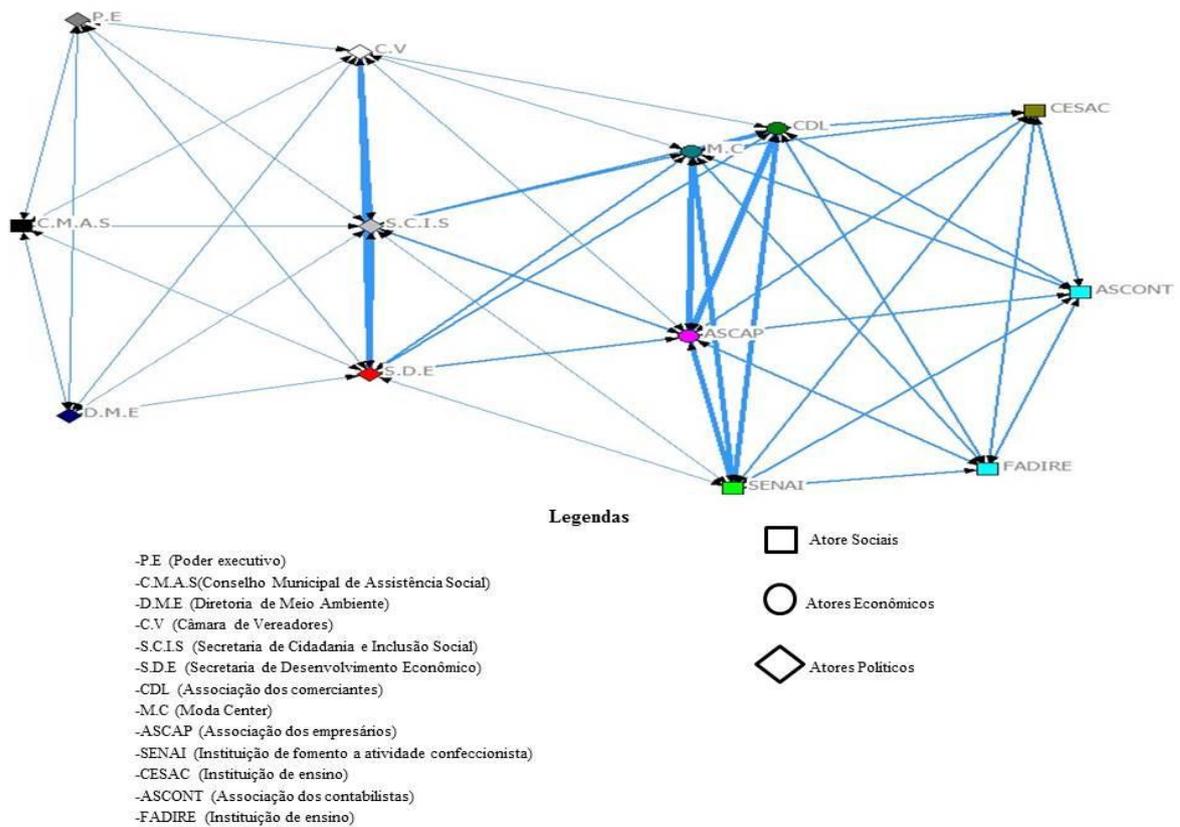
Observa-se ainda que alguns atores sociais e políticos do poder legislativo estabelecem poucas interações com os demais grupos, isso se deve ao fato de que a atuação dessas organizações não é tão abrangente como a dos atores econômicos e os órgãos políticos voltados a idealização e implementação de projetos.

Os atores sociais que possuem baixa interação são instituições de ensino que tem suas atribuições delimitadas a fornecer capacitação de capital humano e não tem em sua matriz a

reivindicação de projetos coletivos, ainda que atuem nesse sentido, mas de forma indireta, na discussão e apoio das ações promovidas, de outro modo o Conselho Municipal de Assistência Social, embora possua a prerrogativa de defender interesses públicos, apresenta baixa interação, uma vez que os assuntos que discute e atua não engloba a variedade dos temas relativos ao DLS do arranjo, sendo circunscritos as prioridades sociais, nisto sua atuação se dá com órgãos que tenham ligação direta com esses objetivos como a Secretaria de Cidadania e Inclusão Social e a câmara de vereadores, esta por sua vez ao ter seu papel limitado a cobranças e reivindicações sem poder de decisão e execução, não estabelece os vínculos fortes apresentados pelas secretarias municipais, já que não está em contato direto com a concretização das ações. Por fim a ASCONT ao ser uma entidade nova ainda não possui a capacidade de articulação das demais entidades econômicas, e não se observa assim o mesmo desempenho dessa entidade no estabelecimento de vínculos sociais.

As relações de intensidade média foram atribuídas ao poder público local, que mesmo sendo um órgão que está em contato direto com a sociedade e seus grupos representativos, não tem atuado no sentido de fortalecer essas relações e é apontado pelos atores locais como ausente no cumprimento de seus deveres, de outro modo, a Diretoria de Meio Ambiente também possui relações de intensidade média, visto que seu desempenho é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, nisto suas interações ficam restritas a essa instituição e aos grupos que mantenham alguma relação com a temática ambiental.

Figura 2. Laços sociais dos atores locais do APL



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Corroborando as relações supracitadas, a análise dos laços sociais do arranjo, evidencia que os elos fortes se dão entre os atores econômicos, as ligações de intensidade média são estabelecidas entre os atores sociais e os laços de menor intensidade são atribuídas aos atores políticos.

De modo geral os atores econômicos se interligam mais intensamente com os atores sociais e com atores políticos específicos, como as secretarias municipais, isto porque as secretarias promovem políticas e projetos que necessitam da participação dos mesmos, no tocante as relações com os atores sociais, os atores econômicos sempre recorrem a estes na execução de suas ações coletivas, isto explica o elevado grau de intensidade de suas relações. Convém ressaltar que todos os atores econômicos possuem elos fortes, o que os torna coesos e garante o respaldo para que os demais atores se interliguem a eles.

Os atores sociais possuem laços de grau médio tanto nas relações entre si como os atores econômicos, e não estabelecem relações efetivas com os atores políticos, apenas o Senai promove parcerias com as secretarias municipais e estabelece relações fortes com os atores econômicos. Os atores políticos por sua vez, apresentam laços fracos com os demais

atores e entre si, apenas as secretarias municipais e a câmara de vereadores se relacionam de forma intensa.

Tais considerações confirmam os achados da pesquisa, os quais demonstram que o arranjo estudado conta com atores que interagem e promovem parceiras para efetuarem seus projetos, possui um poder público pouco atuante, precisa ampliar as relações entre os atores econômicos e sociais com os atores políticos e necessita do surgimento de novos atores sociais voltados especificamente para a temática do DLS.

4.3.2 Categoria Cognitiva

A categoria cognitiva do Capital Social reflete a cultura e ideologia compartilhada pelos atores em suas redes de relações sociais. São processos mentais que formam os significados e interpretações sobre a realidade. Eles coordenam e controlam as ações sociais, servindo de referência para o comportamento humano. (UPHOFF, 2000).

Os elementos constituintes da categoria cognitiva são: valores, crenças, atitudes e normas que formam a cultura vigente. Tais elementos são construtos sociais institucionalizados no espaço e no tempo, que são perpetuados ou substituídos em função dos anseios sociais em voga.

Por valores, entendem-se as convicções socialmente legitimadas e preferíveis a outras divergentes. (RONBBINS, 1999). A crença “é a compreensão que damos como certa e que serve de base para o nosso entendimento das coisas” (ALVES, 1997, p. 10).

As normas são padrões de comportamento, estabelecidos formalmente, em regras legais ou enraizados no âmbito coletivo, servindo de base para o controle social. “As normas nos dizem sobre como devemos nos comportar e se baseiam ou refletem as crenças e valores”. (ALVES, 1997, p. 12). As atitudes são posicionamentos pessoais, refletem como alguém se sente em relação a algo. (ROBBINS, 1999).

Para compreender os padrões de comportamento favoráveis a “Ação Coletiva Mutuamente Benéfica” formados por esses fatores cognitivos, Uphoff (2000) trabalha com as formas primárias de Capital Social cognitivo, quais sejam: confiança, reciprocidade, solidariedade, confiança e generosidade.

A confiança, reciprocidade e solidariedade são formas primárias de Capital Social cognitivo que funcionam incentivando (orientando) as ações dos outros atores. A confiança é

constituída por crenças e normas de reciprocidade e por valores e atitudes que estimulam seu uso.

A confiança é pautada na expectativa que o indivíduo cria de que o outro será recíproco à sua ação, assim, uma ação cooperativa depende do atendimento dessas expectativas e desse modo, do nível de confiança estabelecido nos vínculos entre os atores. A solidariedade refere-se a capacidade que os indivíduos possuem em agirem em função do outro, sendo benevolentes e leais para com o grupo.

Já a cooperação e a generosidade são as bases para a ação coletiva. A cooperação consiste na ação conjunta em função do bem comum, e ocorre quando há interesses compartilhados e quando os indivíduos acreditam na moral e credibilidade dos demais membros do grupo. A generosidade é constituída por atitudes altruístas, direcionadas ao benefício coletivo, reside na capacidade de ação colaborativa para o bem-estar dos demais atores.

4.3.2.1 Confiança, reciprocidade e solidariedade: orientação em função dos outros

A confiança é fundamental para que as pessoas desenvolvam ações em conjunto e obtenham ganhos coletivos. A confiança representa a reciprocidade de ações e ideias que une os indivíduos em suas redes e fortalece os laços já desenvolvidos, nisto, o histórico de ações passadas, pautado em troca de favores, esforços comuns e resultados compartilhados, assegura um ambiente onde os atores podem recorrer a seus pares para reivindicar projetos de teor coletivo.

Quando existe confiança nas redes de relações sociais, os indivíduos se sentem aptos a agirem em função dos outros e a desenvolverem práticas conjuntas que resultem em dispêndios e ganhos para todos. A pesquisa identificou alguns comportamentos pautados na confiança entre os atores e na participação coletiva nos eventos desenvolvidos pelos demais atores. Onde, segundo os entrevistados, as interações sociais no arranjo estimulam ações conjuntas:

[...] Nós já vivemos um tempo anterior que as ações eram muito individuais, porque cada um tinha o seu evento e o seu evento tinha que ser o maior, o melhor, o mais importante, e hoje não, hoje você consegue visualizar que **se uma entidade vai realizar um evento que requer uma mobilização maior, imediatamente ela busca parcerias com os outros** [...] (ENTREVISTADO, S.1, grifos nossos).

Nesse sentido, a câmara tem feito **parceiras com todas as entidades locais** [...] campanhas e também a **gente sempre participa de ações voltadas pra o desenvolvimento do bem comum** (ENTREVISTADO, P.6, grifos nossos).

São muitos os momentos em que os atores locais versam sobre a formação de parceiras e a atuação nos eventos das demais instituições. De modo geral, percebe-se a existência de vínculos que estimulam ações cooperativas e a formação de confiança nas interações sociais.

Existe, existe confiança, existe porque é [...] a gente até olha pra o histórico de cada um e você não encontra nenhum momento uma ação é [...] criminosa, uma ação é [...] ilegal, né, de nenhuma dessas instituições. Então são instituições que de fato se você buscar em todo o histórico, é [...] muda presidência, muda diretoria, mais há sempre um percurso muito claro do propósito que cada um tem. E aí, se dissessem assim: eu vou comprar as ações da ASCAP, da CDL, com certeza eu compraria, porque é confiável. (ENTREVISTADO, S.1, grifos nossos).

Além da reciprocidade de ações e da existência de laços de confiança entre os atores, foi possível detectar nos depoimentos dos entrevistados, um sentimento de solidariedade pela cidade e por suas demandas. Como menciona um entrevistado que enfatiza a existência de maior mobilização dos associados da entidade quando o interesse é para o bem comum:

PESQUISADORA: *E nas ações que são direcionadas ao bem comum, assim da cidade?*

ENTREVISTADO: “Aí, existe uma participação maior. (ENTREVISTADO, E. 2).

PESQUISADORA: *Um engajamento maior? Interessante.*

ENTREVISTADO: “É interessante isso, existe uma participação maior porque é aquele sentimento de ajudar o município [...] isso é muito forte aqui, é muito forte [...] pronto agora nos estamos fazendo uma campanha de lençol lá pro hospital, são quatrocentos roupas de enfermeiro, de material de [...] pessoal que faz cirurgia, pronto, eles se engajam que é uma beleza”. (ENTREVISTADO, E. 2).

Tal aspecto pode ser decorrente da carência que o arranjo possui no que se refere a existência de instituições especializadas nas questões socioambientais. Assim, dada a falta desses atores específicos sobre os temas relativos a qualidade de vida, como: ONGs, Institutos, e órgãos públicos voltados a essa demanda, os atores existentes assumem a responsabilidade de promover projetos e ações que ultrapassam suas finalidades formais.

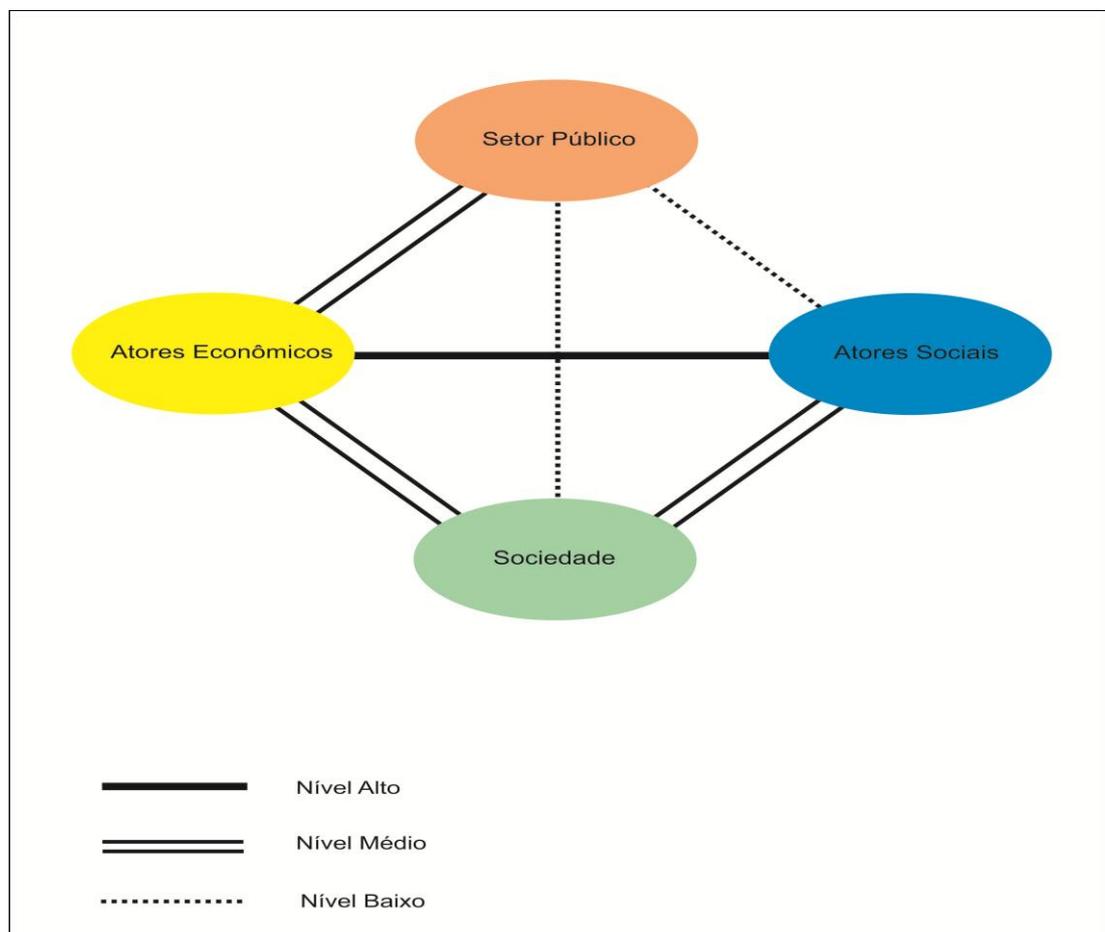
A existência desse sentimento de solidariedade pelas causas coletivas do arranjo também é apontada como motivadora da criação dos projetos de cunho socioambiental das entidades representativas da sociedade.

A principal motivação é de fato, contribuímos com o município, com o meio ambiente de um modo geral né, com essa questão da responsabilidade ambiental, pra que a CDL possa ser um exemplo e multiplicar essa proposta de responsabilidade ambiental (ENTREVISTADO, E. 2.1, grifos nossos).

Nisto, para suprir a negligência do setor público municipal e devido a falta de instituições apropriadas, as entidades representativas e os atores sociais tem se mobilizado promovendo projetos, parcerias e ações pontuais sobre temas que visam a busca da melhoria de vida no arranjo.

A confiança existente no arranjo ocorre com maior intensidade entre as entidades econômicas e os atores sociais, que citam a existência de parcerias, vínculos, acordos e ações cooperativas entre eles. Nesse sentido, observa-se que a confiança desses atores com o setor público municipal e com a sociedade é fragilizada e precisa ser estimulada, visto que os dados da pesquisa indicam, uma baixa participação da sociedade nas ações desenvolvidas por esses atores e pouca integração e apoio do setor público no trabalho que desenvolvem.

Figura 1. Nível de confiança dos atores locais



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Contudo, pode-se inferir que a confiança entre os atores locais é mais concentrada entre os grupos que mantêm maiores níveis de proximidade e interação, como as entidades econômicas e os grupos sociais, que ao possuírem maiores ligações, vínculos e ações desenvolvidas em conjunto, acumularam um histórico de relações recíprocas e mutuamente benéficas.

O setor público municipal por sua vez precisa ampliar essa interação com os demais atores, tanto com as organizações constituídas formalmente como com a população como um todo, a qual possui um baixo nível de participação nas entidades pesquisadas e nesse sentido, pouco poder de decisão e influência nos rumos políticos da cidade.

4.3.2.2 Cooperação e generosidade: orientação para ação

De acordo com Uphoff (2000), a cooperação decorre da confiança estabelecida nas redes de relações sociais, assim, ações voltadas ao bem comum, dependem da convicção que os indivíduos possuem, de que a conduta dos demais será baseada no respeito e no atendimento aos interesses coletivos. Essa segurança propiciada pelo contato direto e constante dos indivíduos em seus grupos sociais permite a formação de coalizões, acordos e parcerias que incitam ações coordenadas.

O APL de Santa Cruz do Capibaribe, embora apresente algumas ações cooperativas voltadas a seu fortalecimento, precisa de uma maior integração dos seus membros, visto que as iniciativas para esse fim mostram-se insuficientes para atender todas as demandas. Ademais a participação popular e a aderência aos grupos organizados ainda é muito reduzida e pouco representativa.

Como justificativa para explicar esse baixo associativismo e integração popular aos assuntos de interesse público, os atores locais mencionam a existência de fatores culturais que inibem a predominância do cooperativismo e da ação coletiva como padrões dominantes de comportamento. Tais fatores refletem normas, crenças, valores e atitudes pautadas no ideário de auto-interesse que se manifesta como um “individualismo coletivo”, que rege as condutas dos atores locais. “[...] Eu acho que no município infelizmente como já tinha falado anteriormente, ainda **prevalece o individualismo**” (ENTREVISTADO, P.2, grifos nossos). **É, ainda prevalece o individualismo** [...]” (ENTREVISTADO, S.2, grifos nossos). **“Nós temos ainda, uma cultura de individualismo muito grande né”** (ENTREVISTADO, P.1, grifos nossos).

Esse “individualismo coletivo” encontra-se inserido no funcionamento do arranjo, e é apontado como o fator que impede a junção dos produtores locais nas entidades representativas, como discorre o entrevistado abaixo, ao falar das dificuldades de unir os atores locais em projetos coletivos.

[...] **eu vejo que é da própria cultura do município**, se você for analisar, como é [...] como é que se começa uma fábrica ou fabrico em Santa Cruz, ele começa dentro da sua casa né, cada casa tem sua máquina ali, você costura, você tira ponta de linha, você vende, então a própria produção se você for olhar ela é bem individualizada, né. Aí você compra aquela máquina, aí compra mais outra, e vai montando a fábrica até conseguir gerar emprego, sempre fechado naquele espaço, desde a produção até a venda, ele é um espaço muito individualizado. (ENTREVISTADO, P.2, grifos nossos).

Concomitante a esse cenário social que inibe a formação da cooperação entre locais, observa-se uma cultura local que dificulta o DLS do arranjo ao fomentar práticas econômicas predatórias, que não respeitam os direitos sociais (coletivos e individuais) e que estão alicerçadas na informalidade e no cerceamento das conquistas trabalhistas. Essa cultura arraigada na estrutura social, além de incidir sobre os direitos sociais, também legitima práticas que ferem os direitos humanos, como é o caso do trabalho infantil, significado no âmbito local como algo normal e até mesmo necessário para o funcionamento do arranjo produtivo.

[...] trabalhar com essa questão cultural é difícil, ou seja, **romper com a cultura, né, por exemplo: se você for olhar o trabalho infantil aqui no município ele culturalmente aceito** [...] se você for fazer uma pesquisa na população, a população acha que a criança e o adolescente mesmo sem estar no seu desenvolvimento psicossocial ali pra fazer determinado serviço, acha que tem que trabalhar mesmo porque é uma forma de gerar renda, formar e gerar riqueza também, pro [...] não pro município, mas individualmente pra cada um [...] (ENTREVISTADO, P.2, grifos nossos).

Desse modo, observa-se que os elementos culturais comungados no âmbito social, não representam interesses e direitos coletivos indispensáveis na elevação dos padrões de vida da população, a ênfase nos aspectos meramente econômicos, culmina no detrimento de causas sociais e políticas e inibe a ampliação de conquistas que podem resultar no DLS do arranjo. A legitimidade dada ao trabalho infantil demonstra a existência de uma cultura pautada em reivindicações economicistas e reflete esse descaso com as necessidades básicas da qualidade de vida, como educação, saúde e dignidade humana.

[...] diversas vezes em entrevista em rádio, quando a gente ia falar sobre o tema “Trabalho Infantil”, né que é corrente no município, a população muitas vezes ligava dizendo: “não tá errado, criança com sete anos tem que começar a trabalhar, eu comecei a carregar frete com sete anos e tô vivo”. Né, mas se você for olhar nessa perspectiva você tem outro lado da história, que o índice desenvolvimento educacional do município não tem, não conseguiu os níveis econômicos que o município atinge né, ele não conseguiu se equiparar, **você consegue desenvolvimento econômico, mas desenvolvimento social e educacional ainda não tá, não tá acompanhando** [...] (ENTREVISTADO, P.2, grifos nossos).

Esse contexto pautado pela predominância de valores culturais inibidores do DLS, pode ser explicado pelo alto índice de informalidade das empresas do arranjo, o qual corresponde a 81%, isto porque a informalidade marginaliza as empresas das políticas públicas de fomento a economia local e condiciona as empresas atuarem em condições precárias. Tal processo incide negativamente no desempenho competitivo do arranjo, uma vez que as empresas não têm acesso às inovações e melhorias organizacionais necessárias à sustentabilidade empresarial, além disso, a informalidade priva os cidadãos dos seus direitos trabalhistas e sociais e representa um grande entrave ao DLS. Ademais, o alto índice de informalidade verificado no arranjo, tem dificultado a construção de um projeto coletivo de desenvolvimento local, ao privar o empresariado local de espaços de discussões coletivas e dos programas e ações formais que visam a melhoria do arranjo.

Segundo Tandler (2002) a informalidade no APL do agreste é uma espécie de acordo implícito comungado entre os atores locais e o governo estadual, acordo este que negligencia o bem comum e se resume a interesses particulares das partes envolvidas, nesse sentido ele denomina tal situação como um “acordo com o diabo” para explicar os efeitos adversos de sua existência. Para Tandler (2002) o “acordo com o diabo” é:

[...] uma espécie de um acordo tácito entre políticos e seus eleitores – um grande número de donos de pequenas empresas, muitas no setor informal. Se você votar em mim, em contrapartida, eu não cobrarei os seus impostos; eu não farei você se sujeitar a outros impostos, ou a regulamentações ambientais e trabalhistas; e eu mantereí a polícia e os inspetores afastados para não lhe atrapalhar. Eu chamo este entendimento tácito de “acordo com o diabo” porque ele torna a informalidade algo mais atrativo e a formalização menos atrativa, do que elas em geral seriam. (TENDLER, 2002, p. 2).

Esse acordo atua, possibilitando a existência de um grande número de empresas e empregos informais e em contrapartida tira dos atores locais o poder de barganha para exigir do governo políticas específicas para o setor, nisto as empresas adeptas a tal pacto sobrevivem sem ações públicas de suporte as suas atividades. Além disso, a informalidade tira do Estado a responsabilidade de fomentar o desempenho dos setores informais, isso talvez explique a

negligencia do setor público para os proclames dos atores locais mencionada pelos entrevistados da pesquisa.

Nestes termos, o setor de pequenas empresas se transforma principalmente em um instrumento para preservar e mesmo criar empregos – ainda que geralmente seja empregos de baixa qualidade em firmas de má qualidade – ao invés de atuarem como uma oportunidade de estimular o desenvolvimento econômico. Isto libera os planejadores de políticas para dedicar sua atenção ao desenvolvimento econômico em outra parte, reduzindo para eles o custo político das perdas de empregos que surgem da modernização da indústria e das reformas na política econômica (TENDLER, 2002, p. 3).

Desse modo, a informalidade estimula e reforça os valores culturais que enfatizam o individualismo e legitima as práticas ilegais que subsidiam o funcionamento das empresas, sendo portanto além de uma prática, uma ideologia que rege a existência do arranjo.

Destarte essas considerações sobre a existência de uma cultura local fomentadora de práticas espúrias aos direitos sociais e humanos e da informalidade, e essa tendência ao trabalho atomizado, individualizado, no âmbito das relações sociais entre os grupos organizados existe um entendimento de que é preciso combater esses fatores culturais e que o associativismo se mostra uma solução plausível para modificar essa estrutura social pouco unificada. Corroborando essa ideologia, os achados da pesquisa dão conta de um cenário onde os atores locais empreendem esforços para solucionarem problemas coletivos e trabalham desenvolvendo iniciativas cooperativas como fica evidente na seção 4.2.2. a qual aborda as ações feitas em conjunto pelos atores na busca da qualidade de vida do arranjo.

Depreende-se desse fato, que a cooperação entre os atores do arranjo ainda não consegue articular a sociedade nas ações coletivas, de outro lado, as entidades representativas, as instituições de fomento e o setor público municipal cooperam simultaneamente em todas as ações que desenvolvem, e abordam a cooperação como condição primordial na promoção do DLS do arranjo. Esse entendimento gera um ambiente positivo para a elevação da confiança comungada pelos atores locais, a qual pode condicionar novas intervenções cooperativas e agregar novos participantes aos projetos coletivos.

4.4 Dimensões do Capital Social nas ações articuladas para o DLS do Arranjo de Santa Cruz do Capibaribe

As relações sociais identificadas no capítulo anterior mostram-se decisivas na formação de Capital Social necessário a emergência de comportamentos facilitadores da ação coletiva. (UPHOFF, 2000). Refletindo um conjunto de conexões pelas quais os atores podem criar e acessar os recursos necessários a concretização de seus propósitos comuns.

As bases estruturais e cognitivas sob as quais essas relações se assentam, demonstram a predominância de elos horizontais de convivência, norteados pelo compartilhamento de informações e ideias comuns e pautados na confiança entre os atores e na reciprocidade de suas ações.

Não obstante a existência de uma estrutura social propícia à Ação Coletiva, a pouca adesão da sociedade aos grupos organizados, a hostilidade e descrença da população na efetivação das funções do Estado no que compete a resolução dos problemas coletivos e na promoção do bem público e a existência de valores e crenças imersas na cultura local, que incitam práticas individualistas, dificultam a canalização do Capital Social para a promoção do DLS.

Nesta seção, objetiva-se abordar o Capital Social considerando as diferentes dimensões em que ele pode se manifestar nas redes de relações sociais. Pretende-se com isso, verificar as combinações dessas dimensões e desse modo detectar os efeitos que a existência, abundância ou ausência do Capital Social tem provocado na busca dos interesses compartilhados pelos agentes, especificamente no que tange a promoção do DLS do arranjo mediante ações em função da qualidade de vida.

Em termos analíticos, a apreensão dessas dimensões será efetuada a partir dos conceitos trabalhados por Woolcock (1998); os quais possibilitam a identificação do Capital Social nos diferentes grupos abordados e nas interações que estabelecem. Para tanto, a abordagem se dará considerando a **integração**; dimensão referente as relações sociais desenvolvidas por grupos imersos em contextos comuns, interligados por laços fortes caracterizados pela frequência e intensidade de suas ligações; as relações do tipo **linkage**, correspondentes as conexões com atores externos ao âmbito de atuação dos grupos organizados, que possibilitam a troca de experiências e informações distintas; a **sinergia**, caracterizada pela interação mutuamente benéfica em entre sociedade e estado e a **integridade**, dimensão inerente a existência de credibilidade e eficiência institucional, que

torna o Estado apto a desempenhar suas funções para o atendimento do bem público. (WOOLCOK, 1998).

4.4.1 Capital social intracomunitário: a integração

A integração refere-se a dimensão do Capital Social que expressa a conexão entre os indivíduos interligados por vínculos próximos, que os torna coesos, fortes e interligados. A existência dessa dimensão demonstra a relevância dos laços fortemente construídos nas relações sociais entre os membros de grupos, comunidades e organizações específicas. Esses laços tornam-se fundamentais tanto para a construção de um ambiente coeso, propício à formação de acordos e objetivos comuns, como permite a instrumentalização de ações conjuntas e ganhos compartilhados.

As relações pautadas nesse tipo de Capital Social são primordiais para o compartilhamento de informações, anseios e propósitos comuns e para a construção de elos de confiança que permitam aos atores atuarem conjuntamente e empreenderem ações coletivas promissoras. No âmbito da pesquisa, os atores locais reconhecem a contribuição dessas ligações próximas e intensas na concretização de ações relativas a construção de uma sociedade melhor.

[...] a gente precisa tá todo mundo junto, **todo mundo unido, de mãos dadas, a gente consegue uma estrutura muito melhor** pra Santa Cruz. (ENTREVISTADO, P.1, grifos nossos).

[...] **Se todo mundo não se integrar pra discutir uma mesma causa, a coisa não anda.** Então eu diria que o diálogo que a gente tem é muito bom, **a gente tem trabalhado em parceiras [...] entidades e sociedade civil como um todo.** (ENTREVISTADO, P.5, grifos nossos).

O Capital Social intracomunitário foi verificado fortemente, nas relações entre as associações e entidades representativas do arranjo, que possuem ligações fortes voltadas à obtenção de benefícios coletivos mediante ações cooperativas “[...] **as entidades representativas do setor de confecções** da nossa cidade **e algumas associações** [...] **sempre participam muito das discussões aqui da nossa cidade.** (ENTREVISTADO, P. 6, grifos nossos).

O trabalho desenvolvido por essas entidades no que tange o desempenho econômico do arranjo garantiu o respaldo necessário para que elas pudessem formar parceiras com os

diferentes grupos sociais para tratar tanto das questões econômicas como de temas relativos ao desenvolvimento do arranjo. É tanto que, todas as ações cooperativas que procuram promover a qualidade de vida no arranjo contam com o apoio e suporte simultâneo dessas entidades. A participação cívica dessas entidades mostra o comprometimento que possuem no trato dos assuntos coletivos, e incentiva a integração de outros atores na discussão desses interesses “[...] a gente tem participado de várias reuniões com todos os meios né, **todas as entidades, todos os órgãos, como CDL, ASCAP [...] esse povo contribui muito, essas associações aí, essas entidades contribui muito com Santa Cruz, graças a Deus**”.

(ENTREVISTADO, S.2, grifos nossos).

De outro modo, a própria essência desses atores demanda essa integração social maior, já que as entidades representativas da atividade confeccionista do arranjo são instâncias locais de discussão e reivindicações da indústria e do comércio local, que pressupõem a participação conjunta dos associados e grupos de interesse nos assuntos relativos ao arranjo. Por outro lado, os atores sociais e políticos identificados e acessados nessa pesquisa, não se constituem enquanto *locus* de intervenções diretas dos entes sociais, mas como intermediadores de interesses e demandas.

Os atores sociais investigados, ao serem instituições de ensino que visam fornecer suporte à atividade confeccionista, não possuem a prerrogativa de inserir a comunidade diretamente nas suas decisões e ações, apenas o Conselho de Assistência Social possui tal atribuição e como o desempenho nesse sentido tem sido insatisfatório, não se observa a formação dessa dimensão do Capital Social em seu âmbito. Já os atores políticos, embora possuam a responsabilidade de inserir a população em seus projetos e práticas, não se observa tal inserção, quando muito verifica-se a atuação em ações conjuntas.

O trabalho das entidades por outro lado, requer interação e proximidade com os seus representados bem como uma participação ativa desses nos rumos e ditames que regem suas condutas, essa organização interna, pode explicar esse desempenho diferenciado na capacidade de integrar os atores.

Porém, embora as entidades de classe apresentem um alto grau de integração em suas relações sociais, não se pode dizer que o arranjo está dotado de grupos que representem seus interesses nem tão pouco que reflitam a cultura local dos atores, isto porque a adesão as entidades existentes não é significativa e não retrata a realidade local que é de uma economia baseada na informalidade e na predominância de fábricas familiares sem estrutura adequada para o funcionamento.

[...] **a sociedade ainda não tem grupos fortes que trabalhem nesse sentido**, porque se você pegar por exemplo: organizações mesmo que temos; nos temos a CDL que defende uma política para o empresário, **nos temos a CDL, a ASCAP que também defende o confeccionista e assim mesmo de forma limitada**, porque se aqui tiver digamos “1.000 confeccionistas, na ASCAP só vai ter 50 sócios [...] pelos anos que a ASCAP existe né [...] (ENTREVISTADO, P.4, grifos nossos).

Contudo, essas entidades demonstram uma organização interna considerável, a qual tem permitido inseri-las nos debates da sociedade e articula-las aos diferentes grupos sociais. Isso tem resultado na formação do Capital Social intracomunitário verificado entre seus membros e entre essas associações e os demais atores com quem mantem contato.

4.4.2 Capital Social extracomunitário: as linkages

As *linkages* expressam os elos estabelecidos com agentes externos, os quais possibilitam o acesso a informações, ativos e recursos que não estão disponíveis no âmbito interno das redes de relações dos atores locais (WOOLCOK, 1998). São os laços extracomunitários que permitem a formação de pontes entre diversas redes sociais, possibilitando a troca de experiência, informação e conhecimento entre os membros dos diferentes grupos em conexão (WOOLCOK; NARAYAN, 2000).

Tal dimensão facilita a existência de Capital Social por intermédio das relações pautadas em laços fracos, os quais representam interações de menor intensidade, mas que são devidamente importantes para ampliar a capacidade de atuação dos indivíduos, impedindo o isolamento dos grupos sociais e facilitando ações conjuntas em função de interesses comuns. Isto porque:

Indivíduos com poucos laços fracos serão privados de informações [...] e estarão confinados às notícias e opiniões provinciais de seus amigos próximos. A privação não só os isolará das últimas ideias e modas, como os colocará em uma posição de desvantagem (GRANOVETTER, 1985, p. 202).

A manifestação dessa dimensão do Capital Social nas relações sociais dos atores estudados se mostrou escassa, visto que, tal categoria foi citada apenas nas falas de nove atores entrevistados. Não obstante, o número reduzido dessas conexões, outro ponto que merece destaque é o fato de tais ligações se darem de forma pontual, quando há a necessidade

do trabalho conjunto com atores externos ao contexto de atuação dos grupos locais para a execução de ações esporádicas.

Entre os atores que afirmam estabelecer relações extracomunitárias, há um entendimento no que tange a importância de tais interações para a ocorrência de ações coletivas.

Então a gente procura buscar parceiras, aí não importa se ela vai tá aqui em Santa Cruz, se ela vai tá em Recife, vai tá em São Paulo, em Caruaru, **se existe uma possibilidade, se existe uma viabilidade, daquela parceira acontecer, a gente vai tentar buscar, a gente vai tentar fazer com que aconteça** (ENTREVISTADO, P.1, grifos nossos).

[...] cada uma (instituição) tem suas peculiaridades, mas essas questões maiores devem ter a participação de toda a região, **porque se a gente não trabalhar em conjunto a coisa não anda** [...] (ENTREVISTADO, P. 5, grifos nossos).

Tais constatações podem sugerir que as *linkages* são consideradas importantes apenas pelos atores que estabelecem relações com grupos externos, todavia, observa-se ao longo das narrativas dos entrevistados, uma noção compartilhada sobre a necessidade da formação de parcerias, acordos e vínculos com diferentes atores tanto para o fortalecimento das entidades e instituições e de suas funções específicas como para a promoção de ações voltadas a qualidade de vida no arranjo. As ações cooperativas acordadas entre esses atores reiteram tal noção.

Dentre as relações extracomunitárias verificadas na pesquisa, destacam-se duas principais vertentes: as parceiras firmadas no intento de fortalecer a existência das instituições e as ações voltadas à busca da qualidade de vida no arranjo.

No que compete as relações extracomunitárias criadas para o fomento das entidades, encontra-se o trabalho conjunto desenvolvido pelas entidades representativas do setor de confecção do arranjo com as instituições de suporte a atividade industrial nacional, o chamado Sistema S, que é composto, pelo SEBRAE, SESI, SENAC e o SENAI, que embora atuando no município, tem sua estrutura pautada em objetivos e diretrizes de alcance federativo.

Dada a própria natureza dessas entidades, a atuação do Sistema S da indústria nacional mostra-se compatível e necessária, visto que, tais entidades visam a sustentabilidade econômica do arranjo e primam pelo fortalecimento da indústria local. Nisto, essas relações mostram-se vitais para a existência das entidades representativas do arranjo: “[...] nós **temos parceiras principalmente com o Sistema S**, né, **que é quem nos dá apoio aqui** [...] SESI,

SENAI, SESI, todos são parceiros assim de primeira linha [...]” (ENTREVISTADO, E. 2.1, grifos nossos).

Conquanto, a atuação do sistema de fomento a indústria nacional esteja voltada ao atendimento de questões organizacionais das entidades representativas do arranjo, verifica-se em alguns momentos o incentivo e parcerias em assuntos relativos a responsabilidade socioempresarial da indústria local: “[...] pronto **a indústria do conhecimento** é uma parceira SESI/ Rota do Mar, com o apoio da CDL né [...]”. (ENTREVISTADO, E. 2.1, grifos nossos).

Além dessas ações, o conteúdo ministrado em cursos, palestras e outros serviços de capacitação profissional fornecidos pelas entidades do Sistema S para as associações locais, são compostos por temas que abarcam as questões trabalhadas pelo DLS, especificamente no que concerne aos assuntos relativos a responsabilidade socioambiental das empresas. Desse modo, mesmo não sendo o foco dessas instituições a busca da qualidade de vida, tais ações contribuem para que a mesma seja disseminada e assimilada no arranjo.

Consta na percepção dos entrevistados, a necessidade de se criar laços mais intensos com grupos sociais distintos. Os atores locais entendem que suas atuações não suprem todas as demandas do arranjo, o que desemboca no estímulo à formação de novas conexões, capazes de compensar as debilidades dos grupos existentes.

Imbuídos desse discernimento, os atores locais, buscam a celebração de acordos e parcerias com instituições que fomentem suas ações e interesses. Além das entidades econômicas citadas, algumas instituições sociais e políticas enfatizaram a existência de relações extracomunitárias para a efetivação de suas ações, estas, por sua vez tem atuado diretamente em função da qualidade de vida no arranjo.

Além das instituições do Sistema S da indústria nacional, esse atores firmam parcerias com Secretarias do governo do Estado, organizações de nível federal, Ongs relacionadas as temáticas ambientais e sociais, instituições públicas de ensino e pesquisa e câmaras de vereadores das cidades componentes do arranjo.

As conexões com as Secretarias Estaduais se dão quando ocorrem ações pontuais que exigem um suporte técnico em nível mais elevado, sendo de caráter esporádico e superficial. “[...] **as vezes com o governo do Estado** né, **tem as secretaria do Estado**”. (ENTREVISTADO, S.2, grifos nossos). Ou quando o arranjo é contemplado por programas do governo estadual. “É no estado **a gente trabalha também muito alinhado com o governo do estado**, através dos programas de “Novos Talentos” de “Qualifica Pernambuco”, né”. (ENTREVISTADO, S.1, grifos nossos). Todavia, as relações com o Estado mediante suas

instâncias legítimas de atuação se dão pela própria obrigatoriedade que o setor público estadual possui em atender as necessidades dos locais que comportam suas limitações geográficas. Disto, pode-se deduzir que essas conexões embora insiram os grupos sociais a contextos mais amplos, significam canais de informações pouco propícios a formação de Capital Social, já que os vínculos formados são pouco efetivos e recíprocos entre as partes. Sobretudo, na realidade estudada, a atuação do estado tem se estabelecido mediante um clima de descrença da população.

Na esfera local, o poder público tem se mostrado recíproco a junção de forças e esforços no que perpassa pelas questões que buscam a qualidade de vida da população. Com efeito, as parceiras estimuladas por essa instância local além de visar a busca do bem comum, parece incutir a necessidade de sanar os problemas e gargalos deixados por administrações passadas, uma vez que a formação de parceiras amplia o poder de atuação do município. Assim, a urgência pela efetivação de novas ações e a necessidade de parcerias para a materialização dessas ações se reportam em grande medida, aos problemas deixados por outros governos.

No ensejo dessas demandas, o projeto de governo da gestão atual tem como um dos seus pilares a formação de parceiras tanto com os atores locais, como com entes sociais externos que possam contribuir para as ações a serem implementadas, o que representa uma intensificação das relações extracomunitárias no arranjo. No momento atual, destaca-se o trabalho que vem sendo efetivado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, conjuntamente com suas pastas de Meio Ambiente e Agricultura, no que tange a criação e a ampliação das parcerias público-privadas, entre entes sociais locais e externos. O que pode ser verificado nas citações abaixo:

Existem parcerias com entidades como SEBRAE, como o SENAI, né, que são ao em todo território nacional, e a gente aos poucos **vamos buscar outras parcerias também com entidades [...]** ONGs que existem muitas na área ambiental. **Temos também com o Projeto Capivara** que é uma coisa voltada ao rio Capibaribe [...]. **Já estamos juntos com a Secretaria de Agricultura, a Gerência de Agricultura, com um trabalho com o Instituto Xingó [...]** também de capacitação aqui na produção e no manejo da bacia leiteira, dos produtores de leite. Então a gente procura buscar as parcerias [...]. (ENTREVISTADO, P.1, grifos nossos).

Existe na área de pesquisa, mais na parte pública. A federal rural, a UPE e a UFPE, são entidades parceiras nossas nessa parte de busca, de pesquisa. Há uma quantidade muito grande de pesquisadores, uns de forma voluntária, outros de forma remunerada e existem algumas instituições que são ligadas de certa forma ao governo federal e estadual, **além das universidades, temos a ADAGRO, o Instituto de Pesquisa de Agronomia de Pernambuco que é o IPA, a agência [...]** a CPRH [...] o próprio Comitê da Bacia do Rio Capibaribe que é um

agrupamento de certa forma independente [...] mais ainda é muito pouco. (ENTREVISTADO, P. 3, grifos nossos).

Corroborando essa visão, a câmara municipal de vereadores, tem procurado a participação de outras instituições e atores no desempenho de suas funções. Sendo um representante direto da população com atribuições legitimadas socialmente, essa instituição significa uma instância importante no fortalecimento dos vínculos sociais firmados na comunidade, podendo em suas intervenções, articular diferentes vozes e mobilizar os diversos grupos organizados para a conquista de benefícios coletivos, dito desse modo, a câmara representa um ambiente adequado à constituição de *linkages*. Quanto a atuação dessa instituição no que compete a formação de vínculos com os atores locais, observa-se a ocorrência de ligações próximas que propiciam a interação comunitária e fortalecimento dos grupos sociais locais. O que pode ser verificado na fala abaixo:

[...] **a gente promove a discussão com as entidades**, até porque aqui na câmara a gente é o povo, a gente representa o povo, a gente representa as entidades, né, que fazem muitas vezes o trabalho do poder público, e essas discussões e esses debates a gente sempre tá tendo a oportunidade de realizar [...] (ENTREVISTADO, P.5, grifos nossos).

Além de indicar a valorização das relações sociais com os grupos organizados e com as reivindicações populares, a fala supracitada, referencia a existência de uma consciência por parte dos componentes da câmara sobre o papel dessa instituição na representação dos interesses públicos. Diante disto, essa esfera pública ao se aproximar da sociedade e de seus interesses, incentiva a formação de conexões sociais.

Na pesquisa efetuada com seus representantes, constatou-se que além desse fortalecimento das conexões entre os diferentes grupos sociais, essa instituição tem procurado a interação com atores externos, com vistas à troca de conhecimentos e a captação de energias para conquistas que demandem custos e benefícios compartilhados.

[...] no mês passado, **a gente visitou outras câmaras de vereadores** pra fortalecer não só Santa Cruz do Capibaribe, fortalecer o polo [...] a gente via o seguinte: que o nosso objetivo era trabalhar em conjunto pra fortalecer não só uma cidade, mas o polo, **porque quando a gente luta por exemplo: por estrada, a questão da BR 104, não é só uma luta de Santa Cruz, mas é de Toritama, de Taquaritinga, é de Brejo, é de Jataúba** [...] (ENTREVISTADO, P. 5, grifos nossos).

Assim, as iniciativas dessa instituição no que compete a busca de benefícios para a cidade, são promovidas considerando as redes desenvolvidas com atores externos, essas conexões por suas vez buscam benefícios que possam ser acessados pelos diferentes componentes das redes, como menciona o entrevistado ao enfatizar que as conquistas são para o polo como um todo e não para o arranjo delimitado a Santa Cruz. De modo geral, observa-se que a mobilização de forças intergrupos é uma política praticada na interior da câmara, e tem fundamental importância na ampliação do estoque de Capital Social do arranjo ao conectar as esferas locais a interesses e ideias fora do âmbito interno. O que pode ser verificado na citação que segue:

[...] é muito mais fácil você [...] **um grupo de vereadores de várias cidades, junto com deputados, prefeitos e tal, conseguir alguma coisa do governo do Estado do que uma pessoa isoladamente.** Imagine chegar no [...] no [...] palácio do governo do Estado “Campo das Princesas”, o presidente da Câmara de Santa Cruz reivindicando a [...] a, o recomeço das obras da BR 104, imagine chegar seis ou sete presidentes de câmaras, com vereadores da região, com prefeitos reivindicando, a força é muito maior. Então eu acredito que se a gente utilizar muito essas duas palavras: interação e integração, se a gente utilizar essas duas palavras acho que a coisa funciona bem [...] (ENTREVISTADO, P. 5, grifos nossos).

Muito embora seja possível averiguar a existência dessa dimensão do Capital Social nas relações entre os atores locais, faz-se necessário enfatizar que são poucas as manifestações dessa categoria. No entanto, sendo as *linkages* laços sociais que conectam diferentes atores na mobilização de interesses comuns, a constituição de novas relações desse tipo e o incentivo as já existentes, se fazem oportunas, senão necessárias, para dotar o arranjo de informações, conhecimentos e ideias que possam contribuir para o desenvolvimento de ações voltadas a qualidade de vida.

4.4.3 Capital Social e relações Estado-Sociedade: a sinergia

As relações entre Estado-Sociedade, enfatizadas por Woolcock (1998), são vínculos constituídos por entes públicos e privados que possibilitam benefícios recíprocos. Trata-se da inserção do Estado no âmbito social demandante de seus serviços, através do diálogo e de ações conjuntas. Para tanto, pressupõe-se um aparelho estatal competente e cumpridor de suas funções e uma sociedade engajada e mobilizada para interesses públicos.

A sinergia trabalhada por Woolcock (1998) reflete o caráter complementar das ações desses entes sociais e da imersão social resultante das relações mútuas, onde ocorre uma separação entre funções administrativas e políticas dos órgãos públicos e uma distinção clara entre o público e o privado para a preservação dos interesses coletivos em detrimento de objetivos particularistas. (WOOLCOCK, 1998; EVANS, 1993).

As relações entre as organizações sociais e os órgãos públicos, identificadas no âmbito da pesquisa aqui empreendida, mostraram-se insuficientes à formação de interações sinérgicas capazes de mobilizar interesses e esforços conjuntos para a superação de debilidades e obtenção de ganhos comuns.

Os achados da pesquisa indicam um poder público municipal pouco inserido no contexto social e uma descrença popular no que compete ao cumprimento de suas atribuições. Ainda que existam complementaridade de ações entre essas esferas sociais, estas parecem indicar um combate as carências que precisam ser sanadas e não uma consciência compartilhada sobre os papéis que a sociedade civil e poder público municipal possuem no atendimento das demandas coletivas.

Essa hostilidade da população sobre a atuação do setor público municipal no arranjo é decorrente em grande medida, da negligência dessa instância tanto na constituição do arranjo como no seu desenvolvimento ao longo dos anos, onde o Estado quando muito, executou medidas pontuais para atenuar situações específicas. Existe nesse sentido, um descrédito nas falas dos entrevistados, sobre a efetivação das funções do Estado no cumprimento de seus deveres. “[...] é lógico que **existe uma desconfiança nos políticos em geral**, a gente sabe que isso acontece [...]” (ENTREVISTADO, P.6, grifos nossos). O que tem culminado em um distanciamento dessas partes, dificultando assim a constituição de vínculos sociais e de ações conjuntas entre Estado-Sociedade. Especialmente no âmbito local, os poderes públicos constituídos tem se mostrado pouco eficientes no estabelecimento de interações exitosas com a população e na efetivação de seus deveres com a administração pública competente.

Prefeitos passados deram sua contribuição, mas também foram nocivos em coisas que atrapalharam muito o desenvolvimento de Santa Cruz, então eu diria que ainda falta muito, tem muito o que se fazer, muito [...] (ENTREVISTADO, P.7, grifos nossos).

De outro modo, averiguou-se um estímulo ao estreitamento dessas relações e uma percepção comum entre os entrevistados, de que a nova gestão do poder público local incentivará a aproximação do Estado com Sociedade.

Quanto ao incentivo à formação de relações sinérgicas entre os atores públicos e os grupos sociais, nos depoimentos de algumas instituições do setor público, há indícios de que essas instituições buscam subsidiar parcerias e o trabalho conjunto com as organizações sociais nas ações voltadas a melhoria das condições de vida da população. “Então a ideia é essa, é estreitar, **fazendo parceria a todo momento, sempre com o foco na busca de benefícios pra comunidade como um todo**”. (ENTREVISTADO, P. 1.2, grifos nossos). “É, eu **acredito que na gestão atual, a gente dê uma abertura em relação a isso**”. (ENTREVISTADO, P.2, grifos nossos). De modo geral, esses atores públicos objetivam contribuir com a integração da sociedade em suas ações mediante o estabelecimento de parcerias e o estreitamento dos vínculos sociais para a produção de efeitos positivos para a sociedade como um todo.

Esse é o nosso pensamento [...] é nossa intenção, fomentar a agricultura familiar, o poder público chegar mais junto, a questão do meio ambiente, é nossa ideia levar todo esse trabalho via aterro sanitário, via Rio Capibaribe, pra’empresas, pra’s associações [...] e tudo isso requer um estreitamento de parcerias, em estreitamento de relacionamento, de contato. Na questão econômica propriamente dita, existe uma parceria já muito próxima, nos estamos estreitando, buscando aí cada uma estreitar muito mais, com, principalmente com: ASCAP, CDL, MODA CENTER, com a associação dos contadores (ASCONT), com SEBRAE, com o SENAI (ENTREVISTADO, P. 1).

Todavia, os efeitos dessas ações que vem sendo empreendidas pelo poder público local, não podem ser examinados no âmbito dessa pesquisa, pois, tais ações precisam de amadurecimento e recorrência para que se possa verificar as suas contribuições na formação de relações sinérgicas com a sociedade, como é mencionado na fala que segue. ”**Corre o risco da gente ficar só no diálogo, não ir pra prática (risos)**, mas nos temos muita chance de sair desse diálogo[...] É um momento novo” (ENTREVISTADO, S.1, grifos nossos).

Cabe a esse estudo, verificar a importância da existência dessas práticas como fomentadoras de vínculos efetivos e produtivos entre os entes civis e públicos, o que pode significar um avanço e um estímulo à sinergia no arranjo, se os resultados dessas ações conseguirem unir atores públicos e privados tanto na execução de ações como na percepção sobre a necessidade e importância de cada ator no DLS do arranjo.

Fator positivo nesse processo é a expectativa de que a nova gestão municipal está aberta a formação de parceiras e acordos com os grupos sociais. A existência dessa expectativa aumenta a confiança entre os atores e intensifica as relações sociais, de modo que, tanto o Estado como a Sociedade sintam-se integrados para promover a ação coletiva (UPHOFF, 2000). Esse contexto de credibilidade em relação à atuação do setor público local representa um contraponto a imagem de um Estado ineficiente e inoperante, historicamente construída na trajetória das relações sociais do arranjo e mostra-se favorável a construção de relações promissoras entre estado e sociedade em que o estado possa atenuar seu déficit frente as cobranças populares. O que pode ser verificado nas falas que seguem:

[...] Primeiro é preciso destacar que as entidades tinham um distanciamento muito grande, faziam suas ações isoladas do poder executivo, por outro lado o poder executivo fazia algumas poucas ações isolado das entidades, então não tinha essa integração, essa interação. **Hoje a gente vê um ambiente totalmente diferente,** um clima muito melhor (ENTREVISTADO, P.5, grifos nossos).

Nesse momento, eu considero um caminho a se construir, devido a essa mudança que houve no próprio governo mesmo. Eu acho que é algo que [...] o diálogo tá aberto, há condições pra isso acontecer é [...] as condições estão aí postas, mas a gente não tem nenhuma ação efetivada acontecendo (ENTREVISTADO, S.1, grifos nossos).

Resguardando-se os obstáculos encontrados nas interações sociais do arranjo, os atores locais mostram-se interessados em favorecer a emergência de relações sinérgicas. Como mencionado nas falas supracitadas, existe um ambiente propício a constituição de laços que interliguem o poder público as organizações sociais.

[...] a gente vê as ações sendo desenvolvidas de forma coletiva, de forma é [...] é mais, aproximada do poder público com o poder privado, principalmente com as entidades e agente percebe que tem tido um certo resultado [...] (ENTREVISTADO, P.5, grifos nossos).

Existe, existe os conselhos, as associações [...] existe sabe, melhorou, eu diria que aos poucos as pessoas vão, vão se politizando, porque o que faz ter uma boa sintonia com o poder público, é justamente a politização do povo, não é? o povo não politizado o que é que faz? cobra do vereador por exemplo o que não é de competência dele [...] mas isso tá melhorando muito[...] (ENTREVISTADO, P.7, grifos nossos).

Não bastasse a visão compartilhada entre os atores locais, de que o estado tem agido em função de interesses eleitoreiros, orientado por princípios clientelistas e a constatação de que as relações sinérgicas precisam ser estimuladas para que ocorra um relacionamento produtivo que impulse ganhos recíprocos para a população e para as instituições públicas

locais, não se observa exemplos claros sobre as ações sinérgicas já desenvolvidas. Quando muito, os entrevistados falam da existência de interações entre os atores sociais com os atores públicos, mas não especificam o conteúdo e o resultado delas. Isso sugere que a sinergia existente é esporádica e insuficiente para encaminhar os atores a obtenção de interesses comuns, especificamente no que concerne a busca do DLS do arranjo, tal situação é um entrave, visto que o Estado e sua interligação social mostra-se fundamental na execução de um projeto social alinhado ao desenvolvimento da localidade, uma vez que o DLS pressupõe ações interligadas entre sociedade, indústria e governo.

Essas considerações demonstram a existência mínima de Capital Social na dimensão sinergia, de tal modo que parece predominar, o isolamento da sociedade frente as questões públicas e um padrão de atuação do estado que não prima pelas demandas coletivas, isso tem se mostrado fator decisivo na pouca formação de sinergia verificada.

Destarte, as interações que estão sendo fortalecidas e as propostas do novo governo municipal, visam a superação dessas debilidades que interferem na formação de relações sinérgicas. No entanto, cabe ressaltar que embora signifiquem um avanço no que concerne ao estreitamento das relações entre estado e sociedade, esses acontecimentos precisam se efetivar e se institucionalizar para produzirem os resultados pretendidos. No momento cabe a observância de que a sinergia embora considerada importante e necessária pelos atores locais do arranjo encontra-se em construção.

4.4.4 Capital Social e coerência corporativa: a integridade

A integridade compreende a dimensão do Capital Social que expressa a coerência corporativa do Estado (Woolcock, 1998); em que as organizações públicas se conectam com os demais atores garantido os interesses públicos e preservando o aparato do Estado de objetivos privados, de modo que o Estado seja um representante legítimo da população e não de grupos específicos e se suas intenções particularistas.

Essa dimensão ocorre quando há a autonomia do Estado, a qual é resultante da imersão estatal na estrutura social e quando este cumpre com suas funções e deveres com coerência, técnica e disciplina, separando os interesses públicos dos privados, as funções administrativas das políticas e preservando o patrimônio coletivo de ações corruptas (EVANS, 1993). Trata-se da existência de uma ética político-administrativa que impede o uso

do Estado para benefícios privados e de um senso sobre a missão cívica do setor público na promoção do bem-estar social.

As informações sobre essa dimensão dizem respeito as opiniões e percepções dos entrevistados sobre a atuação do setor público no arranjo. Ao se delimitar aos atores locais imbuídos em ações e projetos relativos a promoção da qualidade de vida, essa pesquisa não permite com os dados obtidos, detectar com precisão elementos relativos a coerência corporativa da administração pública, já que não se teve acesso as técnicas burocráticas utilizadas pelo poder público. Nisto, os subsídios analíticos encontrados, versam de forma mais contundente sobre o papel cívico do Estado no atendimento dos interesses públicos.

Os depoimentos dos entrevistados sobre a interação da sociedade com o setor público, são fortemente marcados por uma incredulidade na capacidade do Estado de promover as ações necessárias ao desenvolvimento do arranjo. Essas declarações são subsidiadas pelo histórico de omissão e descuido do poder público municipal e em alguns momentos do poder público estadual, com os interesses coletivos. Nesse contexto, coube a sociedade civil a promoção de ações que visaram abarcar as demandas não supridas pelo Estado, existindo desse modo um déficit do setor público a ser sanado:

O arranjo, o polo de Santa Cruz do Capibaribe, de maneira muito particular a atividade confeccionista ela, ela cresceu, ela foi [...] em alguns momentos ela não cresceu, ela inchou, depois ela foi se estruturando melhor e **no primeiro momento um dos pontos marcantes foi a ausência do poder público, seja municipal, seja estadual, seja federal.** Então isso marcou muito, **então existe uma dívida ainda, é acho que ainda longa pela frente**, de maior estreitamento nas parceiras, nos contatos, nas tarefas, do setor público, seja ele municipal, estadual, federal com o polo, com o arranjo produtivo [...] (ENTREVISTADO, P. 1, grifos nossos).

Essa dívida do Estado com o arranjo perpassa por todos os momentos da constituição da atividade confeccionista, o próprio surgimento desse segmento econômico visou suprir problemas estruturais da economia local, e se deu mediante o empreendedorismo dos atores locais e não de políticas públicas específicas para o assunto. As relações entre a sociedade e o setor público não parecem diferir muito desse contexto inicial de formação do arranjo, pois como alertam os entrevistados, a dívida do Estado tem aumentado ao longo dos anos, tanto porque ele se mostra inoperante no contexto do arranjo, e também porque as necessidades da atividade econômica se tornaram mais complexas. “[...] **a cidade também cresce muito né**, o crescimento dela é muito grande e as vezes **o poder público não acompanha né.**” (ENTREVISTADO, S.2, grifos nossos).

Na verdade eu acho que **talvez o setor público seja o que mais deva a esse arranjo né**, muitas coisas realmente dependem de ações públicas. Como eu disse Santa Cruz do Capibaribe [...] **as ações do setor público não vem acompanhando o desenvolvimento da nossa cidade**, precisava é, de talvez mais influência federal, mais influência estadual pra resolver, também mais atividades do setor público municipal pra resolver [...] (ENTREVISTADO, P. 6, grifos nossos).

Verifica-se assim, que o papel do Estado, de provedor de ações que ultrapassam o escopo de atuação do setor privado, como: obras estruturantes e investimentos na capacidade logística do arranjo, não está sendo introduzido as práticas governamentais, o que tem comprometido a atividade confeccionista e dificultado sua expansão. Essa contrapartida do Estado, segundo os atores locais, mostra-se fundamental para o Desenvolvimento econômico do arranjo, pois garante o pleno funcionamento da atividade produtiva e aumenta sua capacidade competitiva. De outro modo, a própria sustentabilidade econômica é condição necessária para que ocorram melhorias de ordem social e ambiental e conseqüentemente é elemento basilar no desenvolvimento, visto que não há elevação nos níveis de bem-estar social sem geração de emprego e renda suficientes para garantir o acesso aos bens necessários a subsistência material e a dignidade humana. (BUARQUE, 1996; RATTNER, 2002; FURTADO, 1982).

Como o funcionamento do arranjo tem sido desprovido de um acompanhamento e controle efetivo dos poderes públicos em suas diferentes instâncias, a atividade confeccionista tem causado muitos problemas a organização sócio-espacial da cidade. Fenômenos como: imigração desenfreada, falta de infraestrutura urbana, índices elevados de violência, mão-de-obra pouco qualificada e alto grau de informalidade são algumas das conseqüências graves deixadas pela ausência do setor público que incidem decisivamente na qualidade de vida da população (LIMA, 2006). Esse crescimento exacerbado do arranjo requer uma mudança de postura do Estado em relação suas demandas, e tem sido alvo das preocupações dos atores locais.

[...] **o poder público tem que levar em consideração que Santa Cruz é uma cidade que cada residência é também uma indústria de confecção**, nos somos uma das cidades mais industrializadas do Brasil e Santa Cruz não tem um distrito industrial. O município sozinho não pode arcar com o Distrito Industrial, então tem que ter parceria com o governo estadual, com o governo federal [...]. (ENTREVISTADO, P.1, grifos nossos).

Depreende-se com isso, que o arranjo tem sido abandonado pelo setor público e que este tem sido incapaz de implementar políticas que garantam a efetivação das demandas socioeconômicas do arranjo. Essa situação compromete a continuidade da atividade produtiva

e impede a emergência de ações que combatam as externalidades negativas decorrentes do funcionamento da indústria local. Nesse contexto, as necessidades econômicas, tidas como prioridades pela atuação do Estado, não são completamente atendidas e as preocupações com o bem-estar social são relegadas à segundo plano, como mostra a passagem a seguir:

[...] **não houve essa preocupação, a preocupação sempre tem sido até então (assim eu espero), com a questão financeira, mas o bem-estar não.** Tem até um jargão político que diz que: **“a cidade é boa de se ganhar dinheiro, mas não é boa de se viver,** e de fato hoje, a região nossa, o arranjo produtivo, o polo de confecção do agreste de Pernambuco, ele é um lugar formidável economicamente falando[...] mas aí não há nenhuma participação, nenhuma, até então, uma preocupação com os problemas ambientais, inclusive é... esse trecho do chamado Alto Capibaribe, que envolve as principais cidades, começa em porção que é onde nasce o rio Capibaribe, que vai descendo até Toritama, inclusive é um dos piores trechos de poluição do rio [...]. Fora a questão do lixo, da consciência ambiental de uma forma geral, do reflorestamento [...] essa cidade, eu acho que possui o pior índice de área per capita, de área verde per capita (ENTREVISTADO, P.3, grifos nossos).

A atuação do setor público torna-se imprescindível na canalização de energias com as diferentes esferas sociais para a concretização de objetivos comuns, sendo indispensável na construção de um projeto coletivo de desenvolvimento local, já que:

As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento (BUARQUE, 1999, p.10).

Na pesquisa, esse “ambiente político e social favorável” ao sucesso das iniciativas em conjunto, do Estado e dos atores locais, mostra-se deficitário, visto que a participação popular nos assuntos públicos é incipiente e o poder público não tem atendido aos proclames populares. Isso fica evidente nas falas supracitadas, que versam sobre as debilidades do arranjo em viabilizar ações inerentes à “elevação das oportunidades, o dinamismo econômico e aumento da qualidade de vida de forma sustentável” (BUARQUE, 1999, p. 10).

No processo de elevação das potencialidades econômicas, sociais e ambientais essenciais ao Desenvolvimento Local Sustentável, a mobilização necessária à integração dos atores locais em torno de iniciativas comuns, requer um Estado canalizador dos interesses distintos dos diversos grupos sociais que representa, nisto “o Estado não é um ente autônomo e desvinculado da sociedade, nem tem vontade própria, sendo a expressão dos atores, seus interesses diferenciados e suas relações de poder” (BUARQUE, 1999).

Para tanto, além de representar os anseios sociais, ao Estado é atribuído funções e papéis específicos que permeiam suas práticas políticas-administrativas e possibilitam o desempenho adequado dessa instância no cumprimento dos projetos de interesse coletivo. O atendimento dessas funções é condição basilar na existência da “autonomia” do Estado trabalhada por Evans (1993), a qual versa sobre a capacidade do poder público em desempenhar seus encargos de modo a possibilitar a conquista dos projetos coletivos, se tornando assim, um ente socialmente inserido. No estudo aqui proposto, observa-se que o Estado não tem respondido favoravelmente as suas incumbências, sendo em muitos momentos apontando como omissivo, ausente e pouco representativo. Especificamente no que tange a atuação do governo estadual, os atores locais falam da incapacidade desse poder em aplicar medidas específicas para atender adequadamente a realidade local, como é no caso do combate a informalidade, existe, segundo os atores uma fiscalização excessiva e poucas ações para estimular a formalização e conscientizar os empresários sobre os benefícios que esse processo pode trazer.

[...] até que me conste, é [...] na parte de fiscalização especificamente, nunca se soube dosar entre orientar e fiscalizar, não há essa dosagem, porque não se tem condição de orientar porque o efetivo é pouco, então eu venho aqui poucas vezes, então quando eu venho, eu tenho que vir pra fiscalizar porque eu tenho que deixar você preocupado porque a fiscalização chegou e você tem que tomar uma atitude. Então essa dosagem ela, ela ainda não foi encontrada e isso é um prejuízo pro nosso arranjo, né, porque as pessoas até tem conhecimento do que deve ser feito, o que tá posto lá na lei a ser cumprido, mas em determinados momentos a própria condição que ela vive não a permite fazer e em outros momentos é porque ela deixa pra o dia de amanhã porque a fiscalização não chegou ainda” (ENTREVISTADO, S.1, grifos nossos).

No âmbito local, esse não cumprimento das tarefas públicas é associado a existência de princípios eleitoreiros comungados pelos representantes públicos no uso de suas atribuições, os quais inibem o desenvolvimento do arranjo ao demonstrarem uma tendência à improbidade dos governos e uma tentativa de resguardar interesses privados em detrimento dos públicos. “[...] “eu diria que aconteceu esforços e **aconteceu falhas, inclusive propositais** que atrapalharam muito a evolução de Santa Cruz, **mas infelizmente as vezes os políticos tem que tomar atitudes inadequadas pra agradar o povo** [...]” (ENTREVISTADO, P. 7, grifos nossos). Esse entendimento é reforçado quando se analisa o descaso do arranjo pela falta de políticas e projetos públicos essenciais a seu bom desempenho.

[...] nós estamos hoje pagando pela incompetência, pela irresponsabilidade de uns administradores que passaram aqui que [...] fizeram politicagem com o cargo que o povo lhes delegou (ENTREVISTADO, P.4, grifos nossos).

Nesse contexto de descrença na existência de princípios democráticos, o padrão político de comportamento, incide sobre práticas pautadas na troca de favores, onde políticos fazem uso de seus poderes legítimos acessando os bens públicos como se fossem privados, relegando à segundo plano interesses e assuntos de teor coletivo, para os quais foram eleitos e empossados, de tal modo que não se verifica uma coerência corporativa capaz de promover o atendimento efetivo das funções e responsabilidades do Estado, possibilitando sua inserção na estrutura social e permitindo o cumprimento de suas tarefas cívicas.

[...] acho que o poder público ele não se preocupou em conscientizar a população de que ela tem deveres com o poder público, de arrecadar os impostos por exemplo. Essa omissão foi proposital, foi proposital e ela é uma cultura que se desenvolveu ao longo desses anos [...] foi quando o estado fechou os olhos pra os nossos impostos, mas isso teve um lado positivo, mas em péssimo [...] um lado negativo de forma exponencial, primeiro: do não pagamento de impostos do governo do estado do transporte de confecções, passou-se a entender que não se devia pagar nada a prefeitura, IPTU, os impostos devidos a prefeitura, ISS e assim por diante, posteriormente, alguns começaram a entender que não se precisava pagar nada, nem respeitar a lei, e aí [...] a gente vê nessa cidade, pessoas crescendo [...] cresceram muito economicamente comprando cargas roubadas e assim por diante (ENTREVISTADO, P.4).

As narrativas aqui acessadas, parecem indicar um ambiente político norteado por fundamentos arbitrários ao bem público, em que pesam interesses particularistas e atuações direcionadas a obtenção de privilégios eleitoreiros. Nisto, as reivindicações e necessidades públicas tem sido reféns de um Estado incompetente, inoperante e negligente e o desenvolvimento do arranjo encontra-se comprometido pela ausência de políticas públicas estruturantes e condizentes com o contexto local. Esses fatores dificultam a construção de um acordo coletivo firmado entre atores públicos e privados, voltado ao fortalecimento das habilidades do arranjo e ao combate de suas deficiências, o que conseqüentemente representa um entrave à busca da qualidade de vida e expressa a debilidade na formação de laços cooperativos entre Estado e sociedade.

De tal modo, essas considerações sinalizam para a existência precária e reduzida da dimensão integridade do Capital Social, visto que, não se verifica ao longo da pesquisa uma imersão social do Estado no arranjo nem tão pouco uma atuação apropriada desse ente social no que compete ao uso de seus encargos.

4.5 Desafios e perspectivas para o DLS do arranjo

A construção de um projeto coletivo que prime pelos interesses gerais da população no que concerne ao atendimento de suas necessidades e reivindicações e que resulta em desenvolvimento; pressupõe a integração popular, a mobilização social e a interação conjunta entre os diferentes atores sociais, como condições que conduzem a sociedade para melhorias que ultrapassam a dimensão econômica. Nisto, a busca do desenvolvimento requer um entendimento de que o bem-estar social não pode ser acessado somente por fatores econômicos, mais que isso, esse preceito nos diz que o crescimento econômico não é o objetivo final, mas um caminho pelo qual as melhorias na qualidade de vida podem ser conquistadas.

O crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem se afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente [...] quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 2004, p. 484).

O Desenvolvimento Local Sustentável reflete essa ampliação das melhorias dos padrões de vida da população ao integrar conjuntamente geração de riqueza, distribuição de renda e conservação ambiental. Desse modo o Desenvolvimento Local Sustentável é:

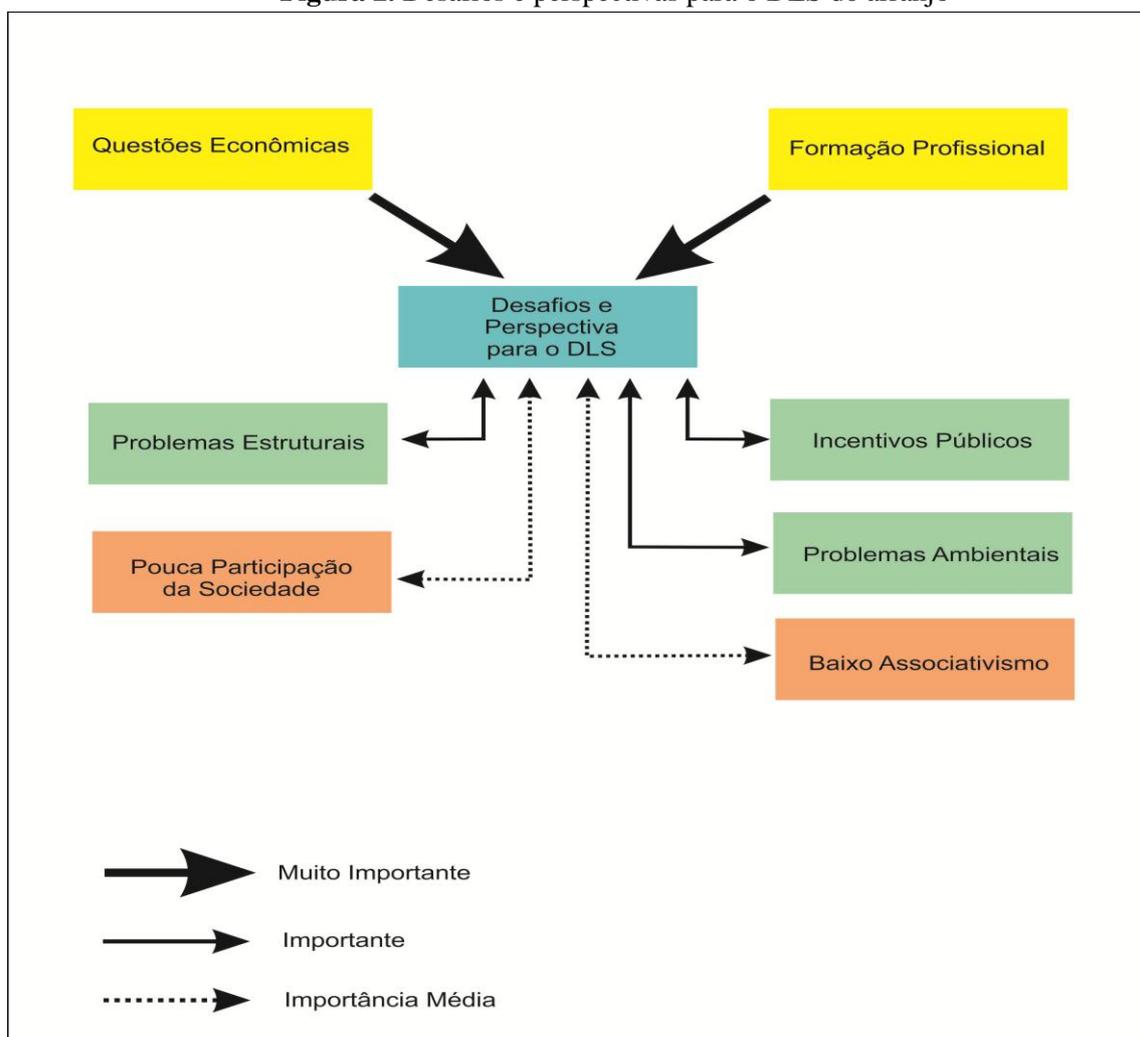
[...] portanto, um processo que leva a um continuado aumento da qualidade de vida com base numa economia eficiente e competitiva, com relativa autonomia das finanças públicas, combinado com a conservação dos recursos naturais do meio ambiente (BUARQUE, 1999, p. 32).

Nos depoimentos dos entrevistados da pesquisa, foi possível verificar que o APL apresenta algumas dificuldades na construção desse projeto social, se mostrando ainda distante da elevação nos padrões de vida de seus integrantes. Embora, a atuação dos atores locais se dê no sentido de fomentar o crescimento econômico, a inclusão social e a conservação ambiental, os efeitos dessas iniciativas ainda não se traduzem na ampliação dos níveis de qualidade de vida pressupostos pela ideia de Desenvolvimento Local Sustentável.

Dentre os fatores mencionados pelos entrevistados como inibidores desse desenvolvimento, destacam-se demandas econômicas voltadas a melhorias mercadológicas e a ampliação da qualificação profissional, questões ambientais que refletem a poluição causada

pela indústria de confecção, necessidade de melhorias estruturais para o escoamento da produção e estruturação da indústria local, políticas públicas de incentivo a economia e às melhorias sociais e o incentivo ao associativismo e maior participação da sociedade nos rumos do arranjo. Tais aspectos podem ser visualizados na figura 4. Abaixo:

Figura 2. Desafios e perspectivas para o DLS do arranjo



Fonte: Elaboração própria, 2013.

Diante do exposto, observa-se que os atores locais atribuem maior importância às questões de ordem econômica, como demandas prioritárias que precisam ser atendidas com vistas a promoção do DLS. Isso representa tanto as debilidades do arranjo nessas questões como a cultura local que é de ênfase excessiva nos fatores econômicos em detrimento das outras necessidades.

Ademais, as preocupações referentes às necessidades de infraestrutura se justificam pela ligação direta desses fatores com o fortalecimento da economia local, e a necessidade de

qualificação profissional, embora possua efeitos diretos no bem-estar social ao garantir inclusão social e dignidade humana através da geração de emprego e renda, também visa subsidiar a indústria de confecções mediante a oferta de mão-de-obra qualificada. Essa precedência por fatores econômicos é confirmada pelos entrevistados, que significam esses aspectos como elementos de primeira ordem. De fato, a própria existência do arranjo pressupõe o atendimento dessas questões, ainda que seu desenvolvimento não se limite a isso. Essa tendência pode ser verificada nas falas que seguem.

[...] é preciso que **a gente primeiramente fortaleça a nossa economia** com ações né [...] de estruturação na questão hídrica, na questão de [...] estradas, rodovias, a questão do distrito industrial que é primordial também, mas a gente só pode falar de distrito industrial se tiver água, se tiver infraestrutura né, porque não adianta você fazer o distrito industrial e não ter estrutura, é você começar a casa pelo telhado. Então tudo isso faz com que a gente fortaleça a economia e são ações, que já deveriam ter sido implementadas e que não foram, então o trabalho nosso também é nesse sentido, embora a gente não tenha a função, a obrigação de executar, mas a gente tem a função e obrigação de cobrar e é isso que a gente tem feito”. (ENTREVISTADO, P.5, grifos nossos).

Eu acho que em **primeiro lugar é a qualificação das pessoas** [...] ainda **temos uma mão-de-obra muito, é [...] que fica muito a desejar** (ENTREVISTADO, S.4, grifos nossos).

É, eu, eu **acredito muito na questão da qualificação profissional**, que eu acho que **deve ser um carro chefe** (ENTREVISTADO, P.2, grifos nossos).

Além dessas prioridades econômicas os atores enfatizam a importância de se trabalhar os efeitos causados pelo crescimento econômico, especificamente as externalidades negativas que a produção de confecção vem causando no meio ambiente. “Eu acho que **um dos principais focos é tentar equilibrar a questão ambiental, o impacto ambiental da nossa estrutura** né [...]” (ENTREVISTADO, P.1, grifos nossos).

Em muitos momentos, os atores locais se referem a essas questões como dívidas do arranjo que precisam ser reparadas.

[...] **Santa Cruz ela é extremante, extremamente única**, nesse sentido de como se deu o processo (surgimento do arranjo) **do agricultor que virou comerciante, que virou industrial, e aí foi se deixando de lado alguns valores** né [...] então se criou esse aspecto econômico, essa pujança, e etc e **se esqueceu valores primordiais como a questão ambiental** [...] esqueceu-se tanto que **nós demos as costas pro rio, hoje o rio, ele está extremamente degradado, extremamente poluído** [...] (ENTREVISTADO, P.3, grifos nossos).

Os entrevistados argumentam ainda que a conquista dessas melhorias econômicas e ambientais requerem uma cobrança popular e uma participação ativa da sociedade nos debates de interesse comum. Nesse sentido, o baixo grau de associativismo e adesão as entidades

representativas e a pouca mobilização social, representam entraves e desafios que precisam ser trabalhados.

Eu acho que **o principal trabalho é tentar mostrar para as pessoas que o associativismo, o cooperativismo iria fazer com que as pessoas tivessem um resultado melhor.** Isso é muito difícil porque normalmente é mais fácil você fazer isso no tempo das “vacas magras” né, quando as pessoas sentem alguma dificuldade elas vão atrás de buscar soluções (ENTREVISTADO, P. 6, grifos nossos).

Consubstanciando esses aspectos, a necessidade de incentivos públicos no fortalecimento da economia local e na promoção de serviços que promovam a qualidade de vida, também é citada como um aspecto que interfere diretamente no DLS do arranjo. Isso vem a corroborar com a percepção dos atores sobre o setor público ao longo da pesquisa, onde estes sempre se referem a esfera pública como um espaço inoperante que precisa se reestruturar para suprir as exigências do arranjo. Desse modo, a ausência de políticas públicas voltadas as necessidades logísticas, mercadológicas, estruturais, ambientais e sociais do arranjo reflete a urgência de “[...] **mais incentivo** né, **da parte dos governos**, federal, estadual e municipal [...]”. (ENTREVISTADO, S.2, grifos nossos).

Contudo, os desafios e perspectivas para o DLS do arranjo perpassam por questões de ordem econômica, ambiental, estrutural, social e política e refletem o longo caminho a ser percorrido por esse espaço e por seus atores na busca da qualidade de vida. Isto porque não se observa melhorias efetivas nos padrões de vida da população, ainda que existam esforços no sentido de promovê-las, o que se percebe é que nem aspectos essenciais para o pleno andamento da atividade produtiva tem sido implantados, muito menos esforços para sanar os efeitos adversos de seu funcionamento.

No que diz respeito as perspectivas, observa-se um cenário favorável a implementação de ações e a existência de iniciativas que visam combater as debilidades do arranjo, ressalta-se no entanto, que dado o alto grau de degradação ambiental e devido as muitas necessidades econômicas a serem atendidas, essas ações não estão sendo suficientes para impulsionar o desenvolvimento. Além disso, a negligência do estado tem causado efeitos muito nocivos a esse processo, visto que, ações estruturantes e que necessitam de maior dispêndio financeiro dependem dessa intervenção, convém destacar que o governo municipal tem mostrado propostas coerentes para essa realidade, no entanto os resultados dessas ações só podem ser acessados a médio e longo prazo.

Resguardadas essas debilidades, a criação de capital social nessas redes de relações dos atores locais e o histórico de ações que estes vem desenvolvendo conjuntamente,

mostram-se condições favoráveis senão indispensáveis na efetivação de um plano de desenvolvimento local. Assim, considerando que o Capital Social é um bem coletivo que aumenta cada vez que é utilizado, o uso que fazem os atores desse ativo nessas relações institucionais aumenta a probabilidade da ação coletiva e significa um avanço para a conquista da qualidade de vida no arranjo.

5 Conclusões

“Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados”

Mahatma Gandhi

Este capítulo traz para discussão as conclusões do estudo aqui empreendido, as quais foram embasadas empiricamente pelo material coletado na pesquisa de campo e estão fundamentadas no arcabouço teórico que deu sustentação as questões norteadoras e as análises suscitadas.

Esta pesquisa pretendeu analisar os traços de Capital social existentes nas interações entre os atores locais do APL, objetivando verificar a importância desse elemento na formação de ações coletivas voltadas ao bem comum, as quais incidem positivamente no DLS do arranjo e mostram-se indispensáveis na promoção do mesmo. Partiu-se do pressuposto de que a existência de Capital Social facilita as ações cooperativas necessárias ao DLS do arranjo.

Metodologicamente, recorreu-se à instrumentos que se mostraram aptos a elucidação dos questionamentos contidos nos objetivos e no problema da pesquisa. Para tanto, optou-se por uma abordagem qualitativa, elegida como adequada e coerente aos construtos da pesquisa, visto que, a investigação pretendida, constitui-se de uma situação circunscrita as interações sociais dos atores locais, onde as significações e interpretações dos sujeitos inseridos no *locus* de pesquisa permite a obtenção das informações necessárias para explicar o fenômeno em questão (DENZIL e LINCONL; 2006; STAKE; 2010; CRESWELL; 2010; CUBA e LINCONL; 1982). Como método de pesquisa, utilizou-se o estudo de caso único, o qual visa estudar incisivamente um aspecto e seus fatores constituintes, mediante as descobertas de suas especificidades. Para coletar os dados, teoricamente, foram empreendidas pesquisas bibliográficas que deram embasamento as análises. No âmbito empírico, foram feitas entrevistas que visaram acessar informações, opiniões e perspectivas dos sujeitos abordados sobre a temática em discussão, buscou-se ainda dados documentais, os quais visaram confrontar as informações das entrevistas, dando fidedignidade aos achados da pesquisa de campo.

Como instrumentos teóricos-analíticos, utilizou-se construtos que versam sobre o Capital Social em suas fontes, manifestações (Uphoff, 2000) e dimensões (Woolcok, 1998) e sobre a influência desse ativo como fomentador de relações sociais cooperativas relacionadas ao bem comum e conseqüentemente sobre a importância do Capital Social no DLS do APL, o qual é abordado aqui, como um processo de elevação das oportunidades das condições de vida de população, mediante a interligação simultânea entre eficiência econômica, equidade social e conservação ambiental. (BUARQUE, 1999). Por Arranjo Produtivo Local, esse estudo entende ser um processo onde ocorre uma concentração espacial de empresas, especializadas em atividades correlatas e integradas por relações sociais próximas, onde existem atores econômicos, sociais e políticos que fomentam a atividade produtiva predominante. (REDESIST, 0000).

Como recortes analíticos para apreender o Capital Social verificado na pesquisa empírica, as fontes e manifestações desse bem, foram trabalhadas pelas categorias estrutural e cognitiva de Uphoff (2000), e suas dimensões versam sobre o Capital Social intracomunitário (integração); Capital Social extracomunitário (*linkages*); as relações estado-sociedade (sinergia); e a coerência corporativa do Estado (integridade). (WOOLCOK, 1998). Ademais o DLS foi trabalhado como um processo que prima pela qualidade de vida e esta teve como pressupostos: a conservação ambiental que garante a continuidade das atividades econômicas e o acesso aos recursos necessários a subsistência humana e a integração participativa do cidadão na vida público, de modo, que essa atuação garanta a sustentação das propostas coletivas firmadas em prol da sociedade.

Os achados da pesquisa indicam a existência de fatores estruturais e cognitivos facilitadores da ação coletiva voltada ao DLS do APL. Na categoria estrutural, a formação de parcerias e pactos conjuntos expressa a existência de redes de relações sociais coesas, fortalecidas por laços de intensidade e proximidade. Essa estrutura social unificada, orientada por vínculos sociais de integração coletiva, reflete a ocorrência de relacionamentos de amizade desenvolvidos pela confiança que permeia as redes de relações sociais, essa confiança por sua vez, é apontada como o elemento cognitivo primordial na cooperação entre os atores, a qual tem condicionado ações coletivas que visam a obtenção de benefícios comuns. Ainda que se verifique esse cenário favorável à formação e canalização de Capital Social para objetivos coletivos, concomitante a isso, se observa um ambiente social, fora da realidade dos grupos organizados, pautado em valores individualistas que justificam a pujança econômica e o auto-interesse como padrão de comportamento socialmente legitimado e

predominante. Esses fatores culminam no baixo associativismo e na insignificante participação popular na vida pública enfatizada ao longo da pesquisa, os quais interferem decisivamente na concretização de ações coletivas mais abrangentes, visto que a participação comunitária e o engajamento coletivo de todos os entes sociais é o que condiciona o desenvolvimento no âmbito local.

Na análise sobre as dimensões do Capital Social, a integração mostrou-se fortalecida pelas interações entre as entidades econômicas, que apresentam uma organização interna e uma reputação de ações conjuntas confiáveis, que incitam a formação de novas parcerias. Cabe salientar, no entanto, que a adesão a essas entidades ainda é reduzida e que a atuação das mesmas não abrange as necessidades do arranjo, que apresenta um alto nível de informalidade e de empresas marginalizadas do processo de debate e discussão empreendidos pelas entidades formais, nisto as reivindicações dessa parte considerável dos empreendimentos econômicos locais não encontram representação. De outro modo, é preciso salientar a importância dessas entidades no fortalecimento do arranjo, devido ao histórico positivo de suas existências, as quais têm sido pautadas, na formação de vínculos sociais fortes com os demais atores e no estabelecimento de relações interpessoais entre si.

A formação de Capital Social extracomunitário por sua vez, apresenta algumas dificuldades, visto que as ações firmadas em conjunto entre os atores locais com agentes externos se dão de forma pontual para atender assuntos específicos. Não se observa assim, a construção de pontes sociais, em que é possível a troca de informações, experiências e propósitos que ultrapassam a vivência de assuntos internos dos grupos sociais locais.

No que compete as relações Estado-sociedade, embora exista a complementaridade de ações, estas não representam uma interação sinérgica entre esses grupos em que ambos busquem o bem da coletividade. A existência dessas ações conjuntas revela muito mais a necessidade que esses entes possuem no firmamento de parcerias para desenvolver suas propostas, do que uma consciência sobre suas obrigações sociais.

A integridade foi a dimensão que apresentou o desempenho mais crítico. Na fala dos entrevistados sua existência é precária, pois não se verifica uma imersão social do Estado na estrutura social e este não tem cumprido com suas funções e atribuições.

O nível elevado de integração, verificado nas relações intracomunitárias entre as entidades representativas do setor de confecções, traduz a trajetória histórica do arranjo, a qual tem sido empreendida mediante esforços para garantir a sobrevivência da economia local, nisto é compreensível que a integração se dê de forma mais incisiva entre os grupos que

defendem os interesses econômicos do APL. Do mesmo modo, a manifestação atenuada das dimensões sinergia e integridade revelam uma estrutura social, em que o Estado se mostra ausente, pouco eficiente e desvinculado dos proclames populares, onde tanto o surgimento da atividade econômica do arranjo, como seu funcionamento e sustentabilidade, são projetos efetuados pela sociedade civil.

Esse distanciamento do setor público no atendimento das demandas dos atores locais culminou numa situação pouco propensa a formação de relações sociais sinérgicas, onde, tanto o Estado, como a sociedade, atuem conjuntamente na obtenção de interesses coletivos e no trato dos problemas sociais. Essa percepção de um Estado clientelista, engendrado em interesses particularistas, mobilizado em proveitos eleitoreiros, explica por outro lado, o baixo nível da dimensão integridade, a qual versa sobre a imersão social do Estado e sua coerência corporativa mediante o cumprimento de seus deveres como fatores que propiciam relações benéficas e exitosas entre o setor público e os grupos sociais interessados em sua atuação.

Por outro lado, a fragilidade do arranjo em interligar seus membros em projetos coletivos, evidencia também as dificuldades dos atores locais em estabelecerem vínculos com atores externos, os quais poderiam aumentar a capacidade de intervenção do arranjo, ao fornecerem informações e propostas distintas das compartilhadas corriqueiramente no âmbito de suas redes internas. A baixa *linkage* verificada na pesquisa, além de refletir a necessidade de relações extracomunitárias, demonstra por outro lado, a debilidade do arranjo na formação de grupos de interesse voltados as questões que permeiam a qualidade de vida, visto que, as relações com agentes externos são estabelecidas com instituições de fomento a atividade econômica, e instituições públicas que subsidiam a atuação das entidades locais no trato de assuntos de interesses coletivos, não se observa, no entanto, organizações locais específicas que reivindicuem questões sobre a qualidade de vida, nem tão pouco, a atuação de órgãos dessa temática de fora da comunidade no contexto do arranjo. Ademais, as relações extracomunitárias observadas não podem ser descritas como canais efetivos de troca de experiências e conhecimentos, uma vez que se dão em formato esporádico incidindo sobre assuntos casuais.

Esse contexto sociocultural que favorece a predominância das relações intracomunitárias, a emergência das relações extracomunitárias e as expectativas na formação de vínculos sinérgicos e na efetivação da atuação do Estado, embora repercuta a baixa interligação da sociedade com o setor público, a pouca integração popular nos assuntos públicos, bem como a necessidade da formação de novos grupos organizados e a articulação

dos já existentes, também é marcado por um cenário coletivo de parcerias, acordos, ações conjuntas e expectativas positivas sobre atuação do Estado, as quais demandam a maturação das relações para se efetivarem, de modo que consigam superar os conflitos e frustrações que permeiam as relações da sociedade com setor público e sejam capazes de implementarem projetos para o desenvolvimento do arranjo.

De todo modo, as ações cooperativas identificadas ao longo da pesquisa, são expressões contundentes da existência de interações coletivas e ilustram relações sociais pautadas em confiança e reciprocidade que direcionam os atores a propósitos comuns. Esses laços fortes tem permitido a concretização de algumas ações coordenadas para fins coletivos, especificamente, no que concerne ao combate de entraves ao pleno desenvolvimento do arranjo. Nisto, no que se refere ao DLS do arranjo, os atores locais tem atuado predominantemente no fortalecimento da economia local, no tratamento da degradação ambiental e no incentivo ao associativismo/cooperativismo, como formas de intervenção que visam garantir a qualidade de vida da coletividade.

As motivações para a efetivação dessas ações decorrem das necessidades mercadológicas do arranjo, que envolvem a interferência dos atores no intento de promover melhorias na atividade produtiva com vistas a subsidiar sua competitividade e sustentabilidade econômica, dos impactos ambientais causados pela indústria confeccionista que demandam atuações que visem combater essa degradação ambiental e permitam a convivência harmoniosa entre a produção econômica e o meio ambiente e da emergência de uma maior mobilização popular que possibilite o aproveitamento das capacidades endógenas contidas no território, via o incentivo ao associativismo e ao cooperativismo, que permitam a população uma participação efetiva nos rumos do arranjo.

Observou-se ainda, que os papéis exercidos pelos atores locais na promoção da qualidade de vida do arranjo, são distintos, mas interdependentes e complementares, onde cada instituição tem seu espaço e importância nesse processo. De modo geral, os atores locais reconhecem a legitimidade de todas as organizações público-privadas no que concerne as suas atuações em prol da elevação das condições de vida no arranjo. Isso se mostra um fator propício à formação de capital social, visto que, o delineamento de papéis aumenta a confiança entre os sujeitos na medida em que se verifica o atendimento das funções delegadas e os atores se mostram encorajados a desempenharem seus papéis em resposta positiva a atuação dos demais que cumpriram suas atribuições, tal fator reforça o senso de responsabilidade e eleva o compromisso com o grupo (UPHOFF, 2000). No *locus*

investigado, os papéis são significados positivamente e propiciam uma reputação favorável a ocorrência de ações conjuntas, ressalta-se apenas o papel do setor público que ainda não atende as necessidades da sociedade, no entanto, observa-se uma expectativa que essa instância venha a cumprir suas funções e existe um consenso no que se refere a relevância do papel do Estado na promoção de ações que busquem o DLS do arranjo mediante o aumento das oportunidades sociais que suas intervenções possibilitam.

Contudo, a construção de um projeto coletivo voltado a elevação das oportunidades sociais, econômicas e ambientais do APL, encontra dificuldades quando se observa entraves no que compete a sua capacidade de promover melhorias estruturais, uma maior integração popular na vida pública e uma efetiva atuação estatal no atendimento de suas demandas. Por sua vez, os desafios e perspectiva para o DLS do arranjo, se mostram fatores basilares que incidem decisivamente na probabilidade de sucesso desse projeto.

As debilidades apresentadas pelos atores como elementos que inibem o desenvolvimento do arranjo se reportam a questões de ordem econômica, ambientais, estruturais e a fatores inerentes a negligência do setor público e baixa mobilização popular. Na pauta das reivindicações, os atores locais elegem as necessidades econômicas como assuntos de primeira ordem, o que evidencia a ênfase dada a economia no âmbito das discussões locais.

De modo geral, é possível averiguar que nem essas, tidas como as mais relevantes, estão sendo atendidas, o que se mostra um entrave considerável ao DLS, quando esse preconiza que o crescimento econômico é condição necessária para a elevação dos padrões de vida da população ao garantir emprego, renda e o acesso aos bens necessários a subsistência humana (BUARQUE, 1999). Essa percepção de outro modo, também se revela problemática, uma vez que por Desenvolvimento Local Sustentável, entende-se um processo de interligação simultâneo entre as esferas econômicas, sociais e ambientais da sociedade, nisto a exclusividade em um desses fatores em detrimento dos demais ocasiona em resultados adversos, onde a eficiência econômica desarticulada das demais esferas do desenvolvimento gera degradação ambiental e exclusão social e se reverte somente no crescimento dos índices de desempenho econômico e não em qualidade de vida, objetivo primordial para o bem estar social.

Nisto, embora exista uma mobilização social voltada a sanar os impactos ambientais da indústria confeccionista e ações que intentam articular as potencialidades locais mediante a integração da população, esses fatores estão a reboque dos interesses econômicos, e se

mostram como objetivos secundários, que servirão para fortalecer o arranjo economicamente. Esse cenário reflete a cultura local que está embasada em valores economicistas, onde se confunde crescimento econômico com ampliação das habilidades locais. Ademais, essa canalização de esforços em prol de interesses para o crescimento da riqueza, demonstra que o Capital Social existente tem se direcionado para fins meramente econômicos e que sua utilização para finalidades desenvolvimentistas demandam um maior estreitamento das relações já existentes no intento de mobilizá-las para objetivos sociais e ambientais e a criação de novos grupos organizados que tragam para a discussão a necessidade de se promover ações que incidam sobre a qualidade de vida.

De modo geral, o Capital Social verificado no arranjo, parece se afastar da perspectiva neo-institucional, a qual atribui ao Estado o papel primordial na formação e direcionamento desse ativo nas relações sociais. Nessa vertente, o Estado pode forjar instrumentos organizacionais que estimulem o engajamento dos indivíduos em torno da ação coletiva, sendo um agente transformador da sociedade. (EVANS, 1996). Ainda que os atores locais reconheçam a importância do Estado na promoção de políticas públicas que garantam o pleno andamento do arranjo e a necessidade de uma maior interligação com essa instituição, não se verifica essa atuação protagonista do setor público no atendimento das necessidades do APL nem tão pouco, no empreendimento de esforços para o seu desenvolvimento.

O Capital Social do arranjo pode ser com isso, atribuído a fatores culturais e históricos que foram arraigados na estrutura social e institucionalizados no espaço e no tempo nas relações sociais, sendo uma construção coletiva, onde as relações entre os atores reforçaram uma cultura cívica, baseada em laços de confiança e reciprocidade (PUTNAM, 1996). Essa visão culturalista, pode explicar porque um espaço acometido por problemas estruturais e climáticos conseguiu promover uma atividade econômica promissora que garante renda e emprego para a população e se sobressair como experiência econômica exitosa no semiárido nordestino, o qual tem sido alvo de intervenções estatais com vistas a garantir a sobrevivência de seus habitantes assolados com a miséria resultante da seca. Tudo isso faz crer, que o arranjo estudado, seja dotado de fatores culturais que influenciaram decisivamente em sua existência e perpetuação. Os achados da pesquisa indicam, a existência de uma cultura empreendedora, com valores econômicos fortes que se revertem no dinamismo local responsável pelo vigor econômico existente.

Convém ressaltar, que embora esses fatores histórico-culturais tenham sido decisivos na constituição e funcionamento do arranjo, seu desenvolvimento requer uma participação

mais ativa do Estado, visto que somente essa instituição pode promover melhorias estruturais e desenvolver políticas capazes de mobilizar as potencialidades locais para fins coletivos, isto porque, a sociedade isoladamente não consegue articular os indivíduos em projetos comuns, nem romper com tradições que inibem a conquista de interesses públicos e no arranjo se observa um individualismo muito forte, o qual precisa ser combatido por propostas que integrem os atores a finalidades comuns, nisto o Estado mostra-se fundamental.

De todo modo, a pesquisa permitiu inferir que a atuação dos atores locais nas suas redes de relações sociais, tem sido capaz de construir Capital Social e estimular o já existente. Ainda, em que pesem a predominância de um padrão de comportamento individualista, pautado no auto-interesse dos atores que reflete o próprio funcionamento do arranjo que se dá de forma geral, em fábricas familiares, marginalizadas das discussões coletivas em prol de melhorias para a atividade econômica, que se reverte no baixo índice de associativismo e integração popular nas entidades coletivas, os relacionamentos observados nos grupos organizados, nas instituições de fomento, e nos órgãos públicos se dão mediante a formação de parcerias e discussões conjuntas. Isso tem sido decisivo na existência das poucas ações direcionadas a qualidade de vida do arranjo, as quais embora se mostrem insuficientes para atender as necessidades do arranjo, representam um avanço no DLS do mesmo.

Nisto o Capital Social existente não tem sido capaz de promover o DLS do arranjo, embora ele seja condição necessária e se mostrado indispensável nesse processo ao conseguir unir os atores e seus esforços em prol de ações coletivas que primem por resultados benéficos para todos. Em suma, falta ao arranjo estudado, a canalização de energias para o fortalecimento dos grupos organizados já existentes, a efetiva participação do Estado no projeto social de DLS e a participação ativa dos cidadãos nas decisões coletivas para o bem comum.

5.1 Limitações da pesquisa

Após a análise dos resultados da pesquisa, detectou-se algumas limitações que reduziram sua potencialidade descritiva e analítica, visto que, algumas das ações cooperativas citadas pelos atores locais ainda serão implementadas ou estão em fase de implantação, desse modo, não é possível verificar seus efeitos sobre o DLS do arranjo, nem perceber como os agentes interagem durante a concretização das mesmas.

Outra dificuldade, refere-se a quantidade reduzida de documentos acessados, já que os entrevistados afirmaram que as parcerias se dão em grande parte de modo informal, com base na reputação dos atores, de um lado isso significa um grande achado, pois reflete a existência da confiança narrada nas entrevistas, mas não permite uma triangulação mais incisiva dos dados. Além disso, as entrevistas falam de uma expectativa positiva em relação a nova gestão municipal, que só pode ser confirmada em outros momentos, ainda que represente uma tendência ao firmamento de mais parcerias, esses efeitos estão fora do escopo dessa pesquisa.

Referências

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v 4, nº 2, 2000.

AGENDA 21 DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2001.

ALBAGLIS, S.; MACIEL, M. L. **Capital Social e Desenvolvimento Local**. In: LASTRES, H.M.M. et al. *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Relume Dumará. Rio de Janeiro, 2003.

ALVES, S. **Revigorando a cultura da empresa: uma abordagem cultural da mudança** nas organizações na era da globalização. São Paulo: Makron Books, 1997.

ANDRADE, T. **A estrutura institucional do APL de confecções do agreste pernambucano e seus reflexos sobre a cooperação e inovação: o caso do município de Toritama**. João pessoa, 2008, 219p. Dissertação (Mestrado em economia) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

BANCO MUNDIAL. **Questionário Integrado para Medir Capital Social**. Grupo Temático sobre Capital Social. Editado por C. Grootaert, D. Narayan, V. N. Jones e M. Woolcock. Washington. 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**. 21. Nov. 2003.

BAUER, M. **A Análise tradicional de Conteúdo**. In: BAUER, M; GASKELL, G. (Ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. **The Forms of Capital**, em Richardson, J. G., *Handbook of Theory and Research for Sociology of Education*. New York: Greenwood Press. 1986.

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Ed, 4ª. Rio de Janeiro. Garamond, 2006.

CAMPOS, L.H.R. **O Processo de Aglomeração Produtiva em Pernambuco**. Recife, 2004. 163 p. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Federal de Pernambuco.

CASSIOLATO, J. E; LASTRES, H. M. M. Novas políticas na Era do Conhecimento: o foco em arranjos produtivos e inovativos locais. In: **Revista Parcerias estratégicas**, volume 17. Brasília: CGEE, 2003.

CASSIOLATO, J.E.; LASTRES, H.M.M. **O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas**. In Lastres, H.M.M., Cassiolato, J.E e Maciel, M.L *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*, Rio de Janeiro, Relume Dumará 2003.)

CASSIOLATO, J.E.E. SZAPIRO, M. **Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas.** In Lastres, H.M.M., Cassiolato, J.E e Maciel, M.L *Pequena empresa: cooperação e desenvolvimento local*, Rio de Janeiro, Relume Dumará 2003.)

COLEMAN, J. S. **Foundations of Social Theory.** Cambridge: Harvard University Press. 1990.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology.** v. 94 p. S95-S120. 1988.

CUBA, E. LINCOLN, Y. Epistemological and methodological bases of naturalistic inquiry. **Educational Communications and Technology Journal**, 1982.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3ª ed. Artmed/Bookman: Porto Alegre, 2010.

DE FRANCO, A. Capital Social e Desenvolvimento Local. **Instituto de Política**, 2004.
 _____ Dez consensos sobre desenvolvimento local integrado e sustentável. Cadernos comunidade solidária. **IPEA**, Brasília. Nº6, 1998.

DENZIN, N; LINCOLN, Y. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Artmed: Porto Alegre, 2006.

DURSTON, J. Construyendo capital social comunitario. **Revista de la Cepal.** Nº 69, diciembre, 1999.

EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. **World Development.** Vol 24, nº 6. 1996.

FURLANETTO, E.L.; CÂNDIDO, G. A.; MARTIN, M.F. Sustentabilidade em arranjos produtivos locais: uma proposta metodológica de análise. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional.** Vol, 1, Nº9. 2011.

FURTADO, C. **A nova dependência.** São Paulo: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos e pesquisa.** 3ª ed. São Paulo: Atlas; 1995.

GODOY, A. S. **Estudo de caso qualitativo.** In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.) **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos.** São Paulo: Saraiva, 2006.

GRANOVETTER, M. S. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology.** v.91, n.3, p.481-510, Nov. 1985.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

HALPERN. D. **Social Capital.** Malden, MA: Politic press, 2005.

KLIKSBERG, B. Capital Social e Cultura: as chaves esquecidas do desenvolvimento. In: **Preal debate especial, CPDOC – FGV**, 2002.

LATRES, H.M.M.; CASSIOLATO, J. E. **Mobilizando conhecimentos para desenvolver arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas no Brasil**. 8. ed. Rio de Janeiro: Sebrae. RedeSist, 2005.

MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MOUTINHO, L. M. G.; CAMPOS, R. A co-evolução de empresas e instituições em arranjos produtivos locais: políticas públicas e sustentabilidade. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do conhecimento - Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10ª Ed. São Paulo. Hucitec, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Conceito de abordagem territorial**. 2005.

NOSSO FUTURO COMUM: **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PORTES, A. Social Capital: Its Origins and Applications in Contemporary Sociology. **Annual Review of Sociology**. 1998.

PUTNAM, R. Bowling Alone. **New York: Simon and Schuster**.2000.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1996.

PUTNAM, R.; Goss, K. A. Introduction. Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society, editado por R. Putnam. **New York: Oxford University Press**. 2002.

RATTNER, H. Prioridade: construir o capital social. **ABDL E FEA –USP**. São Paulo, 2002.

REDESIST. Caracterização, Análise e Sugestões para Adensamento das Políticas de Apoio a APLs Implementadas nos Estados. **Nota Técnica 05. www.politicaapls.redesist.ie.ufrj.br**. 2009.

REDESIST. **Glossário de Arranjos e Sistemas Produtivos e Inovativos Locais**. 2003.

ROBBINS. S. P. **Comportamento organizacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

ROCHA, J. D.; BURSZTYN, M. Território, Saberes Locais e Sustentabilidade: a busca do Desenvolvimento via Arranjos Produtivos Locais. **III Encontro ANPAS**. Brasília. 2006.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2008.

SCHMITZ, H. Collective efficiency and increasing returns. Working paper, nº 50. **Institute of Development Studies**. UK. 1997.

SCHMITZ, H. Global Competition and Local Cooperation: success and failure in the Sinos Valley, Brazil. **World Development**. Great Britain: Elsevier. Vol.27, nº 9, 1999.

SEBRAE – PE. **Caracterização econômica e estudo da imagem do Pólo de Confecção do Agreste**, 2003.

SEBRAE. **Estudo econômico do Arranjo produtivo local de Confecções do Agreste Pernambucano**, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, I. I. de L. **Relações Inter-organizacionais e Eficiência Coletiva: um estudo de caso no Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado. UFRN, 2008.

STAKE, R.E. **The art of case study research**, Thousand Oakes: Sage, 1995.

STAKE, R.E. **Qualitative research: studding how things work**. The Guilford Press: New York, 2010.

TENDLER, J. Pequenas Empresas, O Setor Informal e o Acordo com o Diabo. **Instituto de Tecnologia de Massachusetts Cambridge, Massachusett. IDS Bulletin (Instituto de Estudos de Desenvolvimento)**, Vol. 33, No. 3, Julho/2002.

UPHOFF, N. **Understanding Social Capital: Learning from the Analysis and Experience of Participation**. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. *Social Capital: a multifaceted perspective*. Washington, U.S. World Bank, 2000.

VÁSQUEZ, B. **Desarrollo local: Una estratégia de creación de empleo**. Madrid. Ed. Pirámide, 1988.

VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. Anais do 27º. **Encontro Nacional de Economia**. Belém. Dezembro de 1999.

WOOLCOCK, M. WOOLCOCK, M. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**. 27: 151-208. 1998.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. Social capital: implications for development theory, research, and policy. **The World Bank Research Observer**. Vol. 15, nº 2, 2000.

APÊNDICE

Roteiro de entrevistas

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós Graduação em Administração – PROPAD

1 - Identificação do entrevistado (a):

Nome: _____

Cargo/Função: _____

Data: ____/____/2013

Questões	Propósito
Como essa (entidade, instituição...) atua para promover a qualidade de vida no arranjo? Quais são as ações que desenvolve?	Descobrir as ações dos atores em função da qualidade de vida no arranjo;
Sobre o desenvolvimento do arranjo, o que o Sr ° (a) acha que precisa ser melhorado?	Detectar a percepção do entrevistado sobre as dificuldades que inibem o desenvolvimento do arranjo;
Essa (entidade, instituição...) estimula a integração da comunidade nas decisões e ações para a melhoria das condições de vida no arranjo? Existem esforços para a formação de associações e	Descobrir como os atores locais estimulam a participação ativa da comunidade na obtenção de objetivos comuns;

entidades para fins coletivos?	
Como são tratadas as questões ambientais aqui do arranjo? As pessoas colaboram nas ações propostas?	Descobrir como os atores atuam em função da conservação ambiental e preservação dos recursos naturais do arranjo;
Como é que esse arranjo tem tratado os impactos ambientais da indústria confeccionista? Existe mobilização das associações de empresários, da sociedade civil e do setor público para resolver essas questões?	Identificar as ações para sanar os impactos da indústria confeccionista no meio ambiente e a existência de interações para essa finalidade;
Quem são os atores do arranjo que atuam na promoção da qualidade de vida?	Identificar quem são os atores relevantes para o DLS;
Como é a relação dessa (entidade, instituição...) com os demais atores do arranjo?	Avaliar se existe interação entre os atores locais e senso de comunidade em suas relações sociais;
Existem parcerias com entidades de fora do arranjo? Comente.	Identificar a existência de vínculos e conexões com outros grupos sociais de fora do arranjo, bem como os benefícios que essas parcerias trazem para o desenvolvimento do mesmo;
Como é a relação dos atores do arranjo com o setor público? Existem ações comuns?	Descrever como se dá a relação do estado com a sociedade civil do arranjo e analisar os resultados dessa interação;
Qual a sua avaliação sobre a conduta do setor público aqui no arranjo? Ele tem atendido as	Detectar a percepção do entrevistado sobre o papel e o desempenho do setor público em relação às necessidades do arranjo.

demandas? Tem sido coerente com suas funções?	
Qual o papel dessa (entidade, instituição) na qualidade de vida do arranjo?	Identificar a percepção que cada ator tem sobre seu papel no DLS:
Como o Sr° (a) avalia o papel dos demais atores do arranjo nesse processo?	Identificar a percepção dos entrevistados sobre o papel dos demais atores na promoção da qualidade de vida e como essa percepção afeta suas ações;
As interações com os demais atores do arranjo estimulam ações conjuntas?	Descobrir se o histórico das ações empreendidas com os demais atores influenciam positivamente a formação de novos vínculos;
Existe confiança nas relações sociais aqui do arranjo? Comente.	Descobrir se existe confiança nas redes de relacionamento do arranjo e como isso interfere a forma como os atores locais agem em função da obtenção de benefícios comuns.

ANEXO A

Projeto Pensar Pernambuco



Projeto Pensar Pernambuco

- Objetivo geral

Fomentar o pensamento empreendedor dos participantes do projeto – especialmente os membros da CDL Jovem – acerca da economia, da infra-estrutura, dos potenciais, das oportunidades e desafios do estado de Pernambuco.

- Objetivos específicos

Pensar e debater a estrutura empreendedora do estado de Pernambuco a partir da estrutura empreendedora de Santa Cruz do Capibaribe e do pólo de confecções do agreste pernambucano. Inserindo as duas estruturas (Santa Cruz do Capibaribe e Pernambuco) no contexto de oportunidades e ameaças no cenário nacional e mundial.

Pensar e debater o desenvolvimento enquanto gerador de riqueza e distribuidor de renda com qualidade de vida individual e coletiva.

- Recursos empregados para alcançar os objetivos

Palestras, seminários e debates

- Público

Membros da CDL Jovem de Santa Cruz do Capibaribe, CDL Sênior, empreendedores locais, estudantes e professores universitários.

- Resultados esperados

Aguçar e inquietar o pensamento empreendedor dos participantes, bem como disseminar a importância de se pensar e planejar o desenvolvimento econômico e humano em Santa Cruz do Capibaribe e Pernambuco.

Bruno Bezerra

Diretor de desenvolvimento e Empreendedorismo
CDL – Santa Cruz do Capibaribe – PE

ANEXO B

Termo de Parceria (Comitê Gestor do Desenvolvimento de Santa Cruz do Capibaribe – PE/ Projeto Acontecer)



TERMO DE PARCERIA

COMITÊ GESTOR DO DESENVOLVIMENTO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE -PE / PROJETO ACONTECER.

O Sr. Fábio Lopes da Silva, presidente da CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Cruz do Capibaribe – PE, CNPJ: 35.667.583/0001-93, situada na Rua Júlia Aragão, 249, Bairro Novo, nesta, e o Sr. Valmir Gomes Ribeiro, presidente da ASCAP – Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe, CNPJ: 35.668.011/0001-29, situada na Av. 29 de Dezembro, 233, 1º andar, Centro, nesta, resolvem:

Criar o **Comitê Gestor do Desenvolvimento de Santa Cruz do Capibaribe - PE**, denominado **Projeto Acontecer**, que terá as seguintes atribuições:

- Unir os esforços da CDL e da ASCAP no sentido de pensar, planejar e fomentar o desenvolvimento da indústria e do comércio em Santa Cruz do Capibaribe – PE;
- Fomentar a cultura empreendedora e a realização de negócios;
- Humanizar o desenvolvimento aliando desenvolvimento econômico e humano;
- Prover ações que venham aumentar a consciência e o zelo pelo patrimônio público;
- Prover ações que venham gerar desenvolvimento econômico com respeito ao meio ambiente e incremento na qualidade de vida da população.

O **Comitê Gestor** será composto pelos seguintes coordenadores e membros, indicados conjuntamente pela CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Santa Cruz do Capibaribe e ASCAP – Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe:

Coordenadores:

Arnaldo Xavier Alves da Rocha (Diretor ASCAP e CDL)
Bruno Bezerra de Souza Pereira (Diretor CDL)

Membros Representantes da ASCAP:

Ivonaldo Justino Quixabeira
João Pereira Neto
José Climério Neto

Membros Representantes da CDL:

Carlos Alberto Gomes Ribeiro
Josevaldo Bruno da Silva
Maria Lúcia do Nascimento

A substituição dos coordenadores e/ou demais membros do Comitê Gestor, bem como a extinção do próprio Comitê, poderá ser feita a qualquer momento pelos presidentes da CDL e ASCAP.

E assim por estarem justas e contratadas, as partes celebram o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Cruz do Capibaribe _____ de janeiro de 2009.

Fábio Lopes da Silva
Presidente da CDL

Valmir Gomes Ribeiro
Presidente da ASCAP

Arnaldo Xavier Alves da Rocha
Coordenador
Comitê Gestor do Desenvolvimento
de Santa Cruz do Capibaribe – PE

Bruno Bezerra de Souza Pereira
Coordenador
Comitê Gestor do Desenvolvimento
de Santa Cruz do Capibaribe - PE

ANEXO C

Projeto Sabão Caseiro



PROJETO SABÃO CASEIRO

- Apresentação

Atualmente, o lixo pode ser considerado um dos maiores problemas enfrentados pela população mundial. Assim, medidas para sanar os males do lixo, como por exemplo, a reciclagem tem surgido por meio de diversos projetos e programas. A reciclagem é uma forma muito atrativa de gerenciamento de resíduos, pois transforma o lixo em insumos, com diversas vantagens econômicas, sociais e ambientais. Inúmeras experiências têm mostrado que a reciclagem pode contribuir para a economia dos recursos naturais, além de possibilitar melhoria no bem-estar da comunidade. Muitos estabelecimentos comerciais (restaurantes, bares, lanchonetes, pastelarias, hotéis etc.), residências e Escolas jogam o óleo de cozinha usado na rede de esgoto, o que causa o entupimento da mesma, bem como o mau funcionamento das estações de tratamento de água e esgoto. O óleo de cozinha é altamente prejudicial ao meio ambiente e quando jogado na pia, em geral, vai direto para a rede de esgoto causando entupimentos, o que aumenta o custo de tratamento do esgoto, pois para limpar esse óleo excedente é necessário o aumento de produtos químicos tóxicos. Nos locais onde a rede de esgoto é deficiente, invariavelmente, esse óleo acaba indo parar nos cursos d'água (rios, córregos, lagos etc.) que cortam as cidades, causando danos à fauna e flora aquática. Quando esse óleo é jogado diretamente no solo causa impermeabilização, contribuindo para enchentes, ou entra em decomposição, soltando gás metano durante esse processo, causando mau cheiro, além de agravar o efeito estufa. Muitos bares, restaurantes, hotéis e residências ainda têm jogado o óleo utilizado na cozinha na rede de esgoto, desconhecendo os prejuízos que isso causa. Em prol da responsabilidade sócio ambiental o Sr. Jádailson Francisco, realiza a 5 anos o Projeto

Sabão Caseiro, com o objetivo de promover essa política ecológica, projeto este que busca recolher no município óleo de cozinha utilizados para serem transformados em sabão, desta forma diminuindo a poluição dos rios, solo e até diminuição de entupimentos de saneamento.

- Objetivo geral

Fomentar o processo de sustentabilidade no ambiente empreendedor dos empresários santacruzenses, possibilitando a transformação do óleo de cozinha já utilizado em sabão caseiro, assim diminuindo a poluição do meio ambiente.

- Objetivos específicos

- Conscientizar os cidadãos santacruzenses da necessidade da preservação do meio ambiente;
- Reduzir a quantidade de óleo que é jogada nos esgotos;
- Fomentar as atitudes de sustentabilidade.

- Metodologia / mecânica do projeto

Implantação de pontos de recolhimento de óleos usados.

- CDL;
- MODA CENTER;
- LANCHONETES;
- PIZZARIAS;
- RESTAURANTES.

Adesão de 02 voluntários para fazer o recolhimento dos óleos;

Adesão de 02 voluntários para produção do sabão;

Adesão de 02 voluntários para distribuição do sabão.

Comercialização do sabão com as empresas para utilização da higienização nas mesmas.

- Justificativa

O projeto surge da necessidade de promover educação ambiental junto a população, cujos desejos estão relacionados aos valores da cultura de consumo, e, para que a mudança aconteça, é necessário que todos vivenciem práticas ambientais corretas. São vários os desafios que precisamos superar para que os cidadãos possam vivenciar e desenvolver essas práticas, mas, o caminho para um mundo mais justo, ético e sustentável é o fortalecimento dessas experiências. A cada litro de óleo jogado pelo ralo ou direto no solo até um milhão de litros de água podem está sendo poluídos dificultando assim o abastecimento das cidades com água potável.

- Recursos empregados para alcançar os objetivos

Para produção de 750 barras de sabão – 100g (cada)

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	R\$
ÓLEO DE COZINHA	500 LITROS	----
AROMATIZANTE	1 LITRO	
SODA CAÚSTICA	6 QUILOS	
DESINFETANTE (PINHO)	3 LITROS	
DETERGENTE	3 LITROS	

- Público Alvo

- EMPRESÁRIOS;
- MODA CENTER SANTA CRUZ;
- COMUNIDADE EM GERAL;

- Resultados esperados

Aguçar, inquietar e estimular as atitudes de sustentabilidade, responsabilidade socioambiental, nos Moradores de santa Cruz do Capibaribe –PE.